



Relatório Anual

Ano Financeiro 2015

Ha'u-*nia* Futuru
O meu Futuro



Relatório Anual

Ano Financeiro 2015

Ha'u-nia Futuru
O meu Futuro



Banco Central de Timor-Leste

Avenida Xavier do Amaral No. 9

PO Box no.59, Dili, Timor-Leste

T: +670 331 371 2/4/5/8

F: +670 331 371 3/6/7

E: info@bancocentral.tl

Índice

Apresentação	09
I. Evolução da Economia internacional:	12
Economia mundial e Asiática	12
O crescimento económico nas principais economias	12
A evolução da inflação nas principais economias	14
Mercados de commodities	14
Mercados financeiros de referência	15
Quadro económico no espaço asiático	17
Canais de transmissão para Timor-Leste	19
Inflação importada	20
Mercados energéticos e as receitas petrolíferas	22
Mercados financeiros e o fundo petrolífero	24
II. Evolução recente da economia nacional	27
Produção: actividade económica	27
Preços e inflação	31
Balança de Pagamentos	35
Finanças públicas	38
Desenvolvimento monetários e financeiros	43
Desenvolvimento do Sistema bancário e MTOs	47
Conclusão	51
O BCTL: Missão e mandato principal, Organização e governação, e actividades	53
Principais mandatos e funções	53
Organização e governação do BCTL	54
AS actividades do BCTL em 2015	56
Meios pecuniários de Pagamento	57
Importação e exportação de moeda	61
Box 1. Rede de Transferências em Tempo Real (R-TIMOR)	62
Sistema financeiro e serviços bancários	64
Licenciamento e regulação do sistema financeira	64
Box 2. Implementação do Plano Diretor de desenvolvimento do setor financeiro em Timor-Leste	65
Literacia Financeira	65
Fomentar o crédito e financiamento empresarial	67
Progresso inicial em iniciativas de médio-longo prazo	68
Banco de Desenvolvimento	68
Lei bancária e proteção dos consumidores	68
Incorporação local de bancos internacionais	69
Projecto de agências de actividades bancárias sem filiais	69

Índice

Box 3. Assinatura de memorando de entendimento (MoU) e Reuniões	70
Assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) com Garantia de Crédito de Cooperação da Malásia	70
Assinatura de MoU com Australian Prudential Regulation Authority (APRA)	71
Assinatura de memorando de entendimento (MoU) com UNTL	71
Reunião de iniciativa regional das ilhas do pacífico (PIRI)	72
Seguradoras	74
Gestão do Fundo Petrolífero	75
Reforço institucional	77
Pessoal e programa de formação	77
Relações externas	79
Box3. Plano de Acção do BCTL para 2016	80
Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)	85
Organização interna do BCTL a 31 de Dez 2015	86
Informações financeiras sobre o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2015	87
Relatório dos Auditores independentes	130

Gráficos

- I.1 PIB crescimento % 3 blocos e regiões selecionadas
- I.2 Taxas crescimento % do PIB – 4 maiores economias
- I.3 Taxas de inflação % ano – 5 economias selecionadas
- I.4 Preços das principais commodities - % variação anual
- I.5 Taxas de juro das obrigações a 2 anos e a 10 anos
- I.6 Principais moedas face ao dólar EUA e principais índices accionistas mundiais
- I.7 PIB – taxas de crescimento anuais em %, e inflação – taxas médias anuais em %
- I.8 Taxa de câmbio – variação % face ao USD, e taxas obrigações do tesouro a 2 anos
- I.9 Contas corrente em % do PIB, e saldos orçamentais em % do PIB
- I. 10 Inflação doméstica e externa - % ano, e taxas de inflação regional - % ano em USD
- I. 11 Moedas asiáticas face ao dólar - % ano, e taxas de inflação externas - % moeda local
- I. 12 Preços de energia spot – 2001 Dez = 100, e preços da energia spot – variação % ano
- I. 13 Taxas de juro 2 e 10 anos - % ano
- I. 14 Mercados accionistas – 2005 Dez = 100, e moedas face ao USD – 2005 Dez = 100
- II.1 PIB não—petrolífero reais
- II.2 Crescimento anual do PIB real e as suas composições; optica da despesa e da produção
- II.3 Crescimento anual do PIB – em %, e contributo % sectores no crescimento PIB
- II.4 Evolução dos vários sectores
- II.5 Inflação IPC Dili vs economia doméstica e inflação externa
- II.6 Inflação total do IPC
- II.7 TL: Balança de pagamentos
- II.8 TL: Conta corrente incluindo o rendimento do FP
- II.9 TL: Conta corrente excluindo o rendimento do FP
- II.10 TL: Estatística anuais do comércio externo
- II.11 TL: Exportação mensal de Café, 2013-15
- II.12 TL: Capital do Fundo Petrolífero
- II.13 Receitas doméstica
- II.14 O crescimento da Oferta de moeda (M2) e suas componentes
- II.15 Crédito ao setor privado, cobrança duvidosa, provisões e Depósitos
- II.16 Taxas de juro dos empréstimos e dos depósitos (%)
- II.17 Disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX)
- II.18 Estrutura dos passivos bancários
- II.29 Estrutura de depósitos do Banco
- II.20 Peso das transferências dos MTOs

Evolução de transações em moeda e não em moeda

Transacções de moeda e não em moeda

Transacções de moeda durante 2015

Emissão de centavos

R-Timor

Desempenho do negócio de Seguro

TL: Evolução dos Ativos do FP

Número de colaboradores do BCTL em 2015 e categoria de carreiras.

Dimensões da avaliação do desempenho

Total de número de funcionários que participaram em formações



Tabelas

- I.1 Sensibilidade do valor da riqueza petrolífero e RSE ao preço do petróleo
- II.2 Subcomponentes do indicador de actividade económica do BCTL
- II.3 TL: Índice de preços no consumidor (IPC) Dili
- II.4 Balança de pagamentos em % do PIB não petrolífero
- II.5 TL: Estatística do comércio externo
- II.6 Valor e volume de café exportado
- II.7 TL: Exportações por países
- II.8 TL: Importações por tipo de produtos
- II.9 TL: Importações por países
- II.10 Despesas pública
- II.11 Receitas doméstica em 2015
- II.12 Despesas pública em 2015
- II.13 Despesas em bens e serviços
- II.14 Despesas do Fundo Infraestrutura
- II.15 Despesas em Transferência
- II.15 Taxa de juro do Banco Comercial
- II.16 Activos da banca comercial
- II.17 Empréstimos segundo a sua performance
- II.18 Responsabilidades/ passivos dos bancos
- II.19 Resultados dos bancos

Transacções na câmara de compensação de Dili

Pagamentos nacionais e internacionais

Entradas e saídas de transferências

Transacções em moeda e não em moeda

Número de transacções de ATM e POS em 2015

Desempenho de microsseguro

Apresentação

Este Relatório anual sintetiza e apresenta a evolução económica nacional e internacional em 2015, assim como o conjunto de actividades desenvolvidas pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), ao longo do ano. A Lei Orgânica do Banco Central estabelece a responsabilidade do Banco Central face ao Presidente da República, Parlamento Nacional, Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, quanto à submissão do seu relatório anual. O relatório é composto por duas grandes partes, designadamente, a análise do panorama económico nacional e internacional e a apresentação do relatório de actividades do Banco, incluindo também a informação financeira relevante.

A **economia mundial** continuou a crescer (3.1%), ligeiramente abaixo em torno dos níveis registados nos últimos 3 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. Para 2016 e 2017, o FMI prevê uma nova aceleração da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do crescimento de ambos os blocos económicos, economia desenvolvidas e menos desenvolvidas. Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6.2%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2015 (0%). O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN manteve-se robusto em 4.6%.

A comparação da performance das 4 principais economias mundiais – E.U.A., U.E., Japão, China - revela que a China continuou a desacelerar em 2015, perspectivando-se uma gradual desaceleração para 2016 e 2017, e que os E.U.A. continuaram a crescer mais rápido do que a União Europeia e o Japão, tendência que se deveria manter em 2016 e 2017.

Em termos dos **mercados financeiros internacionais**, começamos por analisar a evolução dos principais mercados obrigacionistas. As taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política monetária continuaram a exibir em 2015 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2015, o início da subida de taxas de política nos EUA, materializada em 2015, e a implementação de taxas directoras negativas na União Europeia e Japão. Por outro lado, as taxas de juro a 10 anos mantiveram-se em níveis historicamente baixos. Note-se, contudo, que ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas se mantiveram em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão, em resultado da melhor performance da economia dos EUA nos últimos anos, que acabou por justificar o início de subida de taxas pelo FED em 2015. Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas, em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. Por um lado, a divergência das orientações de política monetária entre os EUA e o Japão e U.E. ajudaram a justificar a continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene em 2015. Por outro lado, o mercado accionista do EUA manteve-se estável em 2015, continuando a cotar-se acima dos demais principais mercados mundiais.

No **espaço económico Asiático**, será de realçar que as economias da região se mantiveram robustas em 2015, com a taxa média de crescimento a rondar os 4.3%, sendo, contudo, de destacar a desaceleração do crescimento na Malásia e Singapura. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 2%, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação, em grande parte, fruto da desvalorização da rupia face ao dólar.

Note-se ainda que a conjugação destes níveis controlados de inflação regional com a depreciação das moedas asiáticas face ao dólar se traduziu num desenvolvimento favorável para Timor-Leste, no sentido em que se reduziram as pressões inflacionistas externas para a nossa economia.

No que se refere à **economia nacional**, a Direcção-Geral de Estatística (DGE) publicou, em 2015, as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2013, onde apurou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) de 2.8% para o ano de 2013. Dado o elevado desfasamento na publicação das Contas Nacionais, o BCTL desenvolveu um indicador em tempo-real que permite obter estimativas mais actuais do crescimento económico. De acordo com o indicador de actividade do BCTL, a economia doméstica voltou a desacelerar em 2015, com o crescimento anual a cair para os 4.4% em 2015, dos 7% registados em 2014. No seu conjunto, o crescimento médio anual entre 2013 e 2015, avaliado em 3.9%, é significativamente inferior à média dos 5 anos anteriores, de 2008 a 2012, de 9.5%, o que traduz um claro abrandamento do nível de crescimento económico. Este abrandamento resulta fundamentalmente da redução do ritmo de expansão da procura agregada directamente causada pela diminuição do ritmo de crescimento percentual da despesa pública nacional

Numa perspectiva temporal mais longa, vale a pena salientar que o crescimento substancial da economia nacional nos últimos 8 anos, assentou, sobretudo, na expansão dos sectores da construção civil, serviços e administração pública. Pelo contrário, a contribuição da agricultura e indústria, sectores fundamentais para um processo de crescimento sustentado, tem sido relativamente marginal, resultando na perda de expressão destes sectores no conjunto da produção nacional. Esta evolução é mais uma prova de que a nossa economia continua excessivamente dependente da execução das políticas e programas orçamentais, que importa combater activamente, promovendo a diversificação da base económica e o incremento da produção nacional.

No que se refere à **evolução dos preços em Timor-Leste**, é de se assinalar que a taxa de inflação doméstica, tem sempre mantido em uma taxa baixa registrando em dezembro de 2015 uma taxa anual negativa de 0,7%. A inflação média anual de 2015 avaliou-se em 0.4%, face à média anual de 0.5%, registada em 2014. Esta descida foi maioritariamente explicada pela redução das pressões inflacionistas externas, que, como já se referiu, decorreu da apreciação do dólar face as divisas asiáticas e descida de preços internacionais das matérias-primas, mas também pelo abrandamento do ritmo de crescimento da economia ao longo dos últimos 3 anos.

Em termos da **actividade anual do BCTL**, o Banco continua activamente empenhado em promover a estabilidade monetária e financeira, tendo desenvolvido iniciativas particularmente relevantes neste contexto. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi a implementação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Setor Financeiro. Na inauguração do

primeiro dia de lançamento do Plano Diretor, no dia 28 de Agosto 2015, o BCTL lançou o Plano Estratégico Nacional (PEN) para Literacia Financeira em Timor-Leste, ao mesmo tempo lançou a conta de poupança das crianças, "Hau-nia Futuru".

Enquanto, em 29 de Novembro 2015, o BCTL comemorou o primeiro aniversário do Dia Nacional de Poupança. Esta cerimónia foi uma continuação do lançamento oficial do Programa de Educação Financeira no mesmo dia no ano passado em que o BCTL anunciou sua intenção de realizar uma campanha de sensibilização e de poupança financeira nacional, incluindo dando aos jovens poupadores pequenas cofres de argila (mealheiros = *clay money boxes*), com a promessa de duplicar as suas poupanças até um limite de US\$100 se eles trouxessem as caixas de dinheiro de volta um ano depois.

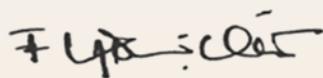
O que diz respeito ao correspondência bancária, em 20 de Fevereiro de 2015, o BCTL em conjunto com o ADB e a Universidade New South Wales (UNSW), introduziu uma carta circular sobre o uso de actividade bancária sem filiais.

O progresso substancial foi feito sobre a instalação do sistema de transferências automatizado (STA/ATS), que compreende uma combinação de um Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) e um sistema automático de compensação para a compensação e liquidação de pagamentos no sistema bancário. O STA ou R-TIMOR, foi lançado em 30 de abril de 2015. Para suportar o desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos, em 2015, o BCTL trabalhou no estabelecimento de um Cartão Nacional e Mobile Switch.

O BCTL continuou a trabalhar com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero, de forma a manter uma posição activa e informada nas discussões continuadas sobre a estratégia de gestão do Fundo Petrolífero.

Banco continua a manter a sua aposta forte na formação do pessoal, afectando recursos financeiros significativos para este fim. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a todos os funcionários do Banco Central, aos nossos parceiros de actividade ou interlocutores em vários momentos, que continuaram a contribuir activamente para a consolidação do Banco Central e o desenvolvimento económico do nosso País.



Abraão de Vasconcelos
Governador

Dili, 22 de Abril de 2016

I. Evolução da Economia Internacional

Este capítulo descreve sumariamente a evolução dos principais blocos económicos mundiais em 2015, assim como das economias dos parceiros económicos mais importantes de Timor Leste, em conjunto com as tendências mais relevantes, para a nossa economia, dos mercados financeiros e de commodities mundiais.

Tomando por base esta sucinta descrição, o capítulo analisa depois os principais canais de transmissão da evolução externa e os desenvolvimentos da economia doméstica, extraindo as influências observadas em 2015 e as perspectivas esperadas para 2016.

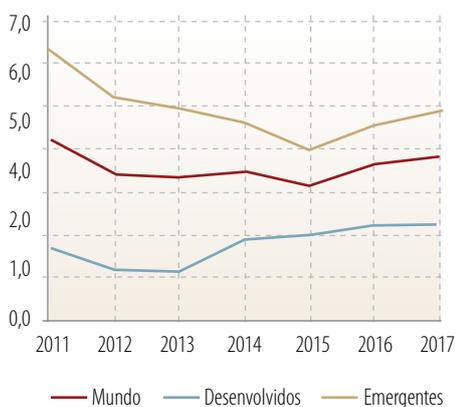
Economia Mundial e Asiática

O crescimento económico nas principais economias

A economia mundial continuou a recuperar em 2015 e deverá acelerar em 2016 e 2017....

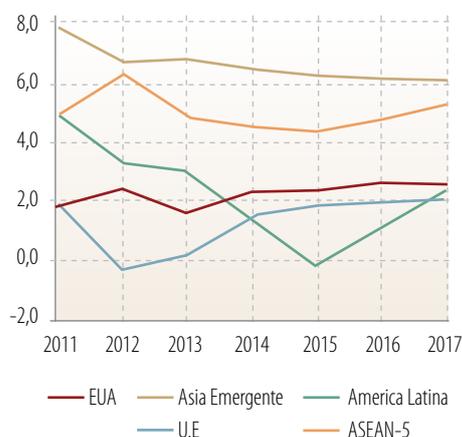
Em 2015, a economia mundial continuou a crescer (3.1%), ligeiramente abaixo em torno dos níveis registados nos últimos 3 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. Em termos dos principais blocos, será de se salientar que o ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas se manteve sólido, em 2015, em 2%, o que compensou a continuada desaceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4% em 2015). Para 2016 e 2017, o FMI prevê uma nova aceleração da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do crescimento de ambos os blocos económicos.

► PIB – Crescimento % nos 3 Blocos



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2015

► PIB – Crescimento % Regiões Seleccionadas



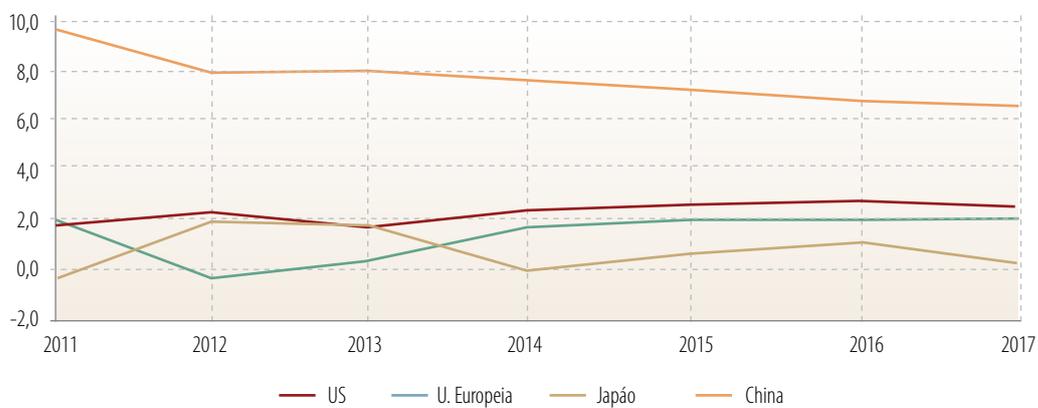
Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2015



Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6.2%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2015 (0%). O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN manteve-se robusto em 4.6%, o que representa, contudo, uma desaceleração face aos respectivos níveis históricos. A América Latina registou um nível de crescimento anémico, tendo sido frontalmente prejudicada pela significativa queda dos preços internacionais das principais commodities mundiais. Para 2016 e 2017, o FMI prevê uma aceleração dos níveis de crescimento para praticamente todas as regiões.

....enquanto as economias da ASEAN mantiveram um nível de crescimento robusto.

► **Texas Crescimento % do PIB - 4 Maiores Economias Mundiais**



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2015

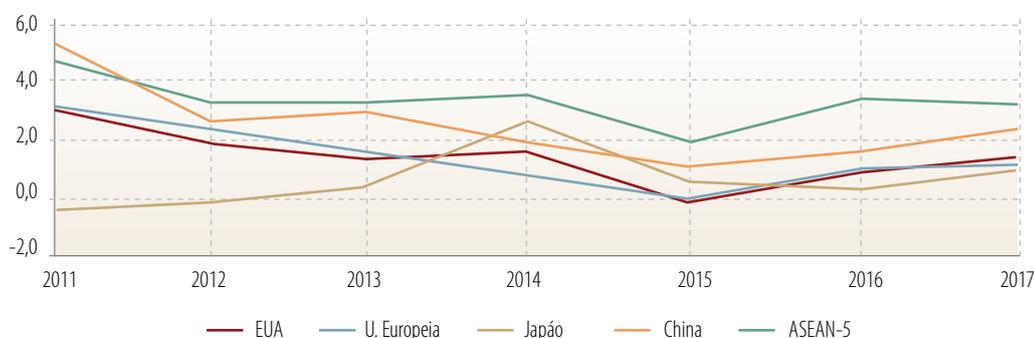
Por último, a comparação da performance das 4 principais economias mundiais – E.U.A., U.E., Japão, China - revela que a China continuou a desacelerar em 2015, perspectivando-se uma gradual desaceleração para 2016 e 2017, e que os E.U.A. continuaram a crescer mais rápido do que a União Europeia e o Japão, tendência que se devere manter em 2016 e 2017. Em linha com o optimismo já referido do FMI, estas economias deverão registar novo aceleração dos ritmos de crescimento em 2016 e 2017, com excepção da economia chinesa, que se prevê continuar a linha de gradual desaceleração e rebalanceamento sectorial registada desde 2012.

A inflação permaneceu anémica nas principais economias mundiais, destacando-se a descida substancial nas economias desenvolvidas....

A evolução da inflação nas principais economias

No que diz respeito à evolução dos preços em 2015, é de se salientar, sobretudo, a descida substancial da inflação, e respectivas expectativas, nos EUA, Japão e na União Europeia, para um valor significativamente abaixo da referência de longo prazo de 2%. As economias asiáticas, particularmente do bloco da ASEAN, continuaram a exibir taxas de inflação moderadas em 2015, tendo a economia Chinesa registado um ligeiro abrandamento das pressões inflacionistas.

► Taxas de Inflação % Ano - 5 Economias Seleccionadas



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2015

.... devido à descida do preços internacionais das commodities, mas também à perpetuação dos elevados níveis de subemprego em algumas economias.

A descida da inflação nas principais economias mundiais, particularmente nas mais desenvolvidas, reflecte a descida substancial dos custos energéticos mundiais e, no caso da UE e Japão, a prolongação de um ciclo de crescimento anémico incapaz de evitar o subemprego de recursos e força de trabalho e, conseqüentemente, em pressões negativas em termos dos níveis de preços. Esta tendência preocupante justificou a tomada de medidas de política monetária mais radicais pelo BCE, ao longo de 2015, que anunciou a implementação de um substancial programa de compra de títulos obrigacionistas europeus e à implementação de taxas de juro directoras negativas. O Japão, pese embora, continue a adoptar um conjunto de medidas monetárias altamente expansionistas, continuou a registar níveis de inflação anémicos, em torno dos níveis registados na última década.

Em suma, 2015 ficou marcado pela continuidade do controlo das pressões inflacionistas nos principais blocos económicos mundiais, que resultou, sobretudo, da descida dos preços das "commodities" nos mercados internacionais e parcialmente da perpetuação dos níveis de subemprego nas economias europeias e japonesa.

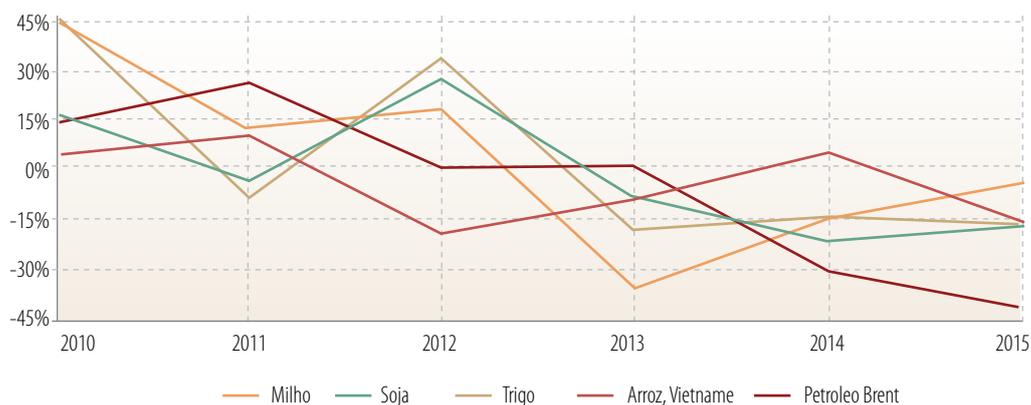
Mercados de Commodities

Nos mercados de commodities, 2015 ficou marcado pela continuada descida generalizada dos preços dos bens alimentares, energéticos e metais industriais. Conforme se mostra em baixo, o preço de um conjunto de bens alimentares e do petróleo voltou a registar descidas médias anuais idênticas

Os preços das matérias primas continuaram a descer em 2015

a 2009, ano marcado pelos efeitos recessivos da “Grande Crise Financeira”. Note-se ainda que o preço do petróleo apresentou em 2015 descidas substancialmente acima das quedas registadas para os principais bens alimentares. Tendo em conta que as principais economias mundiais apresentaram níveis de crescimento robustos em 2015, a descida dos preços das commodities poderá continuar a representar um efeito positivo sobre as principais economias importadoras deste tipo de produtos, suportando o respectivo crescimento económico. Pelo contrário, para as economias exportadoras destes bens, tipicamente países em vias de desenvolvimento, a descida dos preços internacionais representa um choque negativo sobre os seus rendimentos e, conseqüentemente, sobre as suas economias. Um exemplo claro desta situação corresponde naturalmente a América Latina, cujas economias foram amplamente prejudicadas pela queda dos preços das commodities.

► Preços das Principais Commodities - % variação anual em Dezembro



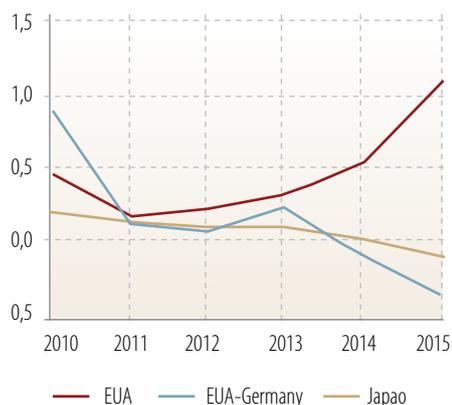
Fonte: Banco Mundial, Commodities Datasheet, Fevereiro 2016

Mercados Financeiros de Referência

Em termos de mercados financeiros, começamos por analisar a evolução dos principais mercados obrigacionistas, designadamente os de títulos do Tesouro, que permitem aferir a evolução, e expectativas de evolução, das políticas monetárias das várias economias, assim como dos respectivos ritmos de crescimento e expectativas inflacionistas. As taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política monetária continuaram a exibir em 2015 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2015, o início da subida de taxas de política nos EUA, materializada em 2015, e a implementação de taxas directoras negativas na União Europeia e Japão. Por outro lado, as taxas de juro a 10 anos mantiveram-se em níveis historicamente baixos, fruto das reduzidas pressões inflacionistas mundiais e do substancial conjunto de medidas de estímulo monetário implementadas nas principais economias desenvolvidas. Note-se, contudo, que ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas se mantiveram em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão, em resultado da melhor performance da economia dos EUA nos últimos anos, que acabou por justificar o início de subida de taxas pelo FED em 2015.

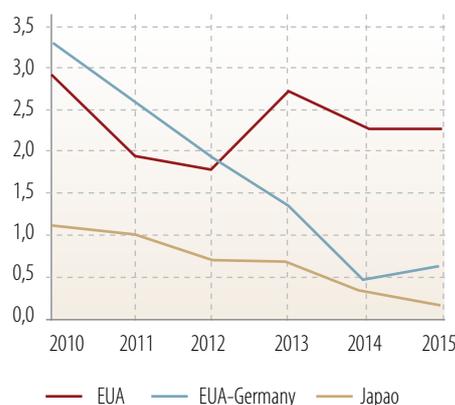
As taxas de juro a 2 anos subiram nos EUA e desceram na zona euro e no Japão....

► Taxas de Juro das Obrigações a 2 Anos



Fonte: Bloomberg

► Taxas de Juro das Obrigações a 10 Anos

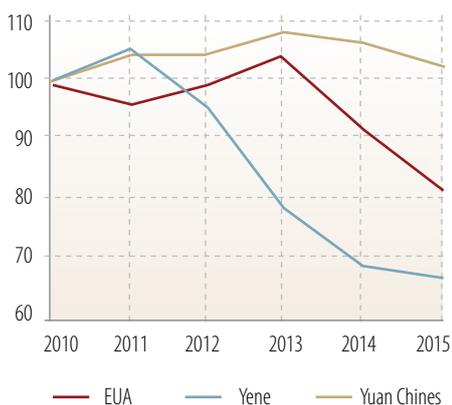


Fonte: Bloomberg

.... o que resultou na continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene

Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas, em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. Por um lado, a divergência das orientações de política monetária entre os EUA e o Japão e U.E. ajudaram a justificar a continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene em 2015.

► Principais Moedas face ao \$ Dólar EUA. 2011=100; descida implica depreciação



Fonte: Google

► Principais Índices Accionistas Mundiais cotados em dólares. 2011=100



Fonte: Google

Os principais mercados accionistas mundiais continuaram a registar divergências em 2015.

Por outro lado, o mercado accionista do EUA manteve-se estável em 2015, continuando a cotar-se acima dos demais principais mercados mundiais, beneficiando da melhor performance da respectiva economia. Conforme se pode observar nos gráficos em cima, a apreciação do dólar explicou também o superior desempenho do mercado acionista dos EUA face aos congéneres europeus e asiáticos, quando cotados em dólares.

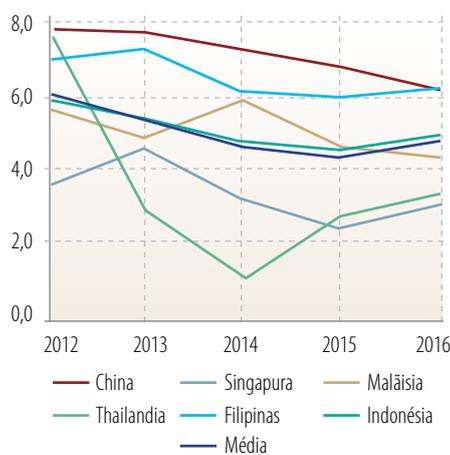
Quadro Económico no Espaço Asiático

Depois de sintetizado o quadro macroeconómico das principais economias mundiais, será também relevante aprofundar a análise dos desenvolvimentos económicos no espaço Asiático, em particular da ASEAN, dado que os principais parceiros económicos de Timor-Leste se situam nesta região. A nossa análise incide, sobretudo, sobre as 5 maiores economias da ASEAN e a China, cuja economia assume cada vez maior relevância regional e mundial, porque são estes os principais parceiros da nossa economia. Por sua vez, destas 6 economias, a Indonésia é o principal parceiro de Timor-Leste, o que justifica alguns comentários específicos à sua evolução.

Em termos dos 2 principais indicadores macroeconómicos, crescimento do PIB e taxas de inflação, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2015, com a taxa média de crescimento a rondar os 4.3%, sendo, contudo, de destacar a desaceleração do crescimento na Malásia e Singapura. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 2%, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação, em grande parte, fruto da desvalorização da rupia face ao dólar.

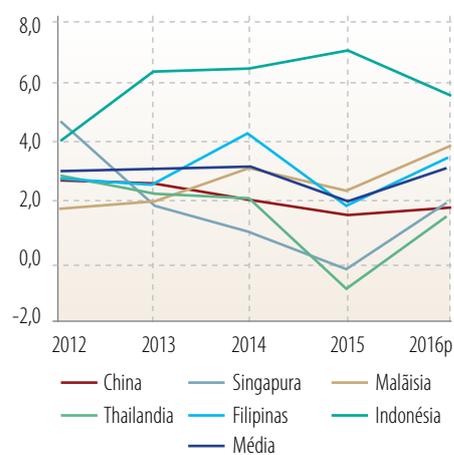
O crescimento económico na ASEAN manteve-se robusto, mas continuou a perder ritmo em 2015....

► PIB – Taxas de Crescimento Anuais em %



Fonte: IMFWEO

► Taxas de Inflação – Médias anuais em %



Fonte: IMFWEO

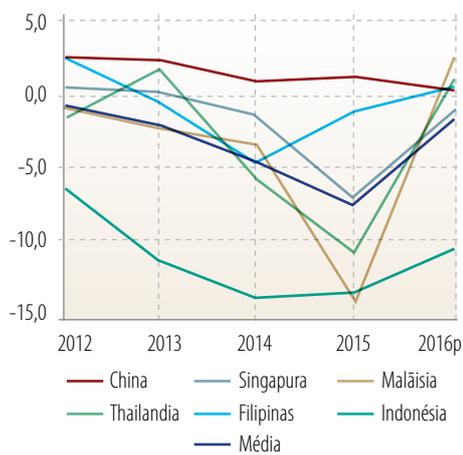
Conclui-se, assim, que a manutenção do dinamismo económico na região em 2015, em conjunto com a depreciação das moedas regionais face ao dólar, continua a explicar a continuada moderação do nível de inflação regional, embora se tenham reduzido as pressões inflacionistas mundiais, conforme se referiu anteriormente.

A evolução dos determinantes macroeconómicos ajuda a explicar, como aliás também é explicada, pelos desenvolvimentos registados nos 2 principais mercados financeiros, o cambial e obrigacionista. Em termos cambiais, 2015 foi também marcado pela depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar, resultante do anúncio de eliminação gradual das políticas monetárias expansionistas nos E.U.A., com particular destaque para a rupia indonésia, cuja queda foi explicada pela deterioração do saldo externo do país e pelo atraso na resposta do respectivo banco central ao aumento das pressões inflacionistas e depreciação da divisa.

.... enquanto as pressões inflacionistas se mantiveram contidas, com excepção da Indonésia.

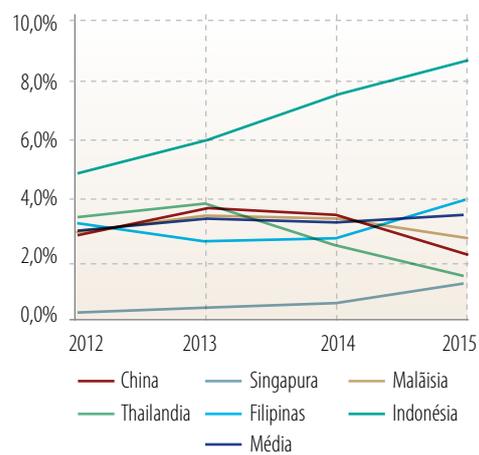
Registou-se ainda a depreciação das divisas regionais face ao dólar....

► Taxas de Câmbio – Variação % face ao USD



Fonte: IMF WEO

► Taxas Obrigações do tesouro a 2 anos



Fonte: ADB

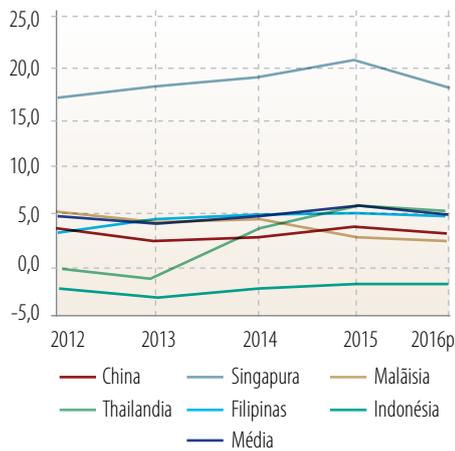
.... com as taxas de juro a 2 anos estaveis, excepto a da Indonésia que voltou a subir

As taxas de juro dos mercados obrigacionistas, aqui representados com base nos títulos a 2 anos, mantiveram-se geralmente estáveis na região, constituindo a Indonésia a única excepção. No caso da Indonésia, as taxas de juro voltaram a aumentar em 2015, em função da subida das taxas directoras do banco central e da consolidação da expectativa da necessidade de futuras subidas para responder apropriadamente à depreciação da rupia e, simultaneamente, ao agravamento das expectativas inflacionistas, num contexto de perpetuação de um saldo externo negativo.

As contas externas mantiveram-se superavitárias, com a excepção da Indonésia

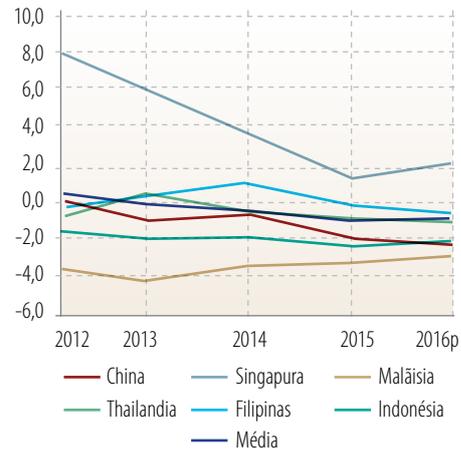
No que se refere ao equilíbrio das contas externas e das contas públicas, podemos concluir que a maior parte dos parceiros continuou a manter excedentes externos substanciais em 2015, com excepção da Indonésia, que manteve um défice da conta externa corrente em -2.5%. Sendo a Indonésia um país exportador de matérias-primas, sobretudo energéticas e metais industriais, a descida dos preços internacionais destas "commodities" resultou num choque substancialmente negativo para a sua economia, exigindo políticas macroeconómicas restritivas mais fortes para conter o dinamismo da procura doméstica, corrigir o défice externo e conter a depreciação da rupia face ao dólar. Em termos dos saldos orçamentais, 2015 foi caracterizado por um ligeiro aumento dos défices públicos na região, destacando-se a tendência negativa de Singapura, ao longo dos últimos anos. As 2 excepções regionais continuam a ser Singapura, pela positiva e a Malásia, pela negativa, cujo défice público ascendeu a -3.7% em 2015.

► Contas Correntes Externas em % do PIB



Fonte: IMF WEO

► Saldos Orçamentais Públicos em % do PIB



Fonte: IMF WEO

Em suma, o quadro macroeconómico da região manteve-se relativamente estável em 2015, sendo contudo de destacar a depreciação generalidade das divisas regionais face ao dólar. Esta depreciação parece-nos, em geral, mais devida ao início do ciclo de subidas de taxas de juro directoras nos Estados Unidos, do que a desequilíbrios macroeconómicos na região, dada a manutenção de ritmos de crescimento económico robustos e a forte posição externa das economias regionais.

Note-se, porém, que este quadro geral não se aplica completamente à economia Indonésia, o maior parceiro de Timor-Leste, visto que a rupia voltou a depreciar-se 10% face ao dólar, prolongando as perdas substanciais verificadas quer em 2013, quer em 2014. Esta tendência negativa tem mantido em alta as pressões inflacionistas no país, sem contudo se ter observado, ainda, uma correcção substancial da posição externa deficitária. Ainda embora experimentando níveis de volatilidade cambial notáveis, a par dos desequilíbrios já referidos, a economia Indonésia conseguiu manter um crescimento anual robusto, apenas ligeiramente abaixo dos 5% em 2015. A importância deste parceiro para a nossa economia implica naturalmente a manutenção de uma monitorização adequada destes desenvolvimentos, esperando-se, contudo, que as recentes medidas de política introduzidas pela Governo e uma vigilância mais apertada pelo seu Banco Central, venham a reduzir gradualmente estes riscos macroeconómicos.

Em geral, as economias da região mantiveram-se estáveis....

.... com a excepção da Indonésia: assistindo-se à depreciação substancial da rupia

.... devido às pressões inflacionistas e à sua posição externa deficitária.

Canais de Transmissão para Timor-Leste

Síntese

A breve análise da evolução económica e financeira internacional e do espaço asiático, que é bastante mais relevante para Timor-Leste, não estaria completa sem o entendimento das respectivas repercussões na nossa economia. Este ponto trata de identificar os principais canais de transmissão dos desenvolvimentos internacionais à nossa economia. Actualmente, é razoável aceitar-se que estes efeitos são ainda reduzidos e limitados a determinados aspectos sectoriais da nossa economia.

Este ponto procura precisamente ilustrar o mecanismo de funcionamento dos principais canais, que são: o impacto na evolução dos níveis de inflação doméstica, determinação do valor das receitas petrolíferas e efeitos sobre o valor dos investimentos realizados no âmbito do Fundo Petrolífero. O Investimento Directo Estrangeiro é certamente uma das variáveis mais influenciadas pelo contexto externo, mas a escassez de investimentos efectivos e de dados fiáveis em Timor Leste, não nos permite ainda analisar devidamente esta relação.

Naturalmente, à medida que a nossa economia se desenvolve e aprofunda as relações de interdependência com os seus parceiros económicos regionais, esperamos que os desenvolvimentos externos influenciem, cada vez mais, a evolução da nossa economia, expandindo o número e a influência dos vários canais de transmissão.

Inflação Importada

O modelo de inflação do BCTL assenta em 2 principais determinantes: a evolução da economia doméstica e a taxa externa de inflação na região asiática.

Um dos principais de canais de transmissão para a nossa economia é, de facto, o impacto dos preços internacionais na evolução da inflação doméstica e respectivas expectativas. Sendo Timor-Leste uma economia de grande intensidade importadora – as importações de bens e serviços correspondiam, em 2013, a 95.9% do PIB nominal não-petrolífero – é natural esperar-se que a evolução dos preços internacionais dos bens e serviços importados afecte substancialmente a inflação doméstica.

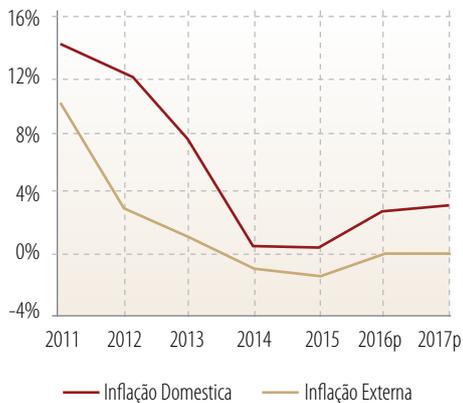
O trabalho de investigação empírica e construção de modelos económicos desenvolvido pelo BCTL tem confirmado a importância deste canal. Um dos principais problemas do nosso trabalho neste contexto decorre da dificuldade em definir uma variável adequada para medir o nível de “inflação externa” para Timor-Leste, dada a ausência de um índice de preços de importações e a grande variabilidade do cabaz de importação e da estrutura geográfica das nossas importações. Depois de experimentadas diversas formas funcionais para esta variável, concluímos que a variável mais adequada, em termos empíricos, parece ser uma média das taxas de inflação das 5 maiores economias da ASEAN e da China, convertida em dólares. Na prática, esta medida corresponde a uma média da taxa de inflação regional medida em dólares, pelo que inclui, em simultâneo, o impacto das variações cambiais regionais face ao dólar e das taxas de inflação em moeda local.

A evolução da taxa de inflação externa influencia a taxa da inflação de Timor-Leste....

.... e a sua descida impulsionou a descida da taxa de inflação em Timor-Leste ao longo dos últimos anos.

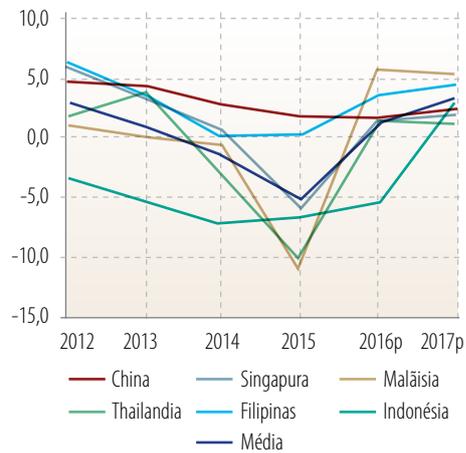
Conforme se pode notar no gráfico em baixo, à esquerda, a taxa de inflação doméstica tende a seguir razoavelmente os movimentos da taxa de inflação externa, embora com menor volatilidade. Na medida em que a taxa de inflação externa corresponde à média das 6 economias já referidas, os modelos de previsão de inflação do BCTL utilizam esta variável e respectivas expectativas para construir as previsões de inflação. Adicionalmente, como se pode concluir dos 2 gráficos, a descida recente da taxa de inflação doméstica tem sido reforçada pela descida das taxas de inflação regional, medidas em dólar. Naturalmente, a relação não é perfeita, uma vez que a evolução da economia não-petrolífera de Timor-Leste, sobretudo ao longo dos últimos anos, também afecta fortemente a evolução da taxa de inflação doméstica.

► Inflação Doméstica e Externa – % ano



Fonte: IMF WEO

► Taxas de Inflação regional – % ano em USD



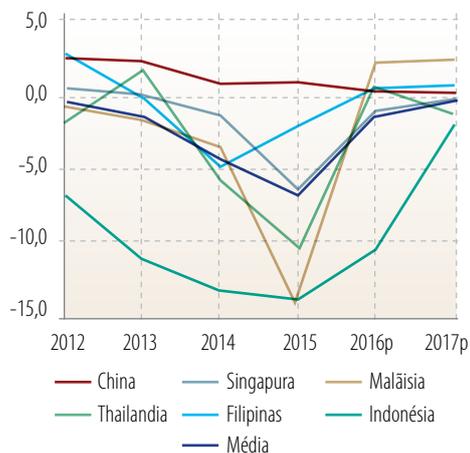
Fonte: IMF WEO

Em 2015, o nível negativo das taxas de inflação regionais em dólares, observadas para praticamente todas as 6 economias, decorreu sobretudo da depreciação das divisas asiáticas face ao dólar, conforme se pode verificar nos gráficos em baixo. De facto, a continuada depreciação generalizada das divisas regionais, depois das descidas registadas em 2013 e 2014, tem sido um dos factores que mais contribuíram para a descida substancial e manutenção de uma inflação historicamente baixa em Timor-Leste, visto que tornam mais baratos os bens e serviços importados.

A redução das taxas de inflação regionais em dólares, deve-se, sobretudo, à depreciação das divisas face ao dólar.

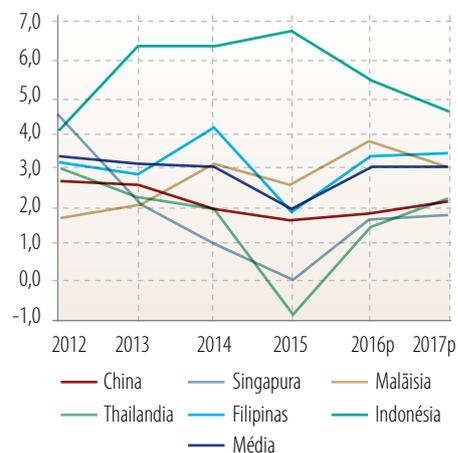
Sendo as taxas de inflação externas em moeda local relativamente estáveis no tempo, conclui-se que os movimentos das moedas dos parceiros face ao dólar são, por sua vez, um factor bastante importante na determinação da inflação doméstica. Note-se ainda que a redução substancial da inflação em Timor-Leste resulta também das descidas de preços internacionais das commodities mais representativas, como o petróleo e os bens alimentares, já referida anteriormente.

► Moedas Asiáticas face ao Dólar - % ano



Fonte: IMF WEO

► Taxas de Inflação externas - % moeda local



Fonte: IMF WEO

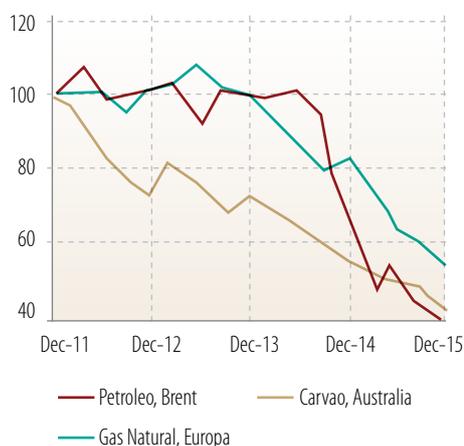
Registou-se uma nova descida significativa do preço do petróleo em 2015....

Tendo em conta a importância deste canal de transmissão, a evolução a prazo da “inflação externa”, determinada fortemente pela evolução cambial, será um dos factores mais influentes na determinação da evolução da inflação doméstica. Neste campo, o BCTL continua a esperar que o dólar se mantenha robusto face às divisas regionais em 2016 e 2017, o que, em conjunto, com a manutenção de taxas de inflação dos parceiros em moeda local controladas, nos leva a prever que a inflação externa se mantenha historicamente reduzida no mesmo horizonte temporal, ajudando a controlar naturalmente as pressões inflacionistas em Timor Leste.

Mercados Energéticos e as Receitas Petrolíferas

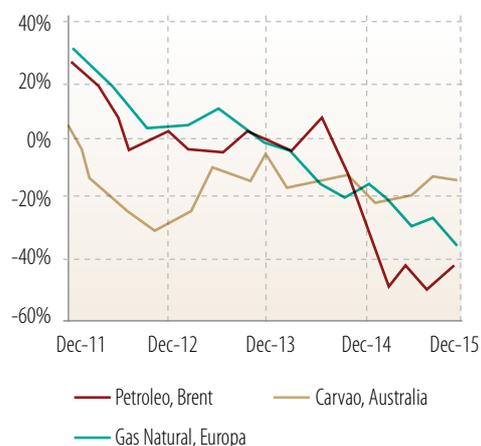
A evolução dos preços do petróleo, gás natural e outros recursos energéticos é bastante volátil, oscilando substancialmente entre períodos de elevados e baixos níveis de preços. Os gráficos em baixo evidenciam estas oscilações e permitem colocar a descida recente dos preços energéticos, numa perspectiva plurianual. Note-se que não são raras as ocasiões em que os preços descem 50% e aumentam mais de 50%, no espaço de 1 ano. Em termos de níveis, a descida abrupta do preço do petróleo a partir do final de 2014 resultou em preços idênticos aos de 2006, anulando todos os ganhos de preços nominais registados nos últimos 9 anos.

► Preços da Energia spot – 2011 Dez = 100



Fonte: Banco Mundial

► Preços da Energia spot – variação % ano



Fonte: Banco Mundial

.... que dificilmente se previa no início do ano.

A evolução dos preços energéticos não é, contudo, fácil de antecipar, visto que resulta tanto da interdependência entre a procura e oferta agregada nos mercados físicos, como, crescentemente, dos efeitos menos mensuráveis e imprevisíveis decorrentes da “financiarização” destes mercados, evidente na expansão do mercado de derivados financeiros e crescente participação de intermediários financeiros e especuladores. Uma prova evidente desta incapacidade de previsão é, claramente, a queda recente do preço do petróleo, cuja velocidade e amplitude não foram, de forma alguma, previstas pela generalidade dos intervenientes e analistas do mercado.

Esta ressalva é importante, porque nos previne de aceitar cenários simplistas e de extrapolarmos maiores descidas de preços, apenas baseados na queda recente do preço do petróleo. Por outro lado, a evolução do preço dos produtos petrolíferos continua a ser bastante importante para Timor-Leste, visto que as receitas petrolíferas continuam a ser centrais no financiamento dos gastos e investimentos públicos domésticos.

Note-se ainda que o impacto das flutuações dos preços energéticos na riqueza petrolífera do país é hoje substancialmente inferior, face ao que acontecia em anos anteriores. Isto decorre do facto de as futuras receitas petrolíferas serem hoje bastante inferiores face ao que já foi extraído das reservas do mar de timor, com a perspectiva da exploração dos campos existentes cessar completamente até 2021. Note-se, assim, que as receitas futuras previstas de 2016 até 2021 ascendem apenas a 1,720 milhões de dólares, o que corresponde a apenas 8% das receitas acumuladas obtidas de 2002 a 2015, no valor de 21,095 milhões.

Tendo em conta as limitações naturais na previsão dos preços necessários para se calcularem as receitas petrolíferas anuais e futuras do país, parece-nos ser mais razoável utilizarem-se vários cenários de preços do petróleo e avaliar o grau de sensibilidade destas receitas ao preço do cenário. O quadro em baixo quantifica o impacto de vários cenários de preços médios do petróleo sobre o valor das receitas petrolíferas, riqueza total e rendimento sustentável estimado (RSE), comparando-as com os valores apresentados no Orçamento de Estado para 2016. Conforme se pode constatar, o Orçamento de 2016 assume um preço médio do petróleo de 74.5 dólares, entre 2016 e 2021, o que é superior ao preço de final de 2015 de 43 dólares. Conforme se pode constatar, como ilustração, caso o preço médio seja de 60 dólares entre 2016 e 2021, o valor actual das receitas petrolíferas desce 1,554 milhões de dólares, inscrito no OGE de 2016, para apenas 1,252 milhões. É ainda importante notar que o RSE, ou seja o rendimento/despesa anual que não esgota a riqueza petrolífera, desce de 533 milhões ano, para apenas 524 milhões.

As receitas petrolíferas futuras são hoje bastante menores do que no passado, reduzindo o impacto das oscilações do preço do petróleo sobre a riqueza petrolífera.

O RSE do OGE de 2016 assume um preço médio do petróleo de 74.5 dólares, substancialmente acima dos preços de mercado ao longo de 2015 e princípio de 2016.

► Sensibilidade do Valor da Riqueta Petrolífera e RSE ao Preço do Petróleo

	Preço=40 usd	Preço=50 usd	Preço=60 usd	Preço=70 usd	Preço=80 usd	OGE 2016
Receitas Petrolíferas						
Preço Medio Petroleo, USD	40	50	60	70	80	74,5
Producao barris milhoes	132	132	132	132	132	132
Valor Nominal	923	1 154	1 385	1 615	1 846	1 720
Valor Actual	834	1 043	1 252	1 460	1 669	1 554
Valor Actives Fundo Petroleo	16 217	16 217	16 217	16 217	16 217	16 217
Riqueza Petrolífera	17 051	17 260	17 469	17 677	17 886	17 771
ESI-% Ano	3%	3%	3%	3%	3%	3%
ESI - 3% x Riq. Petrolífera	512	518	524	530	537	533

Os preços dos activos financeiros influenciam o RSE e, por sua vez, a capacidade de financiamento do OGE

Neste momento, o FP investiu já 60% do seu valor em obrigações e 40% em acções....

....mas apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções

A performance do Fundo depende da evolução dos preços dos títulos nestes 2 mercados...

Em 2015 o Fundo registou uma perda global, justificada sobretudo pela apreciação do dólar face às moedas de investimento.

....assim como da evolução dos mercados cambiais, visto que o Fundo investe em moedas que não o dólar.

Mercados Financeiros e o Fundo Petrolífero

Por último, abordamos ainda um outro canal de transmissão dos desenvolvimentos internacionais a nossa economia, que se relaciona com o Fundo Petrolífero criado para gerir eficientemente a riqueza mineral do país. O mecanismo de funcionamento deste canal é semelhante ao do preço do petróleo, na medida em que a evolução dos preços dos activos financeiros internacionais determinam o valor do Fundo Petrolífero e, por sua vez, o valor do Rendimento Sustentável. Na medida em que afectam estes 2 agregados, os preços dos activos financeiros acabam por influenciar o montante das receitas disponíveis para financiar o Orçamento de Estado e, conseqüentemente, o ritmo e dimensão das políticas de gastos e investimentos públicos.

O Fundo Petrolífero (FP) fechou o ano de 2015, com o valor dos activos financeiros a ascender a 16,217 milhões de dólares, investidos maioritariamente (60%) em obrigações do Tesouro dos países mais desenvolvidos e em acções (40%) de milhares de empresas sediadas nestes mesmos países. Pela primeira vez na sua história, o FP registou uma descida do valor dos seus activos de 322 milhões de dólares. Desde a sua criação, o FP tem vindo a alargar o seu universo de investimento, começando, primeiro, por apenas investir em títulos do Tesouro Norte-Americanos, passando depois por investir gradualmente em acções e, por fim, estendendo os investimentos a obrigações de vários Tesouros mundiais. O alargamento gradual do mandato de investimento regeu-se pela procura crescente de um retorno esperado mais elevado para o Fundo e pela maior diversificação dos investimentos e mercados considerados.

Naturalmente, este desenvolvimento institucional expõe o Fundo a novos riscos e mercados, mas que, beneficiando da diversificação entre a evolução dos preços dos vários activos, permite construir uma Carteira mais sólida e cujo retorno é mais eficiente, para o nível de risco desejado. Actualmente, o Fundo investe apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções, pelo que os juros das obrigações e os dividendos das acções providenciam, ao Fundo, um rendimento fixo e constante, pelo menos *a priori*. Naturalmente, ao investir em títulos obrigacionistas e acções, o Fundo beneficia das subidas dos respectivos valores de mercado, ou, pelo contrário, pode ser prejudicado pela sua descida. Assim sendo, os principais riscos financeiros do Fundo correspondem a eventuais perdas decorrentes da descida dos preços das obrigações, ou das acções adquiridas. Adicionalmente, uma vez que o FP investe em vários mercados nacionais, denominados em moedas diferentes do dólar, o Fundo também se encontra exposto ao risco cambial dos investimentos, entendido como a possibilidade de depreciação das várias moedas de investimento face ao dólar. Em suma, o risco financeiro do FP inclui 3 tipos de riscos: risco accionista, ou risco de descida dos preços dos principais mercados accionistas mundiais, risco de taxa de juro, que corresponde ao risco de queda dos preços das obrigações do tesouro; e risco cambial, que consiste no risco de depreciação das moedas de investimento face ao dólar.

A evolução dos preços dos activos do FP e das várias moedas de investimento consiste, assim, no verdadeiro canal de transmissão entre os mercados internacionais, o valor do FP e o valor do rendimento sustentável esperado. Em termos de retornos, o ano de 2015 foi ligeiramente negativo para o FP, uma vez que as perdas registadas nos investimentos accionistas (-0.41%) foram superiores aos ligeiros ganhos registados nos mercados obrigacionistas (0.11%). Em termos de factores explicativos, a apreciação do dólar face às moedas de investimento foi o elemento mais negativo, resultando em perdas no ano de 302 milhões de dólares, as quais se somaram as perdas cambiais

de 426 milhões já registadas em 2014. Este impacto foi mais visível na carteira de investimentos acionistas, cuja exposição a moedas diferentes do dólar é substancialmente superior à da carteira de obrigações.

Os investimentos em títulos de Tesouros registaram ligeiros ganhos.

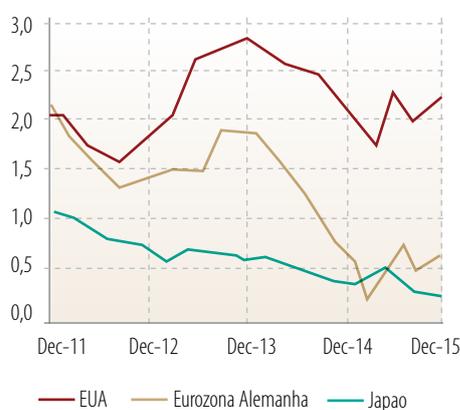
Nos mercados de títulos do Tesouro mundiais, a generalidade das taxas de juro, nos vários mercados e prazos, mantiveram-se em níveis semelhantes aos de 2014, com excepção dos prazos mais curtos no mercado dos EUA. Esta relativa estabilidade das taxas de juro permitiu ao FP acumular o rendimento dos cupões recebidos, com o valor de mercado das obrigações a manter-se praticamente inalterado.

► Taxas de Juro a 2 Anos - % ano



Fonte: Bloomberg

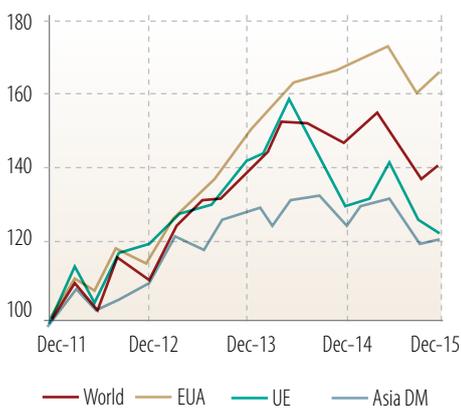
► Taxas de Juro a 10 Anos - % ano



Fonte: Bloomberg

Em termos dos mercados accionistas, como se pode observar em baixo, a apreciação do dólar resultou na perda de valor do benchmark accionista do fundo (linha preta – World), com o mercado accionista norte-americano a manter-se praticamente inalterado em 2015. O impacto negativo da depreciação das moedas europeias é particularmente visível na descida do valor das acções de empresas europeias (linha verde).

► Mercados Accionistas – 2011 Dez = 100



Fonte: Bloomberg

► Moedas face ao USD – 2011 Dez = 100



Fonte: Bloomberg

O valor do FP continua a depender substancialmente da evolução dos preços em dólares dos vários activos financeiros.

Em suma, o Fundo Petrolífero detém hoje uma carteira de títulos extremamente diversificada e investida nos principais mercados accionistas e obrigacionistas mundiais, o que lhe permite otimizar o respectivo perfil de retorno-rendimento. Contudo, dados os investimentos substanciais em obrigações e acções globais, podemos concluir que o valor e rendimento do FP se encontra intrinsecamente dependente da evolução dos preços globais destes activos, que é naturalmente afectada pela evolução do dólar face às divisas dos respectivos investimentos.

Num quadro de análise temporal mais longo, não nos parece marginal, hoje, o risco de que os mercados accionistas e obrigacionistas venham a registar perdas, dadas as actuais elevadas valorizações dos mercados accionistas e o nível historicamente baixo das taxas de juro das obrigações. Contudo, o alongado horizonte temporal do Fundo e o seu quadro institucional, dever-nos-ão permitir enfrentar as oscilações dos mercados de uma forma racional e até beneficiar dos episódios de descidas de preços, que regularmente se manifestam nos mercados.

II. Evolução recente da economia nacional

Produção: Actividade Económica

No âmbito da prossecução do objectivo definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de transformar o País numa economia de rendimento médio superior com uma população educada, saudável e segura até 2030, o Governo tem vindo a reforçar o nível de despesa pública nos últimos anos, tendo a economia doméstica crescido 9,2% ao ano, entre 2008 e 2013.

A Direcção-Geral de Estatística (DGE) publicou, em 2015, as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2013, onde apurou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) de 2.8% para o ano de 2013, substancialmente inferior ao ritmo de crescimento dos anos anteriores, (<http://www.statistics.gov.tl/timor-leste-nacional-account-2000-2013/>).

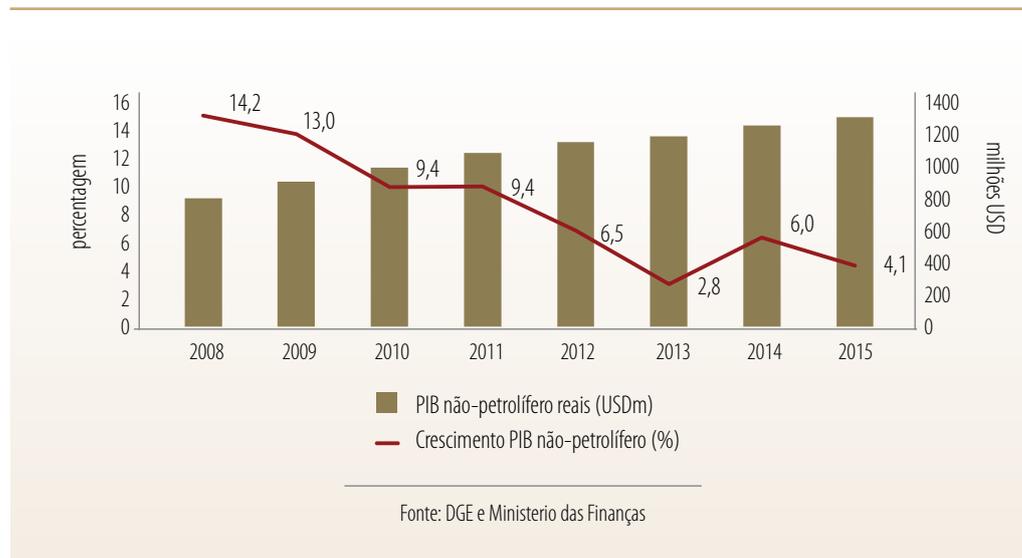
O Governo, na sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, prevê ainda uma aceleração do crescimento do PIB para 2014 de 6%, e um novo abrandamento, para 4.1%, em 2015 (OGE16 - Livro 1, pg. 17).

A economia nacional cresceu, em média por ano, de 9,2% entre 2008 e 2013.

A DNE calculou, em 2015, um crescimento do PIB de 2.8% para 2013.

O Governo, estima, no OGE 2016, uma taxa de crescimento de 6% e 4.1% para 2014 e 2015

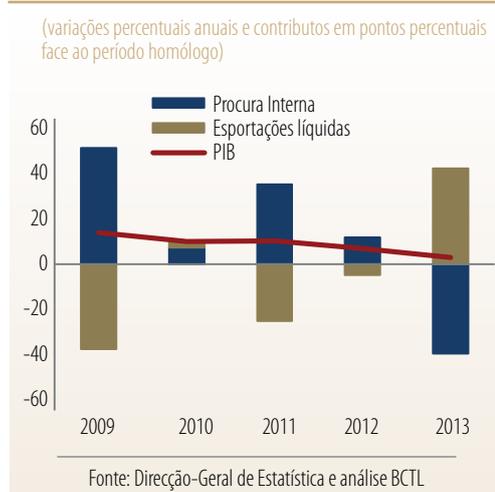
► **Figura 1.** PIB Nao-Petrolifero reais, actuais 2008 - 2013 e Projeções



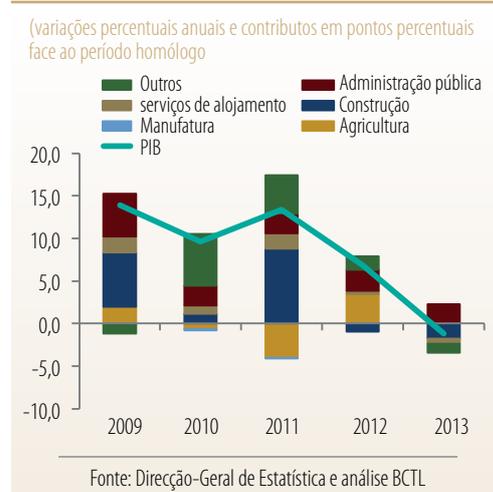
.... mas a balança corrente excluindo o FP e receitas petrolíferas, continua a ser deficitária.

Os contributos para o crescimento do PIB de Timor-Leste, na óptica da despesa, podem ser observados em baixo. A procura interna registou uma queda significativa em 2013, resultando na referida diminuição do crescimento do PIB no período. A queda da procura interna foi principalmente devida à descida do consumo e investimento públicos, que registaram reduções de 25% e 31%, respectivamente.

► **Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa**



► **Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção**



O setor da agricultura ainda representa um peso importante na economia, mas, pela negativa, o seu crescimento tem sido bastante fraco.

Na óptica da produção, a economia doméstica continua a ser dominada pelos sectores da administração pública e da construção civil, esta sobretudo voltada para o sector público. No entanto, nos últimos dois anos o sector da construção registou uma contribuição negativa, resultante do abrandamento da despesa de investimento público. Por seu lado, a agricultura, apesar de ainda ser um sector importante na economia, continuou a ver reduzido o seu peso para 17% do PIB em 2013, quando, em 2006, representava 31.5%. Note-se, assim, que o sector agrícola não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento da economia na última década. Pela negativa, a agricultura e a indústria que são sectores fundamentais na criação de emprego e elevação da produção nacional, têm registado, em geral, uma evolução bastante anémica ao longo da última década, não tendo beneficiado da elevação substancial do nível de despesa publica.

O BCTL desenvolveu um indicador de actividade económica para obter estimativas mais atempadas do crescimento do PIB....

Dado o elevado desfasamento na publicação das Contas Nacionais, o BCTL desenvolveu um indicador em tempo-real que permite obter estimativas mais actuais do crescimento económico, fundamentais para compreender a evolução de outros agregados económicos, como a inflação, e, eventualmente, sustentar quantitativamente a discussão e a tomada de decisões de política económica. Este indicador utiliza dados de frequência mensal e trimestral para avaliar a tendência do crescimento na nossa economia, incluindo nove variáveis consideradas bons indicadores do ciclo económico.

► Subcomponentes do Indicador de Actividade Económica do BCTL

	Sectores	Subcomponentes
1	Importações	Materiais de Construção Combustíveis
2	Despesa Publica	Capita; de Desenvolvimento Total Despesa
3	Receita Publica	Impostos s/ Rendimento Total Impostos
4	Financeiro	Depositos Particulares Credito Total Transferencias Liquidadas p/ Estrangero

Fonte: BCTL

De acordo com o indicador de actividade do BCTL, a economia doméstica voltou a desacelerar em 2015, com o crescimento anual a cair para os 4.4% em 2015, dos 7% registados em 2014. No seu conjunto, o crescimento médio anual entre 2013 e 2015, avaliado em 3.9%, é significativamente inferior à media dos 5 anos anteriores, de 2008 a 2012, de 9.5%, o que traduz um claro abrandamento do nível de crescimento económico. Este abrandamento resulta fundamentalmente da redução do ritmo de expansão da procura agregada directamente causada pela diminuição do ritmo de crescimento percentual da despesa pública nacional.

Em baixo, do lado direito, apresentamos ainda um indicador desenvolvido pelo BCTL, que nos permite estimar o crescimento económico numa base sectorial, para os anos em que não existem ainda dados para as contas nacionais.

Este indicador de produção, depois de agregados os crescimentos dos vários sectores, permite obter uma estimativa complementar do nível de crescimento do PIB. Conforme se pode constatar, 2014 foi marcado pelo aceleramento do crescimento em praticamente todos os sectores face a 2013, mas em 2015, assistiu-se a um novo abrandamento da economia. Interessantemente, a estimativa de crescimento utilizando este indicador de produção é de 2.5% para 2015, mais fraca, ou cerca de metade do estimado pelo indicador de actividade do BCTL, que é mais influenciado por indicadores relativos à despesa agregada.

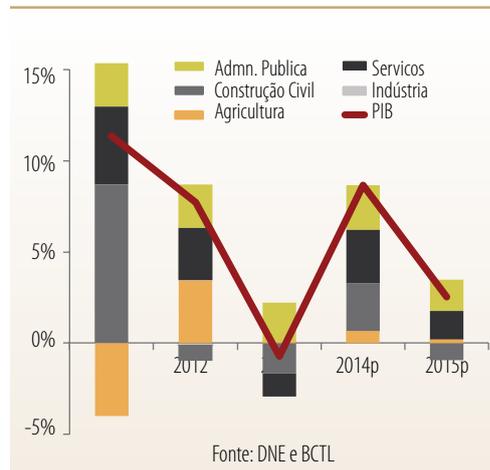
.... que registou uma recuperação robusta do crescimento em 2014 para 7%, mas um novo abrandamento em 2015 (3.9%).

O BCTL desenvolveu ainda um indicador da produção, numa base sectorial, que também evidencia o abrandamento da economia entre 2013 e 2015, quando comparado com o período de 2008 a 2012.

► Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa



► Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção



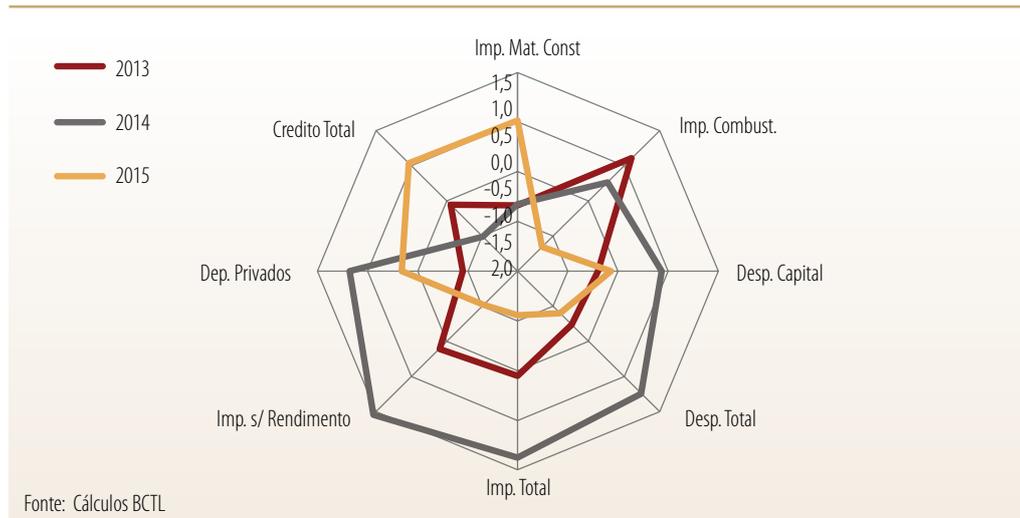
Fonte: DNE e BCTL

Numa perspectiva temporal mais longa, vale a pena salientar que o crescimento substancial da economia nacional nos últimos 8 anos, assentou, sobretudo, na expansão dos sectores da construção civil, serviços e administração pública. Pelo contrário, a contribuição da agricultura e indústria, sectores fundamentais para um processo de crescimento sustentado, tem sido relativamente marginal, resultando na perda de expressão destes sectores no conjunto da produção nacional.

No sentido de complementar esta análise sintética dos indicadores, o gráfico em baixo apresenta a evolução anual de 8 subcomponentes incluídos no indicador de actividade do BCTL. Estes indicadores cobrem áreas fundamentais da nossa economia e encontram-se disponíveis numa base mensal, pelo que nos permitem medir, em tempo real, a evolução de cada um dos sectores. O gráfico em baixo apresenta a variação anual em milhões de dólares de cada indicador para os anos de 2013, 2014 e 2015.

► Evolução dos Vários Sectores – variações anuais reais - absolutas em “zscore”

... enquanto que os sectores agrícola e industrial registaram taxas de crescimento anémicas.



Preferimos apresentar estes dados na sua versão ‘normalizada’, para facilitar a sua comparação conjunta, uma vez que as séries apresentam níveis, médias e oscilações bastante diferentes. Este gráfico permite-nos identificar os sectores que se apresentaram mais ou menos robustos, face aos anos anteriores. É de notar que, quanto maior for a classificação de cada série no eixo de referência, melhor a performance do indicador no respectivo ano. Por exemplo, de acordo com o gráfico, no ano de 2015, as importações de materiais de construção registaram um aumento anual de 0,5, face aos -1,2 de 2014 e 2013. Quer isto dizer que este indicador individual registou uma recuperação substancial em 2015, face aos anos anteriores.

Depois de apresentado o gráfico e medidas, será importante salientar que o abrandamento económico de 2015, face a 2014, é evidente neste gráfico. Note-se como 6 dos 8 indicadores são inferiores em 2015, face a 2014. Contudo, em 2015, o ritmo de expansão do crédito doméstico e das importações de materiais de construção foi superior a 2014.

Preços e inflação

Durante os últimos dois anos, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, tem sempre mantido um nível baixo, inferior a 1%, registando, em dezembro de 2015, uma taxa anual negativa de 0,7%. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se manteve em 0,5% e 0,4% , em 2014 e 2015, respectivamente.

No final de 2015, a taxa de inflação homologa anual foi negativa, avaliada em -0,7%....

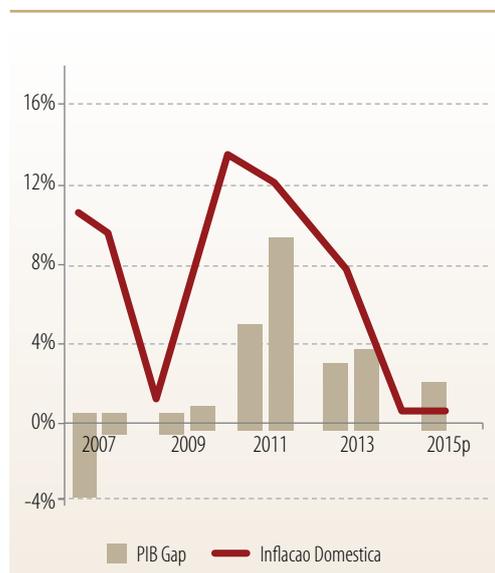
TL: Índice de Preços no Consumidor (IPC) Díli 1014-15, (2012=100)														
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média IPC	Taxas
Índice 2015	104.6	104.6	104.7	104.6	104.5	104.5	104.4	104.2	104.1	104.0	103.6	103.2	104.3	
Taxa mensal	0.5	0.0	0.1	-0.1	-0.1	0.0	-0.1	-0.2	-0.1	-0.1	-0.4	-0.4		
Taxa homólogo	0.5	0.5	0.5	0.3	1.0	1.2	0.9	0.6	0.4	0.4	-0.1	-0.7		-0.7
Taxa média														0.4

Fonte: Direção Geral de Estatística

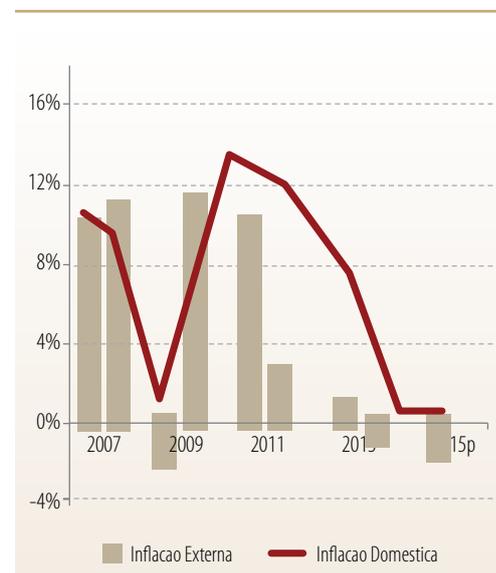
De acordo com o modelo utilizado pelo BCTL, o abrandamento significativo da inflação a partir do final de 2013 e até 2015 deveu-se, maioritariamente, à descida substancial da inflação externa nos últimos anos face à média da última década, decorrente da apreciação do dólar face às moedas dos parceiros e da descida substancial dos preços internacionais das “commodities. A depreciação das divisas regionais resultou, assim, na diminuição do preço dos bens e serviços importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico nacional nos últimos 3 anos (2013 a 2015), quando comparadas com elevadíssimo crescimento verificado entre 2008 e 2013.

.... devido à prolongada descida dos níveis de inflação externa, e do abrandamento da economia nacional nos últimos 3 anos.

► Inflação IPC Díli vs 'PIB Gap' - %



► Inflação IPC Díli vs. Inflação Externa - % Ano



A descida da inflação deve continuar a beneficiar a economia nacional.

Estes 2 gráficos demonstram a relação dos 2 factores explicativos do nosso modelo com a taxa de inflação total anual, apurada com base nos dados do IPC de Díli. Conforme se pode constatar, ambas as variáveis apresentam uma correlação contemporânea razoável com a inflação doméstica, ainda que se possam também observar alguns desfasamentos temporais nestas relações estatísticas.

A redução substancial do nível de inflação é, por nós, vista como um desenvolvimento benéfico para a economia e consumidores nacionais, uma vez que permite reduzir as pressões presentes na última década no país, designadamente as consequências económicas e sociais de elevados níveis de inflação, incluindo o agravamento dos níveis de desigualdade social e da pobreza.

Contudo, o apuramento de taxas de inflação negativas em 2015 poderá suscitar alguns receios relativamente à materialização de um cenário de deflação prolongada na nossa economia, que em geral tende a deprimir os níveis de crescimento e a dificultar os mecanismos de ajustamento económico. Todavia, não julgamos ser este o caso para a nossa economia, pois pensamos que as taxas negativas se devem à substancial e rápida diminuição das pressões inflacionistas externas, cuja duração e impacto julgamos serem apenas temporárias.

► Inflação

variação percentual anual; contributos em pontos percentuais



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise do BCTL

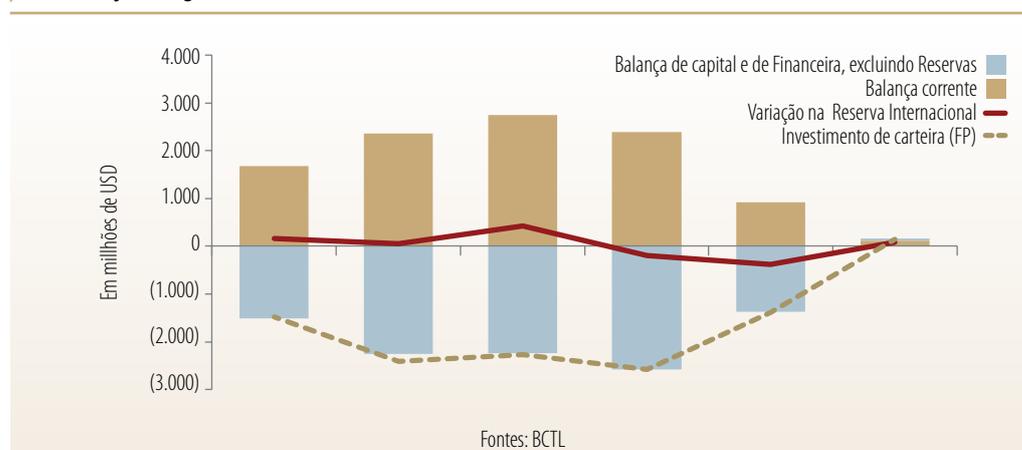
Concluimos este ponto, com uma breve menção à evolução histórica da inflação na nossa economia, notando que os níveis de inflação têm registado oscilações de grande amplitude, registando máximos em 2007, 2008 e 2011, e rapidamente revertendo para níveis baixos no prazo máximo de 2 anos. Na nossa opinião, esta volátil evolução tem resultado, sobretudo, do grau de interação entre os níveis de inflação externos e a elevada amplitude do ciclo económico doméstico. O facto de o país não dispor de uma moeda própria, incluindo também de políticas cambiais e monetárias próprias, impossibilita a gestão macroeconómica do ciclo e da respectiva inflação pelo Banco Central, cabendo, sobretudo, à política orçamental a responsabilidade de gerir adequadamente a relação de interdependência entre o crescimento e os níveis de inflação domésticos.

Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos, designadamente o seu saldo, composição e evolução, é um importante indicador macroeconómico, que sintetiza numericamente o saldo líquido das transações comerciais e financeiras entre uma economia e o resto do mundo. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução recente da balança de pagamentos de Timor-Leste.

Um indicador macroeconómico importante é o saldo da balança de pagamentos, que regista o saldo líquido das transações entre residentes e não residentes.

► TL: Balança de Pagamentos

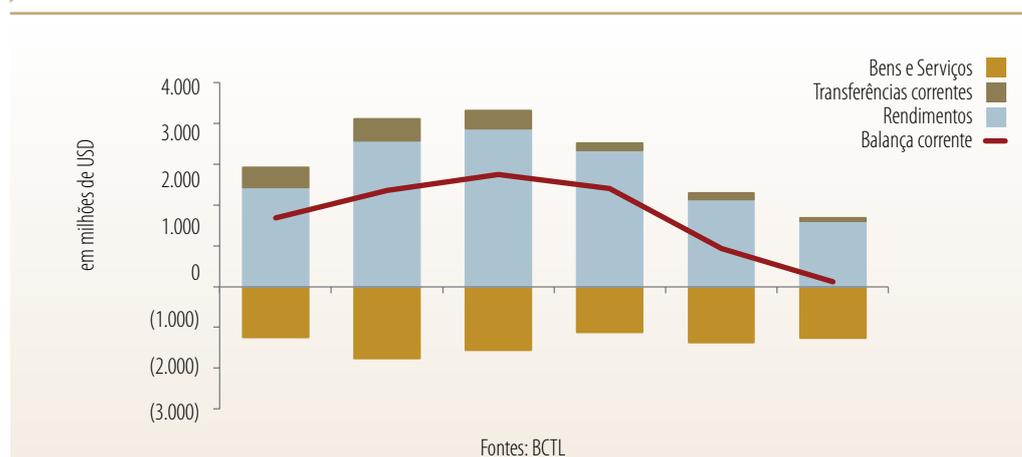


Excluídos os rendimentos do Fundo Petrolífero e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, Timor-Leste continuou a apresentar, em 2015, um saldo da balança de pagamentos deficitário. Todavia, caso se incluam aquelas receitas e rendimentos, o saldo total foi ligeiramente superavitário, tendo contudo registado uma substancial deterioração em 2015, devido à redução das receitas petrolíferas.

Timor-Leste continuou a registar um saldo da BdP negativo, se excluirmos os rendimentos do FP

No gráfico em baixo, apresenta-se ainda a evolução e composição da Balança Corrente, que inclui o rendimento primário, as receitas do Mar de Timor, cujo saldo tem sido sempre positivo ou superavitário.

► TL: Conta Corrente incluindo o rendimento do FP

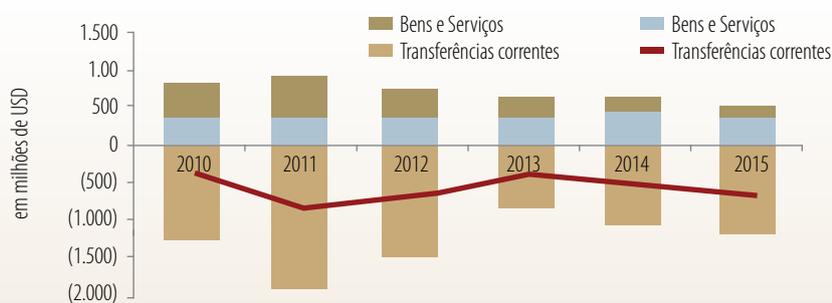


O gráfico apresenta a evolução superavitária da balança corrente de TL, incluindo rendimentos do FP, cujo saldo se tem contudo deteriorado....

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução do saldo da conta corrente, excluindo o rendimento do FP e as receitas petrolíferas. Note-se que este saldo, pelo contrário, tem sempre apresentado valores deficitários, determinados pela posição fortemente negativa da balança comercial dos bens e serviços, que mede a diferença entre as importações e exportações de Timor-Leste. Neste contexto, será de se salientar ainda que o saldo médio negativo da Balança Corrente nos últimos 3 anos manteve-se em USD724 milhões.

.... mas a balança corrente excluindo o FP e receitas petrolíferas, continua a ser deficitária.

► TL: Conta Corrente excluindo o rendimento do FP



Fontes: BCTL

O saldo da balança corrente, incluindo o rendimento primário, ascendeu a 8% do PIB não petrolífero, em 2015, um valor bastante inferior aos 220% e 92%, registados em 2013 e 2014 respectivamente. Esta diminuição deveu-se à descida do rendimento das receitas do petróleo e do gás do Mar de Timor, e à referida manutenção do défice da balança de transações (importação e exportação de bens e serviços).

A economia nacional cresceu, em média por ano, de 9,2% entre 2008 e 2013.

Balança de Pagamentos em % do PIB não petrolífero						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB não petrolífero (milhões USD)	934	1022	1088	1119	1186	1235
Conta Corrente (milhões USD)	1678	2352	2746	1466	1093	98
Bens e serviços	-1241	-1758	-1558	-1044	-1197	-1252
rendimento	2435	3577	3873	3328	2134	1290
Transferência corrente	484	533	432	182	156	60
Conta Corrente (% do PIB)	180	230	252	220	92	8
Bens e serviços	-133	-172	-143	-93	-101	-101
Rendimento	261	350	356	297	180	104
Transferência corrente	52	52	40	16	13	5

Fonte: BCTL

O saldo da transação de bens continua a registar uma elevada posição deficitária, dado os baixos níveis das exportações nacionais e à elevada necessidade de importação de bens para satisfazer a procura interna. As importações de 2015, por exemplo, corresponderam a cerca de 47.5% do PIB não-petrolífero (586 milhões num PIB de 1235 milhões tal como estimados pelo Governo).

As exportações nacionais são muito inferiores às importações....

► TL: Estatística Anuais do Comércio Externo



O substancial défice da balança de transação de bens, em 2015, deveu-se à continuada e elevada dependência das importações, cujo crescimento continuou robusto em 2015. A exportação de mercadorias continua a ser baixa, representando menos de 2.9% do comércio total em 2015, com um crescimento anual de 17,3%.

.... resultando num elevado défice comercial.

TL: Estatística do Comércio Externo
Em milhões de USD

Month/Year	Importacoes			Exportacoes			Saldo Total	Saldo Mercadorias
	Mercadorias	Não-mere	TOTAL	Exportação	re-export	TOTAL		
2014	550.1	3.6	553.7	13.9	25.2	39.1	(514.6)	(536.2)
Jan-15	36.7	0.3	36.9	0.9	0.0	0.9	(36.1)	(35.8)
Fev-15	30.9	0.2	31.0	0.1	1.0	1.1	(30.0)	(30.8)
Mar-15	35.7	0.0	35.8	0.0	0.6	0.6	(35.20)	(35.7)
T1-2015	103.3	0.4	103.8	0.9	1.6	2.5	(101.3)	(102.4)
Abr-15	41.2	0.2	41.3	0.0	0.2	0.2	(41.1)	(41.2)
Mai-15	41.5	0.1	41.7	0.0	0.6	0.6	(41.1)	(41.5)
Jun-15	51.6	0.1	51.7	0.0	6.3	6.3	(41.4)	(51.6)
T2-2015	134.3	0.5	134.7	0.0	7.1	7.1	(127.6)	(134.3)
1ºSemester 15	237.6	0.9	238.5	1.0	8.7	9.7	(228.8)	(236.6)
Jul-15	51.5	0.7	52.2	0.1	2.8	2.9	(49.3)	(51.4)
Ago-15	29.4	0.2	29.6	1.1	13.3	14.4	(15.2)	(28.4)
Set-15	38.9	0.2	39.0	3.6	0.5	4.1	(34.9)	(35.3)
T3-2015	119.8	1.0	120.8	4.8	16.7	21.4	(99.4)	(115.0)
Out-15	78.0	0.2	78.2	6.9	2.4	9.3	(69.0)	(71.2)
Nov-15	99.8	0.6	100.4	2.1	2.1	4.2	(96.2)	(97.7)
Dez-15	50.8	1.0	51.8	1.6	0.6	2.3	(49.6)	(49.2)
T4-2015	228.7	1.7	230.4	10.6	5.1	15.7	(214.7)	(218.1)
2ºSemester 15	348.6	2.8	351.2	15.3	21.8	37.1	(314.1)	(333.2)
2015-Total	586.1	3.7	589.8	16.3	30.5	46.8	(543.0)	(569.8)

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Exportações

As exportações representam apenas 2.2% do total comércio em 2015....

.... e o café continua a ser a única exportação relevante do País...

A quase única exportação do país --- pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística --- é o café. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução mensal das exportações nominais em dólares, entre 2013 e 2015. Como se pode verificar, a exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita. Note-se, ainda, que o valor e volume exportados em 2015 se aumentarem face aos valores de 2014, subiu em 11% e 98.6% respectivamente.

► TL: Exportação Mensal, 2013 - 2015



Fonte: Direcção Geral de Estatística

Valor (mil USD) e volume (toneladas) de café exportado

	2011	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos de América	11.923	18.813	15.781	13.646	15.155
Indonésia	22.203	33.775	13.252	9.643	19.151

Fonte: Direcção Geral de Estatística

O maior País de destino das nossas exportações de café, durante o ano de 2015, foram os Estados Unidos da América, com um peso de 45.2% contra os 8.7% de 2014, ano no qual a Alemanha foi o maior destino, com 61.9% do total.

.... com os EUA a serem o principal país de destino, em 2015.

TL: Exportações por países (milhões USD)

em milhões de USD	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos de América	7,913	5,753	1,194	6,845
Indonésia	237	0	-	368
Singapura	139	168	-	-
Portugal	180	25	1,264	376
Austrália	81	537	410	732
Alemanha	7,819	7,693	8,446	3,181
Taiwan	203	101	115	248
Japão	1,133	973	849	917
Outros	1,108	531	1,368	2,488
Total	18,813	15,781	13,646	15,155

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Importações

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas elétricas. Os bens energéticos representaram cerca de 19.2% do total de importações em 2015, tendo diminuído de 160 para 126 milhões de dólares, em 2015, devido, sobretudo, à redução do preço internacional do petróleo.

O país continua a registar um substancial grau de dependência das importações.

TL: importações por tipo de produtos nos anos mais recentes					
em milhões de USD	2011	2012	2013	2014	2015
Cereais (10)	11	31	23	26	21
Petróleo (27)	56	104	144	160	126
Máquinas mecânicas (84)	22	28	39	32	35
Máquinas Eléctricas (85)	99	244	44	29	48
Veículos (87)	37	53	64	75	73
Outros	94	203	210	233	284
Total	319	664	524	555	587

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Nota: 1 - 0 número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira.

A importação dos cereais registou uma diminuição de 19.2% face 2014

Os cereais, que, por sua vez, representam apenas 3.2% do total da mercadorias importadas, registaram uma diminuição face o ano de 2014, de 19.2%. A redução do valor de importações deste tipo de produto deveu-se ao declínio no preço dos mesmos cereais, bem como à depreciação das moedas dos parceiros comerciais em relação ao dólar

A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro em baixo.

	TL: importações por países nos anos mais recentes				Participação (%)			
	milhões USD							
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Finlândia	229	1	78	23	34.5	0.2	14.1	3.9
Indonésia	149	181	159	191	22.4	34.6	18.7	32.6
Singapura	45	63	125	105	6.8	11.9	22.6	17.9
Austrália	24	16	19	18	3.6	3.0	3.4	3.0
China	44	40	41	65	6.6	7.6	7.4	11.1
Vietname	31	41	34	37	4.7	7.9	6.1	6.3
Estados Unidos	2	1	4	8	0.2	0.3	0.8	1.3
Portugal	11	12	31	10	1.6	2.3	5.7	1.7
Malásia	52	80	36	41	7.8	15.2	6.5	7.0
Outros	79	89	27	89	11.9	17.0	4.8	15.2
Total	664	524	555	587				

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

A composição geográfica das importações não tem sido estável nos últimos anos, mas a Indonésia tem-se mantido como principal parceiro comercial do país.

A Indonésia continua a ser o principal parceiro comercial de Timor-Leste

Finanças Públicas

No OGE de 2016, o Governo priorizou o seu foco nos sectores de saúde, educação e segurança e das infraestruturas.

O Governo, conforme inscrito no seu PED, continua a revelar no orçamento do Estado de 2016, que a principal prioridade é o estatuto de Economia de rendimento médio-alto até 2030, com um foco principal do investimento público nos setores da saúde, educação e segurança, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas necessário para sustentar um processo de crescimento robusto, abrangente e de alta qualidade.

Beneficiando do investimento tecnológico do Estado, os cidadãos podem beneficiar hoje de uma boa fonte de dados para analisar a implementação das actividades e programas públicos, que é o Portal das Finanças em <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>. Este sítio é atualizado diariamente e permite acompanhar o saldo, composição e evolução das finanças públicas do país, constituindo uma fonte fundamental de informação para a análise que se segue.

Despesas Públicas					
	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento (milhões USD)	1,306	1,806	1,648	1,500	1,496
Variação (%)	55.9	38.3	-8.8	-9.0	-0.3
Actual (milhões USD)	1097	1198	1082	1368	1349
% do total orçamento	84.0	66.3	65.6	91.2	90.2

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Registou-se uma manutenção do grau de execução do orçamento em 2015.

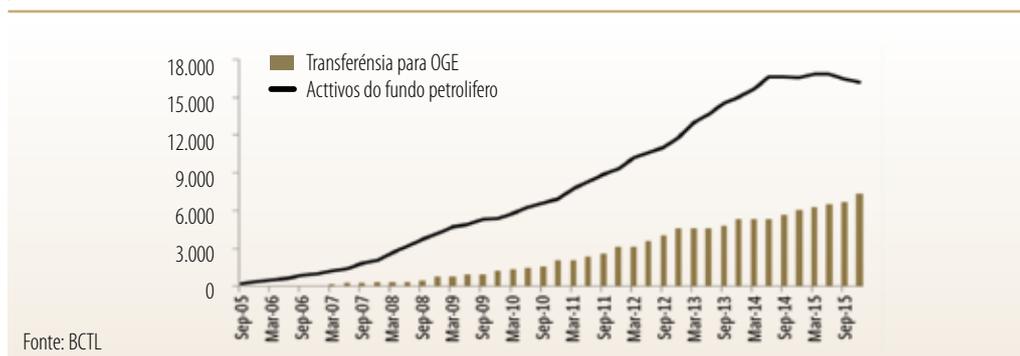
A nível da execução da despesa, o Estado manteve uma performance semelhante à de 2014, tendo executado 90.2% do OGE, pese embora o montante efectivamente gasto venha sido ligeiramente inferior ao de 2014, avaliado em 1368 milhões de dólares.

Receita Pública

As transferências do FP têm sido a fonte de financiamento fundamental dos OGEs

As receitas do Estado são constituídas, fundamentalmente, pelas transferências do Fundo Petrolífero de acordo com a autorização concedida pelo Parlamento Nacional, aquando da aprovação do orçamento anual e as chamadas "receitas domésticas", provenientes da cobrança de taxas e impostos, fundamentalmente sobre o rendimento e as taxas alfandegárias.

► TL: Capital do Fundo Petroífero (em milhões USD)



Fonte: BCTL

Em 2015, foi transferido um valor total de 1327.5 milhões de USD

As transferências do Fundo Petrolífero, que dependem do valor das receitas petrolíferas totais, totalizaram, em 2015, o valor de 1327.5 milhões de USD e foram superiores ao valor do “rendimento sustentável” do Fundo, em 689 milhões de USD. O valor do rendimento sustentável estimado para 2015 foi de 638.5 milhões de USD. Esta projeção assenta no valor actual do Fundo e na estimação das receitas petrolíferas futuras, baseadas numa previsão credível dos preços futuros do petróleo nos mercados. Por decisão do Parlamento Nacional, aquando da aprovação do OGE, o montante necessário ao financiamento do total das despesas foi também aprovado.

Uma outra fonte de financiamento é a possibilidade de o Estado recorrer à dívida externa, da qual se previa obter, em 2015, 70 milhões de USD, para financiar a recuperação e ampliação das principais estradas nacionais do país.

Para completar o total do financiamento do orçamento de 2015, utilizou-se ainda o saldo de caixa das contas do Estado, que não foi utilizado em 2014 e que ascendeu a 2.1 milhões de USD.

As receitas domésticas e o seu incremento constituem também uma das principais prioridades do Governo, em matéria de finanças públicas, de modo a permitir reduzir a dependência das transferências do FP. Note-se que, em linha com

a expansão da economia nacional, as receitas domésticas têm subido significativamente nos últimos anos, atingindo, em 2015, os 170.4 milhões de USD.

.... enquanto o RSE foi de 638,5 milhões de USD.

O Governo recorreu também à dívida externa....

.... além de utilizar o saldo de caixa acumulado....

.... e as receitas públicas domésticas.

► Receitas Doméstica



No quadro abaixo pode ver-se que os impostos, englobando as taxas alfandegárias (sobre as importações) e os impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, são a categoria mais importante das receitas domésticas.

As receitas domésticas continua a aumentar, registando um crescimento de 2% face 2014.

Receitas Doméstica em 2015			
(milhões USD)			
Categoria	Orçamento	Cobrado	Execução %
Total	170	187.9	111
Rendimento de impostos	125.5	120.2	96
Rendimento não-fiscal	36.3	43.6	120
Rendimento de agências e outros resp.	7.6	24.1	317

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

De facto, embora as receitas domésticas do Orçamento de 2015 tenham aumentado em 2015, estas apenas representavam 12.6% do financiamento global, tendo em conta o valor das despesas orçamentadas (1496 milhões de USD). Para a comparação, em 2014 este valor era de 11%, considerando o total de financiamento orçamentado de 1500 milhões de USD.

Levando apenas em consideração o valor efectivamente pago das despesas orçamentadas (1349 milhões de USD), as receitas domésticas (cobradas) permitiram financiar 14% do total.

Por enquanto, estes valores continuam a constatar a enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero.

Despesa Pública

A despesa em bens e serviços continua a representar o maior peso no OGE 2015, de 30,9%....

As despesas orçamentadas e as efectivamente pagas segundo a sua "categoria" estão identificadas no quadro abaixo (a "taxa de execução" é calculada com a soma dos "pagamentos" e as "obrigações" assumidas.

Os dados do orçamento do governo, obtidos a partir do portal da transparência, continuam a indicar a maior importância da categoria de bens e serviços no total de 2015, pese embora esta despesa tenha diminuído por 3.4% face a 2014. Esta representou cerca de 30,9% dos gastos públicos orçamentados e 31.1% da execução total de 2015, o que reflecte bem o "peso" da máquina do Estado no conjunto do Orçamento.

Contudo, note-se que esta categoria inclui a despesa substancial em combustível para os geradores de central eléctrica, avaliada em cerca de 90 milhões de USD, cujo funcionamento foi uma das prioridades do Governo no desenvolvimento do país, para melhorar o nível de vida dos cidadãos e atrair o investimento externo.

Despesas						
Ano Fiscal	2015					
Grupo	Detalhes do orçamento de 2015 (milhões USD)					
CATEGORIA	Orçamento	%	Obrigações	Real	%	Execução %
Total	1,496.1	100.0	70.4	1278.5	100.0	90.2
Salário e vencimentos	166.2	11.1	0.2	158.2	12.4	95.3
Bens e serviços	462.0	30.9	16.9	397.8	31.1	89.8
Capital Menor	33.9	2.3	1.3	27.6	2.2	85.3
Capital de desenvolvimento	395.4	26.4	50.8	273.2	21.4	81.9
Transferências	428.2	28.6	1.2	411.9	32.2	96.5
Despesas para contingências	10.4	0.7	0.0	9.8	0.8	94.2

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

O capital de desenvolvimento, por sua vez, representou 26.4% do total do orçamento, enquanto que, em termos de execução do orçamento, atingiu apenas 81.9%. Estes valores traduzem, portanto, uma diminuição tanto em termos do peso da rubrica como da sua taxa de execução.

O quadro em baixo detalha as despesas em “bens e serviços” de valor superior a 5 milhões de USD. As seis principais são as relativas à despesa com “serviços profissionais” (nomeadamente consultorias), com “combustível com geradores”, com despesas operacionais, com treinamento e seminários, com materiais operacionais, e com outros serviços vários.

Despesas			
Ano Fiscal	2015		
Grupo	Detalhes do orçamento de Bens e Serviços (milhões USD)		
Item	Orçamento	Real	Execução %
Total	1,496.3	1348.8	90.1
Bens e Serviços	462	414.7	89.8
Serviços Profissionais	100	91.5	91.5
Fuel para geradores	91	84.7	93.1
Despesas Operacionais	59.9	43.5	72.6
Treino e Seminários	52.4	38.6	73.7
Materiais Operacionais	42.6	36.7	86.2
Outros Serviços Vários	41.3	26.8	64.9
Operação Veículo a combustível	10.3	8.7	84.5
viagem ao Exterior	10.2	13.5	132.4
Manutenção de Equip & Building	10.1	5.4	53.5
Manutenção de veículos	9.2	9.8	106.5
Utilities	8.6	7.8	90.7
Viagem Local	7.9	8.1	102.5
Office Stationary & Supplies	6.1	7	114.8

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Continuamos ainda a fazer uma referência especial a rubricas com uma taxa de execução superior a 100%: ao contrário do ano anterior, no qual a despesa em materiais operacionais foi a que registou uma taxa de execução superior a 100%, em 2015, as despesas com viagens ao exterior, manutenção de veículos e viagens locais registaram um nível de despesa superior ao orçamentado.

O quadro em baixo sintetiza a informação sobre os programas existentes sobre o Fundo das Infraestruturas (FI) de valor superior a 5 milhões de USD, a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2015.

.... enquanto a despesa em capital de desenvolvimento foi de apenas 26,4% do total.

Os serviços profissionais registam a maior despesa na categoria de bens e serviços

As despesas em viagens ao exterior registam uma taxa de execução superior a 100% em 2015, cerca de 132.4%.

O Governo criou um Fundo para a construção de infraestruturas do País...

Ano Fiscal Grupo	Despesas 2015			
	Item	Detalhes do orçamento de Transfêrencia (milhões USD)		
	Orçamento	Real	Obrigações %	Execução %
Total	1,496.3	1278.4	70.4	90.1
Infraestrutura	395.4	271.9	48.8	81.1
Estradas	139.4	102.0	7.3	78.4
Energia Eléctrica	44.8	42.7	2.1	100.0
Agencia Desenvolvimento Nacional	32.8	14.2	9.1	71.0
Direcção Nacional de Orçamento e Finanças	23.8	12.2	9.3	90.1
Programa de Empréstimos	19.7	8.6	-	43.9
Petrolia e Gas	16.4	13.8	2.3	98.6
Estrados e Pontes	13.1	12.1	1.0	100.0
Aeroportos	13.0	9.5	3.5	100.0
Programa Sector das Finanças	11.1	6.6	0.5	64.1
Desenvolvimento Urbano e Rural	5.9	5.3	0	89.7
Esgotos	5.5	0.5	0.0	8.7

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

.... e a sua taxa de execução de despesa atingiu 81.1% em 2015

O primeiro ponto relevante diz respeito ao diminuição da taxa de execução do FI em 2015 de 81.1%, face à taxa de 98.6% em 2014. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta baixou para 68.8%, uma taxa efetivamente baixa em relação com o ano anterior de 96%.

.... ou 21.42% do total do orçamento

O segundo ponto a salientar é o facto de que, embora o orçamento de Estado alocado ao Fundo ser de 26.4% (22,5% do OGE14), as despesas efectuadas foram apenas de 21.4% do total do orçamento, face aos 23,8% do total do orçamento executado.

Ao contrário do ano anterior, no qual o programa do Fundo com maior dotação orçamental foi a energia eléctrica, em 2015, a maior dotação coube às estradas, com cerca de 35.2% do total alocado, face aos 11.3% da energia eléctrica.

A despesa em estradas foi a maior categoria de despesa do FI para 2015.

O terceiro maior programa do Fundo em 2014 (17.4% do total), o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (24 milhões), integrada no projeto da **Zona Especial de Economia Social de Mercado** – ZEESM, foi, em 2015, excluído do FI e incluído integralmente na rubrica de despesa pública com transferências. Este diferente tratamento orçamental dificulta, por sua vez, a análise da despesa neste programa, visto que o portal da transparência não divulga informação relativamente a sua execução orçamental desagregada.

O quadro em baixo sintetiza a informação sobre os programas de transferência, incluindo os pagamentos de benefícios pessoais e de assistência pública.

Ano Fiscal Grupo	Despesas 2015 Detalhes do orçamento de Transfêrencia (milhões USD)			
	Item	Orçamento	Real	Execução %
Total		1,496.3	1,348.8	90.1
Transferência		428.2	413.1	96.5
Pagamentos de Benefícios Pessoais		183.6	173.8	94.6
Dir. Nac. Os Assuntos Comb. E Lib.		125.5	119.9	95.6
Dir. Nac. Da Segurance Social		34.9	34.1	97.7
Dir. Nac. Reinserção Social		9.0	8.4	92.6
Prov. Reforma ex-Titulares Carg		6.0	3.8	62.9
Dir. Nac. Reg. Contr. Da Seg. Social		1.4	1.3	99.0
Dir. Nac. Gestão Desastre		1.0	0.2	22.4
Assistência Pública		244.5	238.1	97.4
Projeto de ZEESM		133.4	133.4	100.0
ADN		17.0	16.9	99.4
Asses. Da Comunicação Social		13.9	13.9	100.0
Dir. Nac. Adm. E Finanças		11.5	11.5	100.0
Capitalização do BCTL		10.7	10	93.5

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Note-se, primeiro, que o total dotação para a categoria de transferência representa 28.6% do OGE de 2015, registando uma subida de 38.2% em relação ao ano passado, principalmente devido à inclusão do projeto de ZEESM neste rúbrica. O total orçamento alocado para o ZEESM foi de 31.2% do total alocação para a categoria de transferências ou cerca de 9.9% do total OGE de 2015. Enquanto, o orçamento para os assuntos de combatentes e libertação nacional atingiu 29.3% do total orçamento para a categoria de transferências, ou 8.4% do total do OGE, aumentou cerca de 81.5% face o ano de 2014, e teve uma taxa de execução de 95.6%.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel vital no sentido de facilitar o crescimento económico e a redução da pobreza. A compilação de estatística monetária e financeira indica o desenvolvimento e mudanças no sistema monetária e financeira de um país. O Banco Central de Timor-Leste compilou estas estatísticas com o objetivo de adquirir uma visão abrangente e detalhada dos sectores financeiros de Timor-Leste, a fim de apoiar o BCTL nas funções macro prudenciais e de política monetária, enquanto este último ainda inexistente devido o país continua utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano, como o seu curso legal.

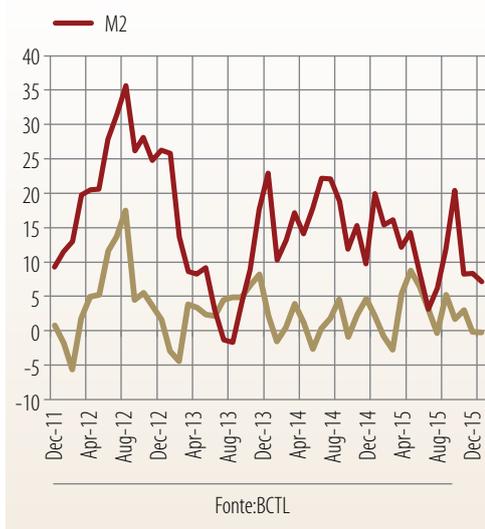
Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente o agregado monetário M2, que na maior parte dos países se usa como uma medida da disponibilidade de meios de pagamento, excepto a moeda em circulação. Como é habitual, o M2 em Timor-Leste é calculado pela soma da moeda fiduciária em circulação (moedas e notas) com os depósitos à ordem (que, como a anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda” (os depósitos de poupança e prazo), valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para fazer pagamentos.

O BCTL desempenha um papel fundamental na compilação de estatísticas monetárias e financeiras.

Embora não se disponha de política monetária, o BCTL é capaz de calcular uma boa aproximação do agregado monetário, o M2.

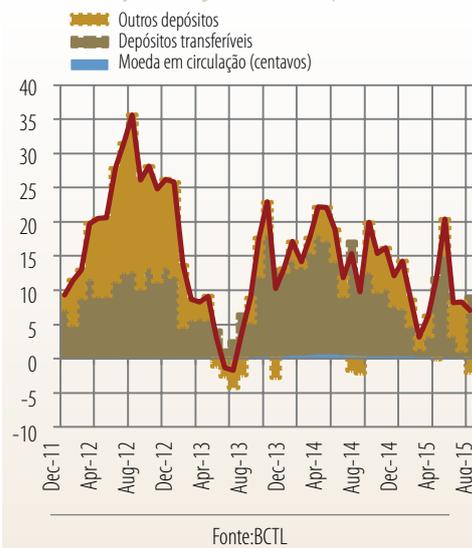
► O crescimento do agregado monetário

Taxa de variação homólogo, em percentagem



► M2 e os seus componentes

Taxa de variação homólogo; contributos em pontos %



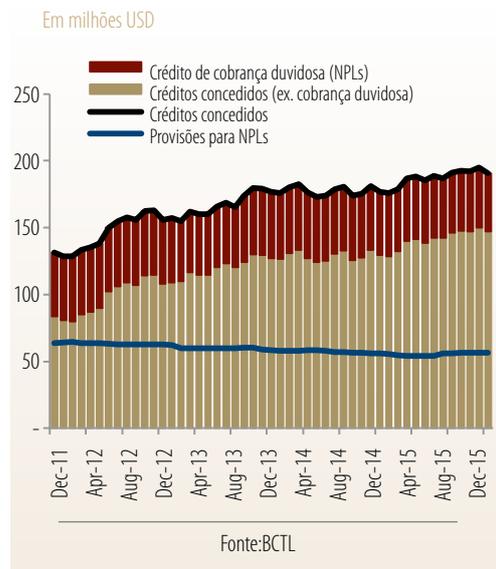
No gráfico em cima, apresenta-se a evolução da oferta de moeda, o M2 aproximado para Timor-Leste, ao longo do período de 2011 a 2015. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exatidão o valor das notas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena e estável dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda - serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

A expansão da actividade económica do País impulsionou a subida do M2 nos últimos anos.

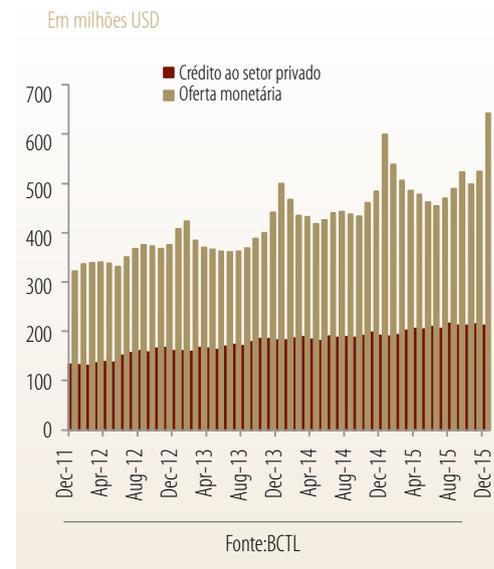
O maior determinante da evolução do M2 em 2015 foi o componentes relativo a depósitos transferíveis.

O valor da "oferta" de moeda tem registado uma subida contínua ao longo dos últimos anos, o que se deve, naturalmente, à expansão da actividade económica doméstica, estimulada pelo aumento das despesas públicas. No entanto, a recente desaceleração deste agregado monetário parece também concordar com a desaceleração do crescimento da nossa economia. É ainda importante acompanhar as contribuições dos componentes para as mudanças anuais da massa monetária (M2). Note-se, assim, que o maior contribuição para a variação do M2, entre 2013 e 2015, coube aos depósitos transferíveis, ao contrário de 2012, no qual os outros depósitos (os depósitos de poupança e depósitos a prazo) foi o maior contribuidor para a mudança no M2. Parece que os depositantes preferiram reforçar as suas disponibilidades em depósitos à ordem para facilitar as respectivas necessidade de transacções comerciais.

► **Crédito ao Setor Privado, Cobrança Duvidosa e Provisões para o mesmo**



► **Depósitos e empréstimos ao sector privado**



Como se pode verificar no gráfico acima, o volume dos empréstimos é muito inferior ao dos depósitos, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que a obriga a procurar alguma rentabilidade para os recursos disponíveis através de aplicações no estrangeiro.

Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”, isto é, de empréstimos em que os tomadores dos mesmos não estão a cumprir as obrigações contratuais que assumiram ao receberem o empréstimo bancário.

No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade é bastante elevado, embora se tenha reduzido nos últimos anos: cerca de 23% do crédito concedido no final de 2015 face 27% em 2014. Porém, isso não coloca em causa a segurança do sistema, quer porque as principais instituições bancárias são filiais de grandes e sólidos bancos nos seus países de origem que não deixarão de apoiar a sua filial no nosso país em caso de necessidade, quer porque estas souberam adaptar-se à situação constituindo provisões (reservas) de nível significativo, mais que suficientes para cobrir as perdas a registar no “crédito de cobrança duvidosa”. Note-se, a este propósito que o total de provisões tem sido sempre superior ao valor do “crédito de cobrança duvidosa”, ou cerca de 30% do crédito concedido no final de 2015

O nível de “crédito de cobrança duvidosa” acaba por ser um indicador do risco do negócio bancário pois quando aquele é elevado isso significa que este é alto. Ora o risco é uma das componentes que influenciam a taxa de juro dos empréstimos: quando aquele é elevado, a taxa de juro do crédito tende a ser também elevada. Timor-Leste não é excepção e as taxas de juro activas (dos empréstimos) são relativamente altas se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta

A subida dos recursos bancários foi muito superior à dos empréstimos concedidos..

Embora ainda seja elevado, o rácio de créditos de cobrança duvidosa tem tido uma trajetória descendente.

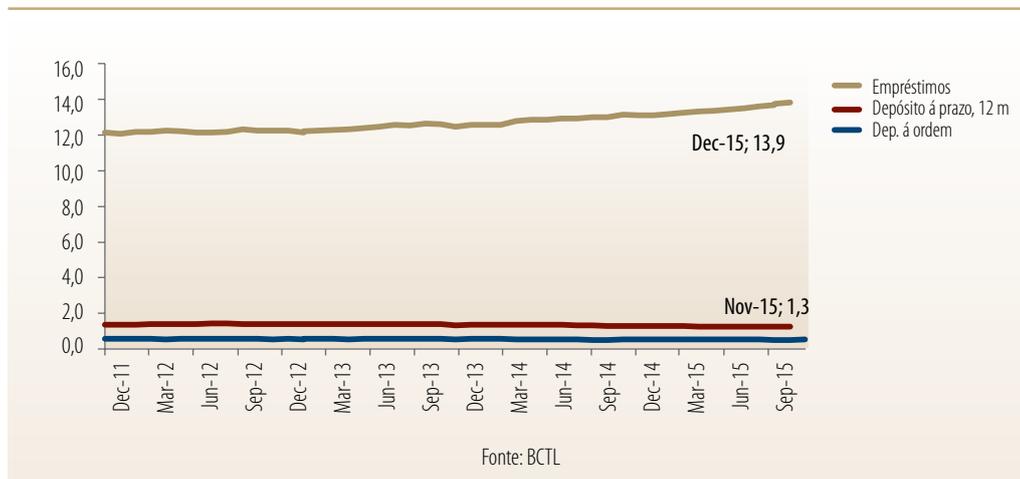
O elevado risco de crédito é um dos factores que pode explicar as elevadíssimas taxas de juro no crédito.

como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a ser próximas. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui os riscos de incumprimento pelos tomadores de empréstimos e o risco-país.

No gráfico em baixo pode ver-se a evolução das taxas de juro activas (dos empréstimos) e passivas (dos depósitos) e perceber-se que o “spread” (diferença) entre elas é bastante elevado.

O gráfico apresenta uma diferença enorme entre as taxas de juro activas e passivas

► TL: Exportação Mensal, 2013 - 2015



.... em média, o spread foi de 13% em 2015

O “spread” varia apenas ligeiramente ao longo do tempo em função da evolução das taxas dos empréstimos e dos depósitos, registando em média durante 2015 cerca de 13%, em relação aos depósitos à ordem.

Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais (Em percentagem)

Período	Empréstimos + 6 meses Libor	Depósitos a Oedem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo			
				1 mês	3 meses	6 meses	12 meses
2015 Jan	13.12	0.53	0.75	0.83	1.04	1.23	1.30
Fev	13.20	0.52	0.75	0.82	1.04	1.22	1.29
Mar	13.26	0.53	0.75	0.81	1.03	1.21	1.28
Abr	13.32	0.53	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Mai	13.35	0.53	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Jun	13.43	0.54	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
Jul	13.51	0.53	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Ago	13.63	0.53	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Set	13.68	0.52	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Out	13.76	0.52	0.75	0.76	0.99	1.13	1.24
Nov	13.81	0.52	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Dez	13.88	0.54	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25

Fonte: BCTL

Referimo-nos anteriormente ao facto de a banca comercial, na impossibilidade de aplicar os seus recursos no nosso país, acaba por transferir para o estrangeiro valores significativos a fim de obter algum rendimento dos elevados volumes de depósitos não utilizados na concessão de crédito doméstico. O gráfico em baixo representa a evolução das “disponibilidades líquidas sobre o exterior” (designada por activos externos líquidos, ou DLX em inglês) do nosso país, autonomizando-se as do Banco Central e as da banca comercial, designada no gráfico como “outras sociedades de depósitos”.

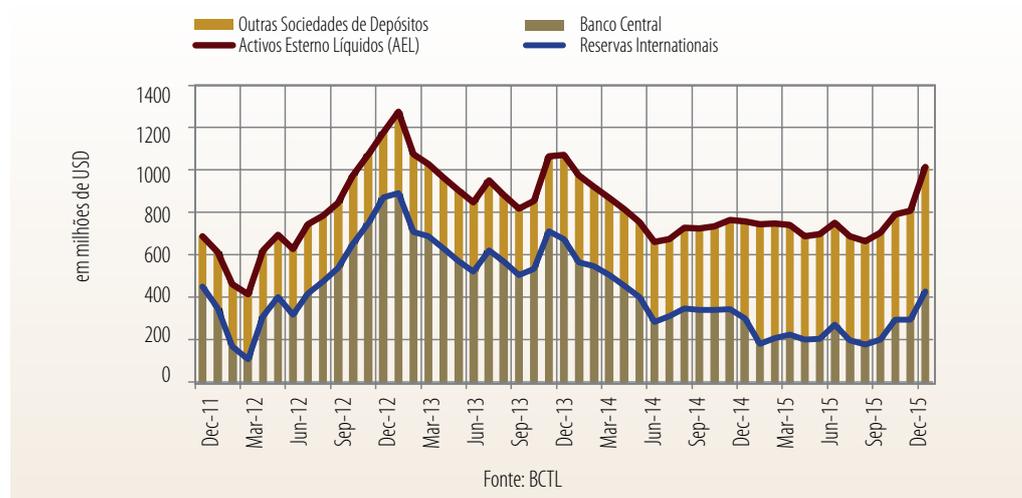
À semelhança dos anos anteriores, o total das DLX em 2015 continuou a ser bastante influenciado pelas reservas do BCTL. Contudo, o continuo aumento dos activos externos da banca comercial nos últimos anos levou a que, no final de 2015, as reservas externas da banca comercial passassem a dominar as DLX do BCTL.

A evolução das reservas do Banco Central, por sua vez, estão intimamente relacionadas com a evolução dos depósitos do Estado junto do BCTL, o que significa que uma boa parte do dinheiro disponível e, que lhe foi confiado pelo Estado, é depositado no exterior. Quando este solicita verbas para as suas despesas, os seus depósitos no Banco Central diminuem, diminuindo também, consequentemente, as disponibilidades deste sobre o exterior.

Ao restringir a concessão de crédito, o sistema financeiro acaba por aplicar os fundos em excesso no exterior.

Contudo, as DLX são agora mais sensíveis a evolução dos activos das outras sociedades de depósitos

► Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior



Desenvolvimento do Sistema Bancário e MTOs

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário.

Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2015, por um banco sediado em Timor-Leste --- o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste --- e três agências bancárias de três importantes bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri).

O sistema bancário continuou estável em 2015

Os activos bancários aumentaram cerca de 15.2% face a 2014.

O crédito concedido aumentou cerca de 7.9% em 2015....

.... mas os depósitos aumentaram cerca de 24.2% para 724 milhões de USD

O total de activos do sistema bancário, no final de 2015, era de cerca de 927.8 milhões de USD, crescendo 15.2% face ao ano anterior.

ACTIVOS DA BANCA COMERCIAL		em milhões de USD				
Items	Dez / 14	% TA	Dez / 15	% TA	Taxa de variação	Valor de variação
Moeda e saldo no BCTL	179.41	22.3%	145.01	15.6%	-19.2	-34.40
Depósitos noutros bancos	487.63	60.6%	631.38	68.1%	29.5	143.74
Investimento	3.98	0.5%	3.98	0.4%	100.0	0.00
Empréstimos e adiantamentos a clientes	120.86	15.0%	134.10	14.5%	11.0	13.23
Activos fixos	9.92	1.2%	9.50	1.0%	-4.3	-0.42
Outros activos	3.26	0.4%	3.81	0.4%	17.0	0.55
Total	805.06	100%	927.78	100%	15.2	122.71

Fonte: Bancos Comerciais e BCTL análise

Durante o ano de 2015, o crédito concedido pelo sistema aumentou cerca de 7.9%. A carteira bruta de empréstimos, incluindo o crédito mal parado, avaliava-se, no final de 2015, em 190.7 milhões de dólares, dos quais 43.7 milhões estavam classificados como “crédito mal parado”. Note-se, novamente, que este elevado montante de ‘crédito mal parado’ não coloca em risco a estabilidade do sistema, uma vez que as respectivas provisões de crédito são substancialmente superiores (56.6 milhões) ao montante de perdas de crédito registadas. Por outro lado os esforços para reduzir os créditos de cobrança duvidosa estavam no caminho, mostrando a diminuição do mesmo em relação ao carteira bruta de empréstimos, situa-se em 22.9% face 26.8% regista no ano anterior.

EMPRÉSTIMOS SEGUNDO A SUA PERFORMANCE		em milhões de USD			
Items	Dez / 14	% do Total CBE	Dez / 15	% do Total CBE	Vaelação
Empréstimos em cumprimento	129.29	72.0%	147.03	73.2%	13.7%
“Crédito de cobrança duvidosa”	47.41	28.0%	43.69	26.8%	-7.9%
Provisões para “crédito de cobrança duvidosa”	55.84	33.0%	56.63	31.6%	1.4%
Total líquido dos empréstimos e adiantamentos	120.86	67.0%	134.10	68.4%	11.0%
Carteira bruta de empréstimos (CBE)	176.70		190.72		7.9%
Provisões em % do “crédito de cobrança duvidosa”	117.8%		129.6%		
“Crédito de cobrança duvidosa” em % da carteira bruta de empréstimos	26.8%		22.9%		

Fonte: BCTL

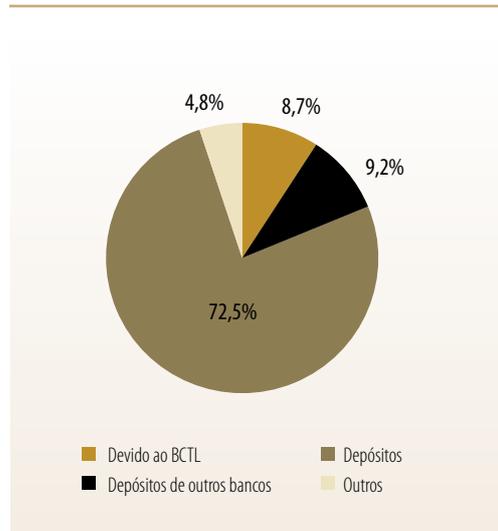
O valor global dos depósitos atingiu, em 2015, o valor de cerca de 724.5 milhões de USD, um aumento relativamente ao ano anterior de 24.2%, representando 78.1% do total de responsabilidades, face 72.5% do 2014.

RESPONSABILIDADES / PASSIVO		em milhões de USD			
Items	Dez / 14	% das responsabil. e capital	Dez / 15	% das responsabil. e capital	Vaiação
Devido ao Banco Central de TL	70.06	8.7%	74.50	8.0%	6.3%
Depósitos de outros bancos	73.76	9.2%	75.81	8.2%	2.8%
Depósitos	583.28	72.5%	724.54	78.1%	24.2%
Outros	38.86	4.8%	10.33	1.1%	-73.4%
Capital	39.11	4.9%	42.59	4.6%	8.9%
Total das responsabil. e capital	805.06	100.0%	927.78	100%	15.2%
Total das responsabilidades	765.96	97.0%	885.19	95.4%	15.6%

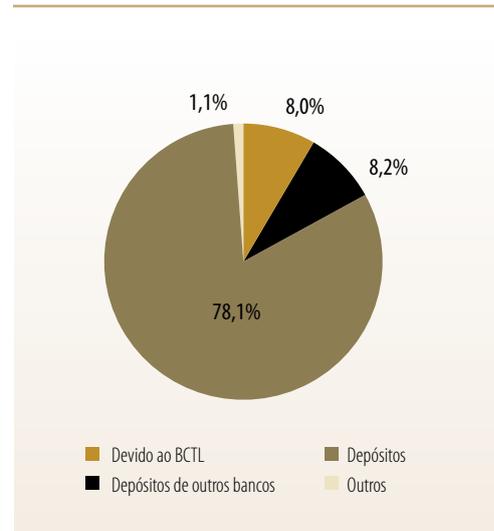
Fonte: BCTL

O gráfico em baixo decompõe com maior detalhe, a estrutura dos passivos bancários.

► Dez-14



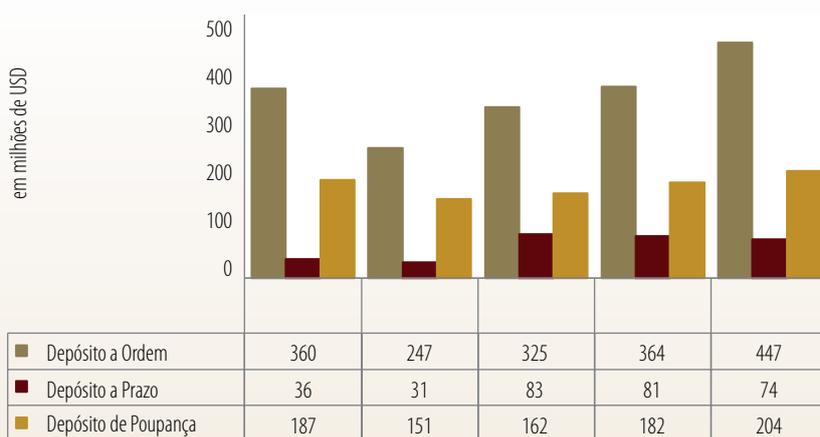
► Dez-15



Os depósitos à vista continuaram representar a maioria do total de depósitos, atingindo cerca de 61,7% do total, ainda o mesmo peso do ano anterior, tendo aumentado 24.2% face a Dezembro de 2014. Os depósitos de poupança aumentaram 8.9%, representando cerca de 28.1% do total de depósitos em 2015 face aos 32.1% de 2014. Por sua vez, o montante aplicado em depósitos a prazo subiu bastante em 2015, crescendo 103.2%, explicando 10.2% do total de depósitos em comparação com os 6,2% do ano anterior.

.... dos quais 61,7% são representados por depósitos à vista, que cresceram 24.2% face 2014

► Estrutura de Depósitos dos Bancos



Fontes: BCTL

De facto, os juros pagos aos depositantes foram apenas de 2 milhões de USD...

...um valor marginal comparado com as receitas primárias dos bancos.

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e taxas cobradas aos seus clientes, num total de cerca de 15.8 milhões de USD, e por outros rendimentos, sobretudo comissões, num valor de cerca de 22.9 milhões de USD. Os juros pagos pelos depósitos foram bem mais reduzidos, cerca de 2 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2015 (os valores de 2014 destinam-se a facilitar a comparação):

	em milhões de USD	
	Dec-14	Dec-15
Rendimento Bruto	26.90	29.43
Rendimento líquido antes de impostos	10.20	7.51
Impostos sobre o rendimento	1.11	0.81
Rendimento líquido depois de impostos	9.10	6.70
Rendimento em % dos activos	Dec-14	Dec-15
Juros recebidos de bancos	0.28%	0.48%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1,57%	1.28%
Outros juros recebidos	0.21%	0.21%
Outros rendimentos operacionais	2.14%	2.84%

Fonte: BCTL

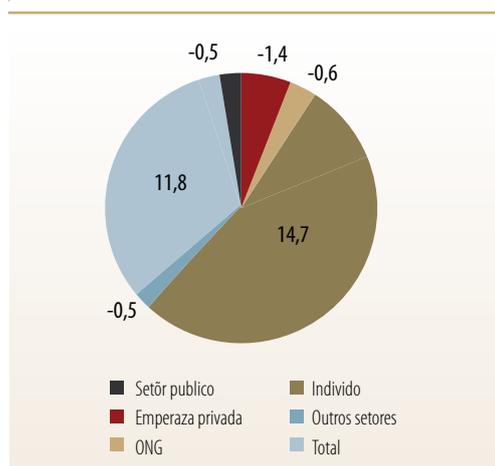
O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o *ROA, ou Return On Assets*) foi de 0.7% em 2015, depois de ter sido de 1,2% em 2014. A diminuição do RoA fica a dever-se ao aumento do valor dos activos bancários, sem um equivalente aumento dos rendimentos, que de facto desceram ligeiramente face a 2014. A diminuição do RoA decorre, assim, redução das taxas de juro e do rendimento das comissões em 2015, quando considerados em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos que são exigidos pelo Banco Central.

O aumento dos activos resultou na diminuição do RoA de 1.2% para 0.7% em 2015.

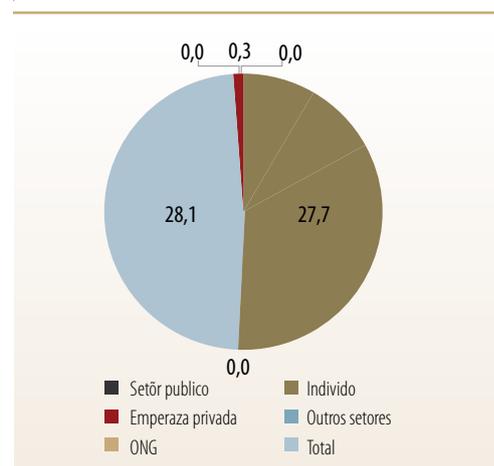
BCTL concedeu nove (9) licenças para os operadores de transferência de dinheiro (MTO) no ano passado. O gráfico seguinte indica as actividades dos respectivos operadores de transferência de dinheiro e os seus contributos. O total da transferência para exterior durante o ano de 2015 atingiu 89.5 milhões de dólares, enquanto as transferências provenientes do exterior regista um montante de 34.2 milhões de dólares, ambos cresceram cerca de 11.8% e 28.1% respectivamente face 2014. Nota-se de que o setor indivíduo, as transferências pessoais, ocupam maior contributo no crescimento dos ambos transferência para o exterior assim como proveniente do exterior. Enquanto, em relação a transferência por destinação, as entradas de transferência na maior parte foram proveniente da Europa, regista uma contribuição cerca de 28.4% ao crescimento em 2015. As saídas, na maior parte, foram para Ásia Pacífico (11.3%), especialmente a Indonésia (contribuiu 14.9%), representa um peso de 68.8% do total da transferência em 2015. Portanto as entradas das transferências da origem Europeia devem ser relacionada com as remessas de emigrantes dos Timorenses na Europa, enquanto as saídas devem relacionada com as remessas dos trabalhadores Indonésios.

Taxa de crescimento das transferências e os contributos em pontos percentuais.

► Transferência para o exterior (%)



► Transferência proveniente do exterior (%)



Conclusões

As contas nacionais de 2013 publicadas pela DNE apuraram uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero, de 2,8% em 2013. As estimativas do Governo, publicadas no Livro 1 da proposta de OGE para 2016, são de um crescimento de 6% em 2014 e 4,1% em 2015. As estimativas do BCTL, obtidas com base no indicador de actividade económica do BCTL, encontram-se em linha com os valores preliminares inscritos no OGE de 2016, salientando-se a recuperação da economia em 2014, depois do forte abrandamento em 2013 e um novo abrandamento do crescimento em 2015, embora de menor intensidade, quando comparado com 2013.

A taxa média de inflação em 2015 foi de 0.4%, o que representa uma ligeira redução face ao valor de 2014, de 0.5%. De acordo com os modelos do BCTL, a descida substancial da inflação desde o final de 2013 ficou a dever-se, maioritariamente, à redução significativa das pressões externas sobre a inflação, em resultado da apreciação do dólar face as moedas dos nossos parceiros comerciais e da descida dos preços internacionais das commodities. A continuação de baixas taxas de inflação externas em 2015, em conjunto com o referido abrandamento da economia doméstica em 2015, face ao crescimento robusto de 2014, explicaram a manutenção de uma taxa média de inflação historicamente baixa e são inteiramente justificativas do apuramento de taxas de inflação homólogas negativas, no último trimestre de 2015.

O nosso país continua a apresentar um saldo deficitário da balança de pagamentos, quando se excluem os rendimentos do Fundo Petrolífero e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, devido ao enorme défice da balança comercial. Todavia, em termos globais, quando se incluem aqueles rendimentos e receitas, o saldo externo é claramente superavitário, enquanto diminuiu em 2015 por diminuição das receitas petrolífero. A nossa economia continuou a registar um enorme défice comercial de bens em 2015, devido à manutenção de uma elevada dependência das importações, cujos valores globais continuaram a aumentar em 2015. A exportação de mercadorias cresceu 11% no ano, mas continua a ser baixa, representando menos de 10% do comércio total.

Em termos orçamentais, o total da despesa pública efectiva em 2015 atingiu 1278 milhões de dólares, face aos 1368 milhões gastos em 2014. Esta diminuição decorreu fundamentalmente de uma redução das taxas de execução do orçamento, 85.4% face aos 91.2% (real) em 2014. Em termos de receitas públicas, continuou a registar-se um favorável aumento das receitas domésticas não petrolíferas para 187.9 milhões de dólares, que, ainda assim, apenas cobriram 14.7% dos gastos do Estado, cujo financiamento continua a ser maioritariamente pelos rendimentos do Fundo do Petróleo e receitas petrolíferas.

Em termos dos agregados monetários, a quantidade de moeda em circulação continuou a aumentar em 2015, continuando a tendência crescente da última década, em linha com a expansão da economia doméstica. O sistema bancário continua a apresentar uma posição de liquidez extremamente superavitária, visto que a respectiva carteira de crédito constitui uma parcela minoritária do conjunto dos activos bancários disponíveis, que são maioritariamente aplicados em depósitos em bancos estrangeiros.

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido, durante o período, continuando a apresentar níveis de rentabilidade robustos, níveis de cobertura adequados para os riscos de crédito e um excesso de liquidez substancial para o sistema como um todo.

O BCTL: Missão e mandato principal, organização, governação, e actividades

A missão principal do Banco consiste em continuar a assegurar e melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade, mantendo, em simultâneo, um sistema monetário estável, promover um sistema financeiro robusto e funcional. Esta missão é prosseguida mediante a manutenção de um taxa de inflação baixa e estável, um sistema de pagamentos seguro e eficaz, o funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras --- mediante a implementação de normas legais apropriadas e da supervisão bancária ---, a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional, apoiados em estatísticas apropriadas e de qualidade.

Tendo em conta a missão do Banco Central, este capítulo faz uma análise global do mandato e das funções do Banco Central, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes, levadas a cabo durante o exercício de 2015 e o seu plano de acção para 2016. Este breve sumário de actividades anuais detalha ainda as principais iniciativas desenvolvidas por cada uma das várias áreas funcionais do banco, ao longo do ano.

Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma pessoa colectiva de direito pública, dotada de autonomia administrativa e financeira, e de património próprio. O Banco e os seus empregados individualmente considerados são entidades independentes, não podendo receber instruções de entidades que lhes sejam externas, assegurando os seus estatutos a necessária independência do Banco Central face ao Governo.

Como é usual na maioria dos Banco Centrais mundiais, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços domésticos. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios de uma economia de mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione em favor do público e da economia em geral. Tendo como pano de fundo estes objectivos e princípios, o Banco Central deve ainda apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, o BCTL deve, de acordo com a Lei que o criou,

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado timorense;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste --- neste momento o país usa a moeda dos EUA;

- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contratos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que caibam no corpo e no espírito da Lei do Banco Central.

Actualmente, algumas destas funções não podem ainda ser desempenhadas pelo Banco Central de Timor-Leste, devido à adopção do dólar norte-americano (USD) como moeda corrente do país.

Organização e governação do BCTL

A autoridade máxima do Banco Central é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

O Governador é o director executivo do BCTL e o responsável pela gestão corrente, sendo assistido por dois vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos chefes dos departamentos do Banco. No final de 2015, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era constituído pelo Governador, dois Vice-Governadores e um membro não-executivo, faltando assim nomear três membros não-executivos do Conselho. As composições do Conselho de Administração e do Comité de Gestão são apresentadas no final do capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistemas Bancários e de Pagamentos; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Há ainda algumas Divisões e Gabinetes independentes que reportam directamente o Governador. É o caso do Gabinete Jurídico, o Gabinete do Auditor Interno, a Divisão de Economia e Estatísticas e a Unidade da Informação Financeira. A Divisão de Orçamento e Contabilidade encontra-se na dependência do Vice-Governador responsável pela área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração do BCTL continua a adoptar como *motto* a sigla **TIMOR**, representando a **T**ransparência, a **I**ntegridade, a **M**obilização, a **O**brigaçã o e a **R**esponsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.



Banco Central de Timor-Leste

Valores Institucionais

Transparência

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

Integridade

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

Mobilização

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

Obrigaçã

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

Responsabilidade

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões.

Existe também no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus funcionários, do topo à base, incluindo também outras entidades que se relacionam com o Banco. Este código, a ser eventualmente revisto pelo CA do BCTL, inclui normas muito estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros elementos remuneratórios, de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.

As actividades do BCTL em 2015

No âmbito da missão do BCTL, consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira, desenvolvimento do sistema financeiro e promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias actividades foram planeadas e implementadas em 2015.

A implementação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Sector Financeiro foi uma das várias actividades implementadas durante o ano de 2015. O Plano Diretor tem como o objetivo de preparar e melhorar o desenvolvimento de serviços financeiros para os cidadãos timorenses no país. Decorreu já um ano desde a instituição do Plano Diretor, lançado oficialmente em 28 de Agosto de 2014. O Plano Diretor define um roteiro abrangente para o desenvolvimento do sector financeiro ao longo da década até 2025.

Na inauguração do Plano Diretor, no dia 28 de Agosto 2015, o BCTL lançou o Plano Estratégico Nacional (PEN) para a Literacia Financeira em Timor-Leste e, em simultâneo, a conta de poupança das crianças, "Hau-nia Futuru". O objetivo principal do PEN para Literacia Financeira é o de fornecer uma estrutura no sentido de elevar o nível de consciência sobre questões de literacia financeira a nível nacional, alcançar a colaboração entre os vários intervenientes, identificar as melhores modalidades para a coordenação e garantir a relevância das iniciativas a todos os níveis. O objetivo de programa "Ha'u-nia Futuru" é o de incentivar as crianças a descobrir os benefícios de poupar dinheiro, ao terem uma conta num banco, e observar o crescimento dos seus depósitos e das contribuições dos juros para o aumento do seu saldo.

Posteriormente, a 29 de Novembro 2015, o BCTL comemorou o primeiro aniversário do Dia Nacional de Poupança. Esta cerimónia consistiu na continuação do lançamento oficial do Programa de Educação Financeira, realizada no mesmo dia do ano de 2014, em que o BCTL anunciou sua intenção de realizar uma campanha de sensibilização e de poupança financeira nacional, incluindo a oferta a jovens poupadores dos mealheiros, com a promessa de duplicar as suas poupanças, até um limite de 100 dólares, caso eles trouxessem os mealheiros de volta um ano depois.

Na sequência do trabalho desenvolvido em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB/BAD), relativo à elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (Agent Banking) no ano passado, em 20 de Fevereiro de 2015, o BCTL em conjunto com o ADB e a Universidade New

South Wales (UNSW), introduziu uma carta circular sobre a actividade bancária sem filiais. A Carta Circular estabelece um quadro regulamentar para a generalização do uso de serviços bancários em Timor-Leste.

Durante o ano, o BCTL iniciou discussões preliminares com as instituições parceiras, como a "Credit Guarantee Corporation Malaysia", com o objectivo de criar, em Timor Leste, um sistema nacional de garantia de créditos e facilitar a concessão de crédito aos agentes económicos nacionais.

Uma das principais recomendações feita por um estudo em 2014 sobre o Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste consistia na necessidade do BCTL implementar um sistema de transferências automatizado (STA/ATS), cujo objetivo fosse o de facilitar os pagamentos em formato electrónico entre todos os bancos, incluindo o BCTL, bem como com o Ministério das Finanças. Neste âmbito, registou-se um progresso substancial com a instalação do sistema de transferências automatizado (STA/ATS), que inclui um Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) e um sistema automático para a compensação e liquidação de pagamentos no sistema bancário.

O BCTL designou o STA como R-Timor, abreviatura de "Rede Transferência iha Momento real", o qual foi oficialmente lançado em 30 de abril de 2015. Este é um sistema electrónico moderno e automatizado, que interliga os bancos e facilita eficientemente os pagamentos interbancários, com o máximo segurança de pagador para o recebedor, através da liquidação directa das respectivas contas dos bancos detidas junto do BCTL.

A introdução do R-Timor envolveu um grande esforço por parte de todas as partes envolvidas, que incluem o BCTL, os bancos comerciais e o Ministério das Finanças. Estas partes estiveram também estreitamente envolvidos num importante projecto associada, que foi a conversão de todos os números de contas bancárias em Timor-Leste para o padrão do "International Bank Account Number (IBAN)". O BCTL também trabalhou no estabelecimento de um Cartão Nacional e de um Mobile Switch.

Para apoiar a utilização destes meios de pagamento modernos, o BCTL, em cooperação com PSDG Banco Mundial, elaborou o decreto Lei no 17/2015 de 24 de Julho relativo ao Sistema Nacional de Pagamentos.

As principais atividades do BCTL, realizadas durante 2015, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

Meios pecuniários de Pagamento

Durante o período a que refere este relatório --- o ano financeiro de 2015 ---, o Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, de modo a manter sempre uma reserva de dinheiro suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o Banco assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento das transações através do módulo da "câmara de compensação" automático e o *de Liquidação Bruta em Tempo Real*. (RTGS). O quadro seguinte sintetiza os movimentos registados na "clearing house":

► Transacções na Câmara de Compensação de Dili (valor; em milhões de USD)

Mês	Cheques		Ordens de pagamentos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 15	1902	13.423	1515	17.645
Fevereiro 15	1851	9.406	801	7.009
Março 15	2124	11.592	2128	15.222
Abril 15	1922	10.991	2237	11.779
Maió 15	1875	8.989	-	-
Junho 15	22292	10.890	-	-
Julho 15	2048	10.159	-	-
Agosto 15	1925	11.159	-	-
Septembro 15	2034	11.701	-	-
Outubro 15	2036	12.505	-	-
Novembro 15	1799	10.134	-	-
Dezembro 15	2257	11.516	-	-
TOTAL	24002	131.942	6681	51,656

Mês	Cheques devolvidas		Ordens de pagamentos devolvidas	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 15	13	0.071	33	0.074
Fevereiro 15	15	0.246	73	0.378
Março 15	19	0.291	74	0.297
Abril 15	28	0.349	30	0.375
Maió 15	14	0.221	-	-
Junho 15	18	0.191	-	-
Julho 15	31	0.175	-	-
Agosto 15	23	0.090	-	-
Septembro 15	15	0.229	-	-
Outubro 15	11	0.075	-	-
Novembro 15	15	0.57	-	-
Dezembro 15	34	0.894	-	-
TOTAL	236	2.890	210	1.123

Note-se que as ordens de pagamentos desapareceram depois de Abril 2015, devido à utilização do sistema R-Timor. Note-se também que os pagamentos de menor valor, tais como salários, pagamentos a veteranos de guerra, pagamentos a fornecedores, entre outros, são processados e transferidos para os bancos, através deste sistema de câmara de compensação automatizada, utilizado 2 vezes por dia.

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL dividem-se em duas categorias: domésticas e internacionais. Os pagamentos domésticos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, sempre efectuados através do sistema SWIFT. Os pagamentos domésticos, principalmente no que diz respeito aos pagamentos de retalho, de facto são directamente executados pela câmara de compensação automatizada.

O quadro em baixo evidencia as estatísticas dos pagamentos (em milhões de USD) durante o período.

Pagamentos Nacionais e Internacionais							(Valor em milhões de USD)			
Mês	Pagamentos Nacionais					Pagamentos Internacionais				
	Saídas de RTGS		Entradas de RTGS		Transferências retalho do Fundo		Transferências para o exterior		Transferências provenientes do exterior	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 15	110	119.35	52	303.27	1241	13.06	82	224.12	13	0.16
Fevereiro 15	70	42.72	29	115.14	552	4.02	68	83.23	14	0.35
Março 15	85	52.91	39	126.09	1806	10.48	150	66.37	15	0.30
Abril 15	73	24.79	30	90.82	1934	8.29	531	37.61	15	0.49
Mai 15	1433	105.44	784	149.47	26	0.27	541	83.65	35	1.46
Junho 15	1621	71.00	904	212.19	4481	13.31	321	71.37	37	14.11
Julho 15	1221	119.99	1031	94.00	8027	16.83	319	70.36	36	15.05
Agosto 15	1402	93.15	919	89.59	7148	29.35	356	79.88	34	32.64
Setembro 15	1358	148.74	1031	208.82	6787	24.78	581	91.67	21	0.15
Outubro 15	1293	253.07	1052	419.57	7411	30.48	171	77.41	14	0.76
Novembro 15	1385	78.95	904	144.85	8517	36.72	170	86.00	18	0.61
Dezembro 15	1371	265.21	1062	374.45	7422	30.37	336	204.51	31	0.53
TOTAL	11422	1376.3	7837	2328.25	55352	217.97	3626	1176	283	66.61

Fonte: BCTL

As transacções internacionais correspondentes a transacções de transferência e recebimento realizadas pelos bancos comerciais em 2015 são apresentadas no quadro em baixo.

Entradas e Saídas de Transferências					Valor em milhões de USD			
Months	Transferências proveniente do exterior				Transferências para o exterior			
	SWIFT		non SWIFT		SWIFT		non SWIFT	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 15	1066	18.997	543	12.387	1615	82.168	1996	44.455
Fevereiro 15	1078	22.266	386	9.528	1447	75.500	2741	22.155
Março 15	1315	24.351	464	6.219	1686	62.963	1618	407.464
Abril 15	1356	23.244	427	15.121	1541	70.557	1631	38.967
Mai 15	1297	30.380	402	6.575	1458	79.654	4059	28.137
Junho 15	1375	24.626	480	9.799	1663	67.547	5761	53.244
Julho 15	1509	36.991	498	26.328	1797	86.697	4576	37.846
Agosto 15	1285	31.713	459	10.447	1746	71.301	4725	39.007
Setembro 15	1339	25.770	483	13.653	1835	89.062	5327	36.187
Outubro 15	1364	27.179	539	14.833	1809	70.802	4600	46.909
Novembro 15	477	23.743	420	7.828	1129	75.190	4637	35.083
Dezembro 15	1384	34.268	557	13.628	2107	299.109	3962	65.946
TOTAL	14,845	323.528	5,658	146.346	19,833	1,130.548	45,633	855.402

Fonte: BCTL

As transacções em dinheiro e outros meios, que não dinheiro, realizadas pelos bancos comerciais foram as seguintes.

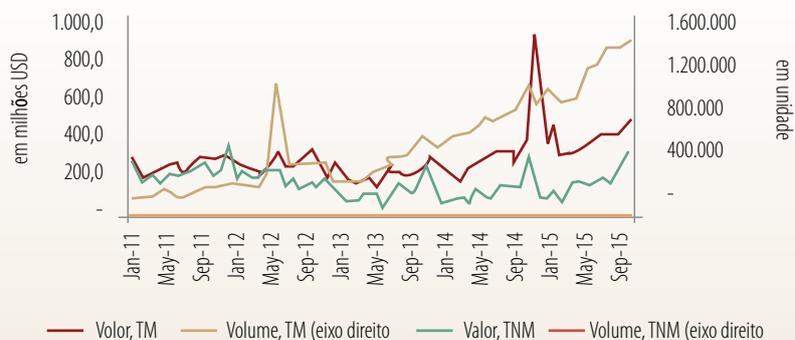
Mês	Transacções em Moeda		Transacções não em Moeda	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 15	914,955	920.35	25,211	105.62
Fevereiro 15	947,825	328.88	24,730	84.67
Março 15	1,020,349	444.73	29,355	121.01
Abril 15	916,364	287.54	27,144	69.84
Mai 15	924,838	304.76	27,267	127.33
Junho 15	958,929	307.71	31,139	162.01
Julho 15	1,175,573	353.69	33,999	146.87
Agosto 15	1,197,011	374.91	31,339	163.85
Setembro 15	1,328,730	404.34	31,289	182.44
Outubro 15	1,325,121	411.24	32,748	172.15
Novembro 15	1,326,992	412.10	30,880	238.85
Dezembro 15	1,407,631	480.42	39,060	335.34
TOTAL	13,444,318	5,030.67	364,161	1,909.97

Fonte: BCTL

	Transacções em Moeda		Transacções não em Moeda	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Número de terminais ATM, unidade	48			
Número de terminais POS, unidade	152			
Número de ATM cartão / POS emitido (000)	186			
Transacções POS (cartão de débito EFTPOS)			0.012	2.328
Transacções POS (Cartão de Crédito EFTPOS)			0.009	34.272
Os levantamentos em ATM	1.352	232.602		

Fonte: BCTL

► Evolução de Transacções em Moeda e Não em Moeda



Fonte: BCTL

O valor total das transações continuou a crescer tanto com base em moeda, como sem suporte monetário, confirmando o contínuo crescimento da actividade económica no país. Em média, durante 2015, as transacções assentes em moeda (TM) cresceram cerca de 53% em relação a 2014, enquanto as transacções sem suporte monetário (TNM) subiram apenas por 30%.

► Transacções em Moeda e Não em Moeda (Em milhões USD)



De facto, as transações em moeda, especialmente os levantamentos de numerário em balcões, foram a categoria com maior importância no conjunto dos serviços de pagamentos. O BCTL pretende que a liquidação de operações na economia se torne progressivamente mais eficiente e eficaz através da utilização de meios de pagamentos electrónicos e os serviços financeiros digitais. Consequentemente, o BCTL pretende alargar substancialmente a rede de serviços de pagamento automático, que não utilizam uma base monetária, que utilizem o “switch” nacional para a expansão dos serviços de pagamento, estimulando a utilização generalizada de cartões de débito e crédito e do telemóvel como plataforma de pagamento.

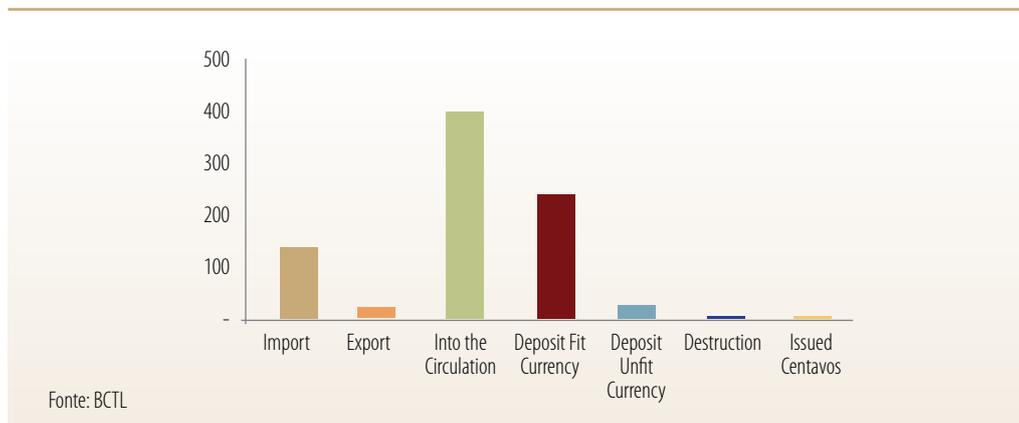
Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central é assegurar que a economia nacional disponha de meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Neste sentido, o Banco Central desempenha a função de proteger a confiança pública na moeda do país, através do fornecimento de notas que, em todos os momentos, devem cumprir a procura do público e da garantia da integridade física das notas.

Dado que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

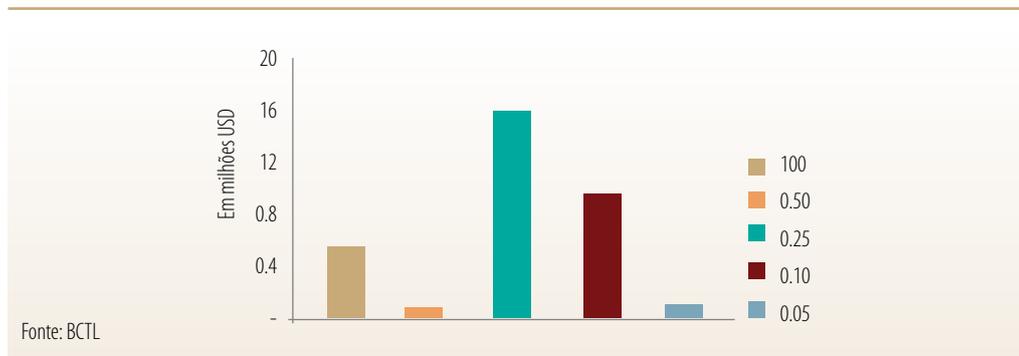
Durante o ano de 2015 o BCTL importou 141 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos, tendo colocado em circulação um total de 400 milhões, incluindo moedas. De facto o montante colocado em circulação é maior do que importado, devido às entradas de depósitos e à detenção das reservas.

► Transacções em Moeda durante 2015 (Em milhões USD)



O gráfico em baixo destaca o total de moedas (centavos) emitidas durante o período de 2015. A procura da moeda de 100 centavos tem sido bastante elevada, tendo a sua emissão atingindo cerca de 1,8 milhões de dólares, o que representa um crescimento de 38% face a 2014.

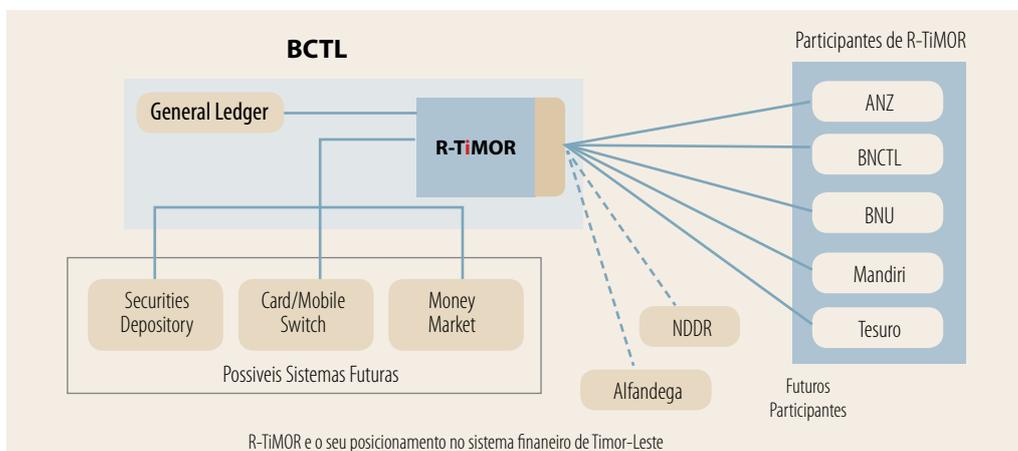
► Emissão de Centavos



► **Box 1. O Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos**

Rede de Transferências em Tempo Real (R-TiMOR)

As principais recomendações feita por um estudo em 2013 sobre o Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste, as quais foram apresentadas num seminário público em 2014, consistiam na necessidade do BCTL implementar um sistema de transferências automatizado (STA/ATS), cujo objetivo seria o de facilitar os pagamentos em formato electrónico entre todos os bancos, incluindo o BCTL, bem como com o Ministério das Finanças. Em 2015, registou-se um progresso notável neste âmbito, com a instalação do sistema de transferências automatizado (STA/ATS), que inclui um Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) e um sistema automático de compensação e liquidação de pagamentos no sistema bancário.



R-TiMOR e o seu posicionamento no sistema financeiro de Timor-Leste

No âmbito do plano do BCTL de estímulo da utilização de meios de pagamento modernos, incluindo o R-Timor e o uso do dinheiro electrónico e de pagamentos móveis baseados no telefone, o Conselho de Ministro aprovou, em 2015, o decreto Lei no 17/2015 de 24 de Julho, sobre o Sistema Nacional de Pagamentos.

O BCTL designou o STA como R-TiMOR, abreviatura de "Rede Transferência iha Momento real", cujo lançamento oficial ocorreu em 30 de abril de 2015. Este é um sistema electrónico moderno, automatizado, que liga os bancos de forma eficiente, permitindo facilitar os pagamentos interbancários, e a garantir o máximo de segurança e velocidade, através da liquidação directa das respectivas contas dos bancos detidas junto do BCTL.

A introdução do R-Timor envolveu um grande esforço por parte de todas as partes envolvidas, que incluem o BCTL, os bancos comerciais e o Ministério das Finanças.

As mesmas instituições estiveram também estreitamente envolvidos num importante projecto relacionado, que foi a conversão de todos os números de contas bancárias em Timor-Leste para o padrão do "International Bank Account Number (IBAN)". A semelhança do relatório de 2014, sublinhe-se que Timor-Leste é o primeiro país da Ásia-Pacífico a adotar este padrão internacional de numeração de contas bancárias. Tendo em conta a experiência de outros países, o uso do IBAN em Timor Leste melhorará a precisão e velocidade de processamento na STA e contribuirá para a melhor interligação financeira de Timor Leste com os vários países parceiros internacionais.

Para suportar o objetivo da implementação do sistema nacional de pagamentos, o BCTL inicia um projecto de Cartão Nacional e o 'Mobile Switch' em 2015. O BCTL deseja promover a utilização abrangente de serviços de pagamento com base na utilização de cartões de débito e crédito, e de telefones celulares como meio de acesso ao sistema de pagamentos. Naturalmente, a prossecução deste objectivo exige que todos esses serviços sejam perfeitamente interoperáveis. No longo prazo, o BCTL também considera possível a entrada no mercado de pagamentos de retalho de instituições não-bancárias, cuja utilização e participação será sujeita ao licenciamento prévio e supervisão do BCTL.

A fim de alcançar a interoperabilidade de todos os cartões e dos circuitos de pagamentos baseados em telemóveis a curto e médio prazo, o BCTL irá incentivar os bancos comerciais a

estabelecerem uma rede electrónica comum a nível nacional e com um único interruptor (switch), de modo a permitir: (i) a interconexão do ATM, EFTPOS e circuitos de pagamento móvel de todos os bancos e ODTIs, e (ii) incluir um padrão comum e capacidade de rede para suportar todas as transações, com o encaminhamento automático das transferências líquidas entre participantes para o RTGS do ATS para respectiva liquidação.

Este conceito de rede de pagamentos, centrada no Cartão Nacional e no Mobile Switch (NCMS), prevê que os clientes bancários sejam capazes de utilizar as caixas electrónicas, pontos de venda electrónicos (POS) e redes móveis de qualquer banco para realizar operações de pagamento.

Sistema financeiro e serviços bancários

Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguro, outras instituições tomadoras de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro continuou a registar-se de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

SERVICIOS BANCARIOS EM TIMOR-LESTE



O artigo 5 e 29 da Lei No.5/2011, designada de Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), concede ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras. A Divisão de licenciamento e regulamentação é responsável pela avaliação de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições tomadoras de depósitos e operadores de transferência de dinheiro (MTO). Durante o exercício de 2015, a Divisão submeteu à aprovação do Conselho de Administração o licenciamento preliminar das seguintes instituições: pelo prazo de um ano para uma empresa de seguros gerais, pelo período de seis meses para uma instituição bancária, e duas licenças de prazo indeterminado para 2 operadores de transferência de dinheiro (MTO).

A Divisão continua a trabalhar em conjunto com a Divisão de Supervisão Bancária e Divisão de Seguros na monitorização das actividades dos operadores de remessas com licença, em conformidade com leis e regulamentos em Timor-Leste. e outras empresas/pessoas suspeitas de realizarem serviços de transferências remessas sem licença do BCTL. Também foi efectuada uma inspeção completa das actividades de micro-finanças não licenciadas, identificadas como agentes que desempenhem actividades de intermediação de serviços financeiros. No âmbito do respectivo enquadramento legal, caso sejam detectadas infrações graves do quadro normativo, o BCTL poderá tomar medidas substantivas em relação a estas instituições aplicando sanções administrativas ou outras formas de sanção, conforme estipulado nas Leis e instruções aplicáveis.

► Box 2. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste

Literacia Financeira

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor-Leste prevê que o BCTL defina e implemente uma estratégia e respectivo programa, para a elevação de literacia financeira nacional.



Durante 2015, o BCTL realizou várias campanhas de literacia financeira em seis municípios não abrangidos em 2014; Covalima, Ermera, Lautém, Viqueque, Díli e a Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno. A curiosidade e colaboração das várias partes interessadas resultaram no convite do BCTL de cooperativas de crédito, cooperativas e instituições governamentais, para fornecer o treinamento sobre o programa de educação financeira.

Desde o início até o final de 2015, o programa atingiu cerca de 17.300 pessoas de vários sectores, como empresários, veteranos, idosos, estudantes e funcionários públicos, cobrindo já 12 municípios e a Região Administrativa Especial de Oecussi Ambeno.

O programa foi precedido pela capacitação de vários funcionários do Banco Central e dos bancos comerciais para serem mentores e facilitadores do programa. Em 28 de Agosto de 2015, o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) lançou o Plano Estratégico Nacional (PEN) para Literacia Financeira em Timor-Leste, tendo, em simultâneo, lançado a conta de poupança das crianças, "Hau-nia Futuru". O objetivo principal do PEN para Literacia Financeira é de fornecer uma estrutura no sentido de elevar o nível de consciência sobre questões de literacia financeira a nível nacional, alcançar a colaboração dos vários intervenientes, identificar as melhores modalidades para a coordenação e garantir a relevância das iniciativas a todos os níveis. O PEN para Literacia Financeira em Timor-Leste calendarizou iniciativas par os próximos 4 anos (2016-2020) de forma a implementar um programa de capacitação 'out-of-school' e a melhorar o nível de literacia financeira na comunidade em geral. O PEN para Literacia Financeira foca-se nos seguintes temas: a capacitação financeira, a liderança, abrangência da audiência, elevação da qualidade de aconselhamento financeiro e a partilha de conhecimentos e boas práticas.

O objetivo de programa "Ha'u-nia Futuru" é o de incentivar as crianças a descobrir os benefícios de poupar dinheiro ao terem uma conta num banco e observar o crescimento dos seus depósitos e das contribuições dos juros no aumento do seu saldo. O programa é aplicável a todas as crianças timorenses, com idade até aos 17 anos. Todos os benefícios serão conferidos ao titular



da conta, não existindo taxas ou encargos aplicáveis a essas contas, que irão ainda auferir de juros superiores à média do mercado. A movimentação destas contas, contudo, só poderá ser feita no 17º aniversário do titular. Até o final de 2015, cerca de 1.283 contas "Ha'u-nia Futuru" foram já abertas com valor nominal de poupanças de 178,341.51 dólares, das quais 622 contas com um montante aplicado \$ 106,738.50 são de rapazes e 661 contas com um montante \$ 71,603.01 são de raparigas.

No final de Novembro de 2015, o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) comemorou o primeiro aniversário do Dia Nacional de Poupança. Esta cerimónia consistiu na continuação do lançamento oficial do Programa de Educação Financeira no mesmo dia de 2014, em que o BCTL anunciou a sua intenção de realizar uma campanha de sensibilização e de poupança financeira nacional, incluindo a oferta a jovens poupadores de mealheiros, com a promessa de duplicar as suas poupanças até um limite de US \$ 100, se eles trouxeram as caixas de dinheiro de volta um ano depois. A cerimónia contou com a participação de mais de 1.000 pessoas, incluindo representantes do PNUD, Banco Mundial, alunos do ensino primário, básico e secundário de Dili, professores e filhos do pessoal do Banco Central e dos bancos comerciais.

A abertura dos mealheiros e recebimento do dinheiro em contas de poupança "Ha'u-nia futuro" das crianças foi o destaque da cerimónia. Esta actividade foi apoiada por todos os bancos comerciais que operam em Timor-Leste, nomeadamente BNCTL, CGD/ BNU Timor, ANZ e do Banco Mandiri, que estabeleceram balcões no local da cerimónia dedicados para as crianças abrirem os seus mealheiros e depositarem as suas poupanças no banco. Durante a cerimónia, o Banco Central também atribuiu um número de prémios em dinheiro para as crianças que foram capazes de responder com sucesso a perguntas sobre poupança e gestão financeira.

Durante este ano, o BCTL desenvolveu um módulo de formação em literacia financeira aos estudantes, particularmente aqueles que frequentam os primeiros anos na escola primária. O objetivo de orientar a literacia financeira para os alunos do ensino primário corresponde à necessidade de



estimular a educação financeira a partir de uma idade precoce. As crianças vão, assim, tornar-se financeiramente alfabetizadas na escola primária, muito bem antes de começarem a viver por conta própria e enfrentarem os desafios do mundo real, e, assim, garantir a sua segurança e bem-estar financeiros a longo prazo.

A abordagem será implementada através da realização de um programa de "Formação de Formadores" para professores, em coordenação com o Ministério da Educação. Estes professores vão representar todos os municípios, incluindo a Região Autonomia Especial Oecusse Ambeno, onde cada um será representado por um professor. O BCTL planeia ver o programa chegar a todas as escolas primárias nos próximos dois anos, contemplando mesmo a inclusão do programa no currículo escolar.

Neste projeto, o BCTL trabalhou em conjunto com o Ministério da Educação na revisão do esboço do módulo, na seleção de professores para participarem na formação e no transporte e alojamento de professores participantes que fossem de fora de Dili. Depois de frequentar a formação, os professores estarão em condições de fornecer ou divulgar o material de treinamento para que o conhecimento possa chegar a todas as escolas de ensino primário nos vários municípios. O BCTL irá monitorizar o desempenho dos professores, em coordenação com o Ministério da Educação, durante o programa. O treinamento está programado para decorrer em Março de 2016

Fomentar o crédito e o financiamento empresarial

O Plano Diretor estabeleceu que a ausência, em Timor-Leste, de meios através dos quais os mutuários podem oferecer garantias em apoio aos pedidos de crédito, é um dos grandes impedimentos ao desenvolvimento do sector financeiro e ao financiamento das empresas.

Sem garantias, os credores estão expostos ao risco de crédito, não ó porque os mutuários não podem reembolsar os créditos, mas porque podem preferir não reembolsá-los. Esta situação tende a resultar na impossibilidade de concessão de créditos, a não ser que os mutuários beneficiem de um fluxo de caixa estável que o credor pode utilizar como garantia, como, por exemplo, um salário mensal que é creditado diretamente para o banco prestador. A obtenção de empréstimos para o desenvolvimento de novos negócios é bastante difícil em Timor-Leste, apesar de, no mercado de micro-empréstimos, as garantias de grupo, que resultam em pressão de grupo sobre os mutuários, terem vindo a provar serem uma alternativa viável à existência de uma garantia bancária formal.

O Plano Diretor propõe que, numa fase inicial, para rapidamente se estabelecerem mecanismos de garantia eficazes, se permita que os bens móveis - por exemplo, veículos automóveis, instalações e equipamentos, estoques e devedores comerciais - sejam apresentados como garantias; posteriormente, depois de esclarecidos e implementados os direitos e títulos de propriedade de bens imóveis (terrenos e edifícios), se venham a utilizar estes activos como garantia de créditos.

No decorrer desta iniciativa, foi emitido, em Outubro de 2014, um documento de discussão sobre a reforma do enquadramento legal das transações de empréstimos garantidos. Encontra-se em curso a elaboração de um projecto de Decreto-Lei, que deverá estar pronto para ser distribuído e comentado até fim de 2016. O respectivo diploma final deverá ser apresentado ao Conselho de

Ministros, em Julho de 2016. Depois da promulgação da nova lei, terá de se adquirir e implementar um sistema de registo de garantias on-line, e envolvimento dos bancos no desenvolvimento de novos produtos de crédito que vão fazer uso do novo registo

Progresso inicial em iniciativas de médio-longo prazo

A agenda do programa planeado para o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste, tal como estabelecido no Plano Diretor, sobretudo no que se refere às iniciativas de médio e longo prazo, é meramente indicativa. É preciso ter em conta que as medidas podem e devem ser sequenciadas, reconhecendo que nem tudo pode ser feito de uma só vez e que alguns passos são mais prioritários do que outros. Mas a programação indicativa destina-se a ser não mais do que isso e não um 'calendário' rígido; e certamente não uma barreira ao progresso de projetos de médio prazo.

Banco de Desenvolvimento

Em 2015, foram dados os primeiros passos da iniciativa para estabelecer um Banco Nacional de Desenvolvimento para Timor-Leste, agora sob a liderança do Ministério das Finanças (anteriormente SEAPRI).

Como planeado no ano passado, em Junho de 2015, foi submetido à apreciação do Conselho de Ministros, um projecto relativo ao papel, orgânica e a estrutura geral do Banco. Previamente, a SEAPRI tinha já procedido a enumeração e análise de diferentes modelos alternativos. É bem reconhecido que nem todas as experiências internacionais com bancos de desenvolvimento têm sido positivas. Naturalmente, estas experiências e respectivos resultados estão a ser tidas em conta nas deliberações atuais, incluindo a necessidade de assegurar do modelo de governação sólido, de a propriedade, de a estrutura do financiamento da instituição e a necessidade de uma escolha clara sobre quais os sectores a apoiar. Refira-se ainda que a implementação deste projecto, conforme se comprometeu o Governo, deve ser feita de modo a sustentar a concorrência de mercado no sector financeiro e incentivar, em vez de inibir, o crescimento do sector financeiro privado

Lei Bancária e proteção dos consumidores:

O BCTL iniciou já uma revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento N.º 2000/8 relativo ao Licenciamento e Supervisão Bancária. Esta lei foi estabelecida e implementada no início da administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década. O novo quadro regulamentar terá em conta as mudanças no contexto financeiro global e nas especificidades e evolução recente do sector financeiro de Timor-Leste, com o objectivo de se actualizar o quadro de supervisão e de regulação macro-prudencial.

O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva mais activamente as instituições financeiras no sentido de se aumentar a proteção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes de

retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 – definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria. Contudo, nos últimos anos, tem havido um maior reconhecimento da necessidade das instituições financeiras excederem, pela positiva, os padrões mínimos do quadro normativo, tendo sempre em conta a proteção dos interesses dos seus clientes.

Com o progresso no desenvolvimento de actividades bancárias sem filiais em Timor-Leste descrito acima, bem como a importância de que, para alcançar uma maior inclusão financeira, uma atenção especial tem de ser conferida ao estímulo da confiança do público nas actividades bancárias sem filiais. Para este fim, Timor-Leste adoptou um modelo baseado no conceito de *'mobile banking'*. Consistente com esta abordagem, o *e-money* emitido pelos bancos foi considerado como um depósito bancário, no âmbito da regulamentação bancária. O BCTL, em Fevereiro 2015, emitiu uma carta circular aos bancos em Timor-Leste contendo orientações sobre o uso de agentes em actividades bancárias sem filiais. Esta circular aborda os mecanismos que devem ser preparados pelos bancos para suportar os clientes e garantir a total confiança nos agentes utilizados pelos bancos. Estes incluem requisitos em relação aos sistemas e auditoria, a identidade do agente, selecção de agente, a responsabilidade do banco para com os seus agentes, a transparência e um processo de reclamações dos clientes.

Incorporação local de bancos internacionais:

Três, dos quatro bancos existentes em Timor-Leste, são hoje sucursais de bancos internacionais. O Plano Diretor do BCTL levanta a questão de se saber se, para estes bancos, o actual modelo de sucursal representa um enquadramento institucional adequado, ou se, pelo contrário, seria preferível para as suas operações e crescimento do sector, que estes bancos venham a transformar-se em empresas subsidiárias de direito local.

A vantagem de ser incorporado localmente é que os ativos estrangeiro do banco internacional em Timor-Leste, legalmente, seria mais claramente pertencente ao banco em Timor-Leste. Isto poderia ajudar a isolar Timor-Leste a partir de uma crise bancária internacional que envolveu um banco internacional com presença em Timor-Leste. A possível desvantagem é que pode enfraquecer o apoio pelo banco internacional às suas operações em Timor-Leste.

O BCTL decidiu iniciar a análise do tema já nesta fase. Trata-se, especificamente, de apreciar questões de alguma complexidade e merece consideração iníicio, dada a experiência adquirida nos últimos anos de instabilidades bancárias tendo sido transmitida através de fronteiras internacionais. Caso se conclua a favor da mudança de modelo, será naturalmente necessário um período de transição adequado, devidamente acautelado.

Projecto de Agências de Actividades Bancárias Sem Filiais

Na continuação do trabalho desenvolvido em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB/BAD) na elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (Agent Banking) no ano passado, em 20 de Fevereiro de 2015 o BCTL em conjunto com o ADB e a Universidade

New South Wales (UNSW), introduziu uma carta circular sobre o uso de actividade bancária sem filiais. A Carta Circular estabelece um quadro regulamentar para a generalização do uso de serviços bancários em Timor-Leste. Essas diretrizes incluem o dever de relatar ao banco central, as responsabilidades dos bancos com relação ao comportamento dos seus agentes, as regras relativas à selecção e acompanhamento dos agentes, bem como as regras de conformidade geral sobre a identificação do cliente e protecção e lavagem de dinheiro.

Estas orientações foram seguidas por outras iniciativas. Em Abril de 2015, foram formados todos os responsáveis dos bancos comerciais, com o objetivo de melhorar a compreensão dos bancos comerciais sobre os requisitos aplicáveis aos bancos que utilizem agentes de actividades bancárias sem filiais. Em Maio de 2015, uma equipa do BCTL fez um levantamento de possíveis agentes em Díli, para identificar algumas lojas ou oficinas que possam vir a ser agentes potenciais para os bancos e para quem o treinamento introdutório será organizado pela BCTL. Esta iniciativa permitiu já identificar um lista 35 lojas ou oficinas.

► **Box 3. Assinatura de memorando de entendimento (MoU) e Reuniões**

Assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) com Garantia de Crédito de Cooperação da Malásia

O BCTL e a 'Garantia de Crédito de Cooperação da Malásia' assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para assistir o Banco sobre a criação de um sistema de garantia de crédito. O âmbito da cooperação será de:

- prestar assistência na revisão do quadro de garantia de crédito para apoiar o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) em Timor-Leste;
- desenvolver e projetar os sistemas de garantia de crédito, procedimentos e outras questões operacionais.
- participar, colaborar e organizar a pesquisa, a formação, a campanha e / ou visita de estudo para promover o aumento de conhecimentos e as habilidades necessárias para a gestão e negócios de garantia de crédito no seu respectivo país.

Houve também um plano de acção agendada que foi acordado pela BCTL e o Crédito de Garantia de Cooperação da Malásia sobre a execução de um memorando de entendimento.



Assinatura de memorando de entendimento (MoU) com Australian Prudential Regulation Authority (APRA)

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e a Australian Prudential Regulation Authority (APRA) assinaram um Memorando de

Entendimento (MoU) para formalizar a cooperação entre as duas instituições no setor da supervisão bancária e de seguros. O memorando de entendimento foi assinado pelo Governador do Banco Central, Sr. Abraão de Vasconcelos, e pelo Presidente da APRA, Sr. Wayne Byres.



O memorando de entendimento, que foi negociado desde maio de 2015, estabelece um quadro para a cooperação entre BCTL e APRA em áreas de interesse comum em que a cooperação é essencial para o desempenho eficaz e eficiente das respectivas funções de regulamentação financeira.

O memorando de entendimento baseia-se no princípio geral de que cada autoridade deve esperar, no âmbito do MOU, contar com toda a assistência razoável para promover o funcionamento seguro e saudável de entidades regulamentadas pelas duas autoridades, sujeita à legislação nacional e às políticas gerais da autoridade.

Assinatura de memorando de entendimento (MoU) com UNTL

O BCTL celebrou, com a Universidade Nacional de Timor-Lorosa'e (UNTL), a 4 de maio de 2015, um Protocolo de Cooperação tendo em vista o fomento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre as partes, nomeadamente nas áreas de formação de recursos humanos, desenvolvimento institucional e pesquisa científica.



Este Protocolo foi assinado, pelo Governador do BCTL e o Reitor da UNTL, numa cerimónia realizada nas instalações do Banco Central, com presença da comunicação social e, de delegações de ambas as partes.

Adicionalmente e, ao abrigo do Protocolo assinado, o BCTL e a UNTL, representados, respetivamente, pela Diretora da Administração e Recursos Humanos, Dra. Raquel da Costa

Gonçalves e, a Decana da Faculdade de Direito, Professora Ângela Carrascalão, assinaram ainda, na mesma cerimónia, um Contrato Programa tendo em vista a implementação de um programa de estágios profissionais destinado aos alunos do curso de Direito da UNTL junto do BCTL.

Reunião da Iniciativa Regional das Ilhas do Pacífico (PIRI)

Na 13ª reunião do Grupo de Trabalho das Ilhas do Pacífico (PIWG), em Trinidad & Tobago, realizada no dia 08 de setembro de 2014, durante o 6º Fórum de Política Global (GPF), os membros da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI) do Pacífico concordaram em transformar o grupo de trabalho para a Iniciativa Regional das Ilhas do Pacífico (PIRI).

Os membros do PIRI incluem os bancos centrais de Timor-Leste, Ilhas Salomão, Samoa, Fiji, Vanuatu, Tonga e Papua Nova Guiné.

PIRI é um mecanismo-chave para a aprendizagem mútua com os compromissos de alto nível sustentável de conduzir e criar condições que levam à capacitação financeira de todas as ilhas do Pacífico. Com uma visão para assegurar que os serviços financeiros são amplamente acessíveis por todas as ilhas do Pacífico, a iniciativa irá consistir numa plataforma onde os responsáveis políticos da região se podem unir para discutir a inclusão financeira global, inovação e estratégias para adaptar essas ferramentas para outras nações insulares. A iniciativa está a ser desenvolvida e implementada para reforçar a Declaração de Maya, em que os países autodeterminaram as suas metas e objectivos concretos e mensuráveis.



A reunião Iniciativa Regional das Ilhas do Pacífico (PIRI) foi realizada em Timor-Leste em 6-8 de Maio de 2015. A inauguração e a primeira reunião do PIRI aprovado e concordou com uma visão ampla, missão, objetivos e políticas de inclusão financeira para as iniciativas delineadas na **Dili Consenso**, que todos os membros da PIRI cometida sobre os seguintes;

1. A inclusão financeira para permitir que as ilhas do Pacífico a participar activamente no processo de desenvolvimento e partilhar a prosperidade que o processo irá criar. E, reafirmamos nossa visão compartilhada de que a inclusão financeira é um meio para um fim, não um fim em si mesmo.
2. Reconhecer a importância crítica de inclusão financeira para o crescimento inclusivo e do desenvolvimento que coloca a prosperidade partilhada no centro do desenvolvimento em economias emergentes e em desenvolvimento. Apoiamos os esforços globais e regionais destinadas a promover a inclusão financeira e concordam que a política e as entidades reguladoras devem incluir a inclusão financeira no seu mandato.
3. Bem-vindo os esforços envidados pela Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), o Programa de Inclusão Financeira do Pacífico (PFIP) e muitos outros parceiros de desenvolvimento regional e global para acelerar a inclusão financeira nas ilhas do Pacífico. No entanto, estamos plenamente conscientes de que alcançar a inclusão financeira nas ilhas do Pacífico é uma tarefa complexa e difícil para que a participação activa e sustentada de uma infinidade de partes interessadas é essencial. Mais uso eficiente de novas tecnologias e diálogos público-privadas são importantes. É com esse entendimento, espírito e compromisso que se uniram sob PIRI para alcançar a meta de inclusão financeira para a região.

4. Reconhecer o papel vital que o sector privado pode desempenhar na promoção da inclusão financeira em geral e nas ilhas do Pacífico, em particular. Neste contexto, vamos intensificar os nossos esforços para se envolver com o setor privado a nível regional utilizando, entre outras coisas Plataforma do Diálogo Público-Privado do AFI.

5. Acredite que as políticas baseadas em evidências deve estar no centro dos nossos esforços para resolver o problema da inclusão financeira. É com esta convicção que demos uma posição firme para continuar nossos esforços para construir uma base de dados abrangente sobre a inclusão financeira em nossos países. Nestes esforços, vamos prestar especial ênfase na coleta de dados do lado da procura para complementar os dados do lado da oferta sistematicamente recolhidos e analisados pelos nossos bancos centrais.

6. Serviços financeiros digital via agentes são especialmente importantes para alcançar o nosso objectivo comum. Estamos focados nesta reunião sobre a importância da inovação novo agente bancário de base tecnológica para a região e para expandir os serviços financeiros às ilhas remotas e populações. A localização de agentes, o tipo de serviços a serem prestados, ea emissão de agentes inativos merecem alta prioridade entre estas questões.

7. Reconhecer a importância de libertar o potencial de crescimento das PME não só para a geração de emprego, mas também para fazer avançar a inclusão financeira na região. Para revitalizar as PME, vamos continuar a implementar políticas que removam obstáculos que enfrentam na utilização de serviços financeiros formais a custos razoáveis. Vamos, portanto, reforçar os nossos esforços em curso na construção de sistemas de informação de crédito robustas, regimes de garantias eficazes e sistemas de garantias nas transações.

8. Profundamente preocupados com a tendência crescente de de-arriscar, ou de-banking, por uma série de grandes bancos comerciais em um número de países que são extremamente importantes para a região do Pacífico. A contabilidade dos operadores de transferência de dinheiro (OMP), recentemente, aumentando o custo da remessa de dinheiro para ilhas do Pacífico. Apoiamos o diálogo que AFI foi pioneira com os organismos de definição padrão (SSB) para trazer o peso da voz das economias em desenvolvimento e emergentes nas orientações de SSBs vai nos ajudar a resolver esse para o benefício das pessoas de baixa renda pobres e não somente no Pacífico, mas também em outras regiões.

9. Reafirmar nosso compromisso com a proteção financeira do consumidor e educação financeira e desenvolvimento de capacidades como parte integrante do processo de inclusão financeira nas nossas economias, e vai melhorar o nosso quadro regulamentar de apoio a estas áreas.

10. Acredito firmemente que a partilha de conhecimento dentro PIRI e também com a participação mais ampla da AFI vai nos proporcionar muito necessário conhecimento, força e insights para este fim.

Os participantes da reunião reconheceram a importância de desbloquear o potencial de crescimento das pequenas e médias empresas (PME) no Pacífico, não só para gerar emprego, mas também para promover a inclusão financeira.

Os bancos centrais têm como objectivo continuar a implementação de políticas que removam obstáculos enfrentados pelas PME na utilização de serviços financeiros formais a um custo razoável. Como resultado do subdesenvolvimento da infraestrutura financeira em toda a região, há uma necessidade de desenvolvê-la o mais cedo possível para resolver os problemas individuais de riscos e custos de transação que as instituições de crédito continuam a enfrentar. Portanto, os decisores de políticas em PIRI vão trabalhar para fortalecer os esforços em curso na construção de sistemas de informação de crédito robustas, regimes de garantias eficazes e sistemas de transações seguras. Estes esforços incluirão também iniciativas para desenvolver um banco de dados credíveis sobre as PME nas ilhas do Pacífico, bem como re-examinar regulamentação prudencial, com vista a minimizar ou eliminar quaisquer preconceitos contra as PME.

Seguradoras

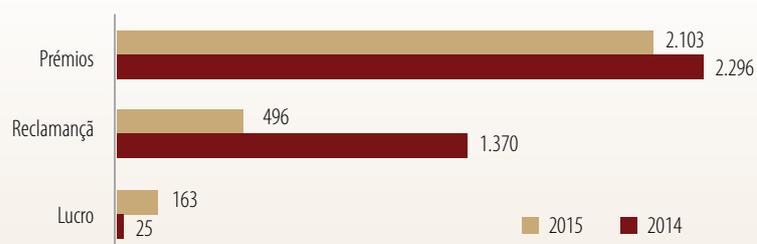
Companhia Seguradoras

O sector segurador em Timor-Leste continua a ser constituído por apenas duas companhias seguradoras: a NITL-National Insurance of Timor-Leste e a SinarMas (SMI). Ambas as seguradoras conseguem oferecer um conjunto de seguros civis bastante abrangente em Timor Leste.

O total de ativos do sector registava um montante de USD6,9 milhões em Dezembro 2015, tendo diminuindo cerca de 7% relativamente a 2014. Por seu lado, o total dos passivos diminuiu 15% em 2015, perfazendo a quantia de USD5,4 milhões, no final do ano, enquanto teve um aumento do seu capital cerca de 24% ou USD1,5 milhões.

O gráfico abaixo mostra o desempenho do negócio da companhia de seguro em Timor-Leste durante o período.

▶ Desempenho do negócio seguro (mil USD)



Microseguro

Há dois microseguro estão a operar como agente da empresa do NITL. O desempenho do microseguro desde 2012 até 2015, revelou em média um aumento de prémio cerca de 40%. A tabela a seguir mostra os detalhes do desempenho do programa de microseguro.

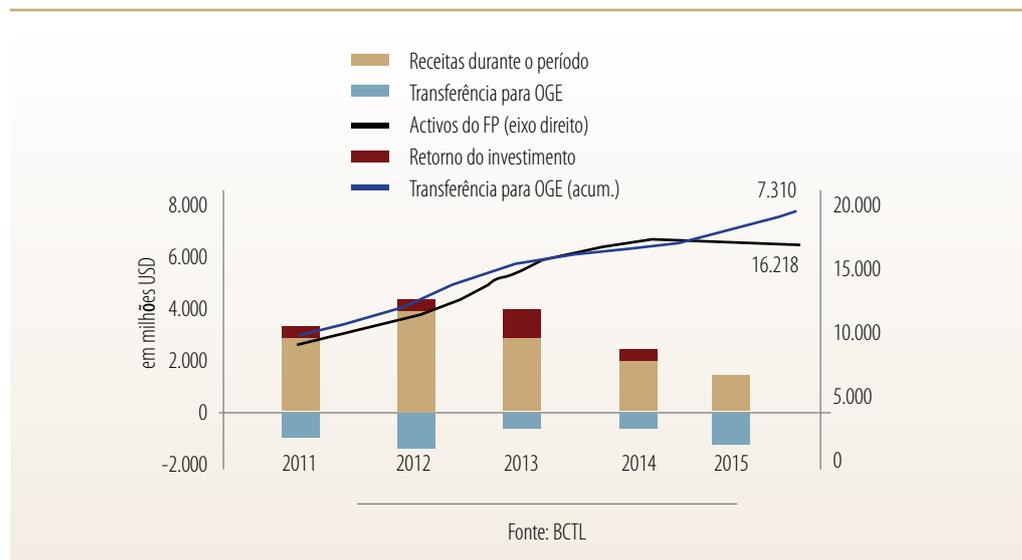
► Desempeno de Microseguro

	2014	2015
Total Prémio	280,146	505,970
Número de segurados	45,333	67,018
reclamações resolvido	88,400	198,530
número de reclamações resolvido	85	160

Gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o enquadramento definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continua a ser responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2015, o seu capital ascendia a 16.218 milhões de dólares, registando uma redução cerca de 1,5% em relação ao ano anterior. As receitas petrolíferas anuais – impostos e “royalties” – cifraram-se em 978 milhões de dólares (3.004 e 1.817 milhões em 2013 e 2014 respectivamente), mostrando uma tendência decrescente, devido à redução do preço do petróleo. Por outro lado, as saídas destinadas ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2015 avaliaram-se em 1.278 milhões de dólares (732 milhões em 2014), registando uma subida de 74,6%. As despesas de gestão do Fundo, tanto externas como internas, ascenderam a 16.124 milhões de dólares em 2015, registando um aumento de 54% face 2014.

► TL: Evolução dos Ativos do Fundo Petrolífero e seus componentes



No que se refere à performance durante o ano, o Fundo acumulou rendimentos brutos de 847 mil dólares, o que corresponde a 0,01% do valor médio investido no Fundo em 2015 (16.585 milhões). A decomposição destes rendimentos, permite-nos observar que o rendimento decorrente do recebimento de juros e dividendos totalizou 1,93% do valor médio do Fundo em 2015, enquanto que as mais valias registadas, durante o exercício, ascenderam a -0,13%. Note-se que estas menos valias se deveram a uma evolução desfavorável dos preços de mercado dos investimentos do Fundo, sobretudo no que se refere aos títulos accionistas.

Somando estas 2 parcelas, o Fundo obteve uma rentabilidade bruta de 1,8%, sem contar com os efeitos cambiais. Contudo, a apreciação substancial do dólar norte-americano em 2015 face às moedas em que se encontra denominada parte dos investimentos do Fundo, resultou numa perda substancial de natureza cambial de 302 milhões de dólares em 2015, ou de 1,8% do valor do FP, depois de uma perda de 426 milhões de dólares ocorrida em 2014.

Assim sendo, o efeito negativo das variações cambiais aumentou uma parte significativa das perdas registados pelos investimentos efectuados nos mercados obrigacionistas e accionistas em 2015. Note-se que o Fundo, cujo horizonte de investimento consiste no médio e longo prazo, não implementa atualmente nenhuma política ativa de gestão do risco cambial, aceitando o risco cambial inerente à alocação estratégica do fundo, tanto em termos de mercados accionistas e obrigacionistas, como da escolha de "benchmarks" adequados. Esta estratégia neutra em termos cambiais, explica-se pelo facto de a maior parte dos estudos nesta área apontarem no sentido de que o impacto das variações das taxas de cambio não acrescenta valor no longo prazo, dada a natureza cíclica destas variáveis, adicionando apenas volatilidade à performance do Fundo no curto prazo.

Em termos de actividades e desenvolvimentos relevantes nesta área, é de assinalar que o Fundo atingiu, em Junho de 2014, a alocação estratégica objectivo, investindo, pela primeira vez, 40% do Fundo nos mercados accionistas.

O BCTL continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), no sentido de reavaliar e monitorizar continuamente a adequação da alocação estratégica do Fundo, sempre dentro dos parâmetros definidos pelo quadro legal do Fundo Petrolífero. Refira-se especificamente que o BCTL participou activamente nas discussões mantidas, ao nível do Comité de Assessoria, relativas à expansão do universo de investimento, aumento do grau de diversificação e adoção de novas políticas de gestão para permitir atingir o rendimento objectivo do Fundo de 3% em termos reais, numa base plurianual.

Até o final do ano, os gestores dos investimentos em títulos de rendimentos fixo ascenderam a 4, dos quais 3 são gestores externos: o "Alliance & Bernstein", o "Wellington Management", e o BIS (Banks for International Settlement), e 1 é o gestor interno, o próprio BCTL. Os gestores dos investimentos em acções são todas empresas internacionais: Schroders Investment Management Ltd, SSGA International Equity, e o BlackRock Investment Management.

O BCTL continua a investir nas políticas de formação dos recursos humanos e aumento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis para suportar e melhorar a gestão directa do Fundo,

com objectivo de internalizar uma fatia crescente dessa gestão. Neste campo destaca-se, em 2015, a implementação de uma plataforma tecnológica, a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)”, que se destina a armazenar os dados da gestão, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. Esta plataforma irá facilitar as operações de “front” e “middle office” e disponibilizar um conjunto de relatórios analíticos em tempo real sobre as posições do Fundo, reforçando substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos. Na vertente da formação de recursos humanos, o BCTL continuou a suportar os custos da formação escolar continua dos respectivos quadros e a sua participação em módulos de formação e seminários internacionais, organizados por parceiros institucionais do Banco.

Reforço institucional

O BCTL deu início a uma revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento N.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária. Esta lei foi estabelecida e implementada no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década.

O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva activamente as instituições financeiras no sentido de se aumentar a proteção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes do retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 – definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria.

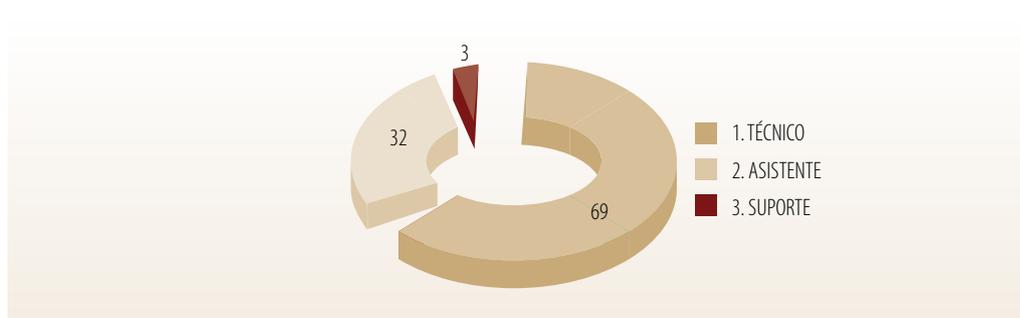
O BCTL em cooperação com PSDG Banco Mundial estabeleceu, em 2015, o decreto Lei no 17/2015 de 24 de Julho Sobre Sistema Nacional de Pagamentos. Este Lei tem por objetivo para apoiar a utilização de meios de pagamento modernos, incluindo o R-Timor e o uso do dinheiro electrónico e de pagamentos móveis baseados no telefone,

Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 73 funcionários. O plano de recrutamento planeado para 2015 não foi executado devido à implementação, durante o ano, de vários projetos pelo BCTL, tendo a importância dos mesmos, bem como dos que se encontram previstos para o ano de 2016, causado um incremento significativo nas responsabilidades e tarefas do BCTL. Tendo em conta este aumento das responsabilidades do BCTL prevê-se, para 2016, um aumento no número de colaboradores, principalmente para as posições chave das áreas fundamentais de atividade do BCTL. O total dos números das posições que estão previstos para recrutar são 34 posições para carreira profissional de Técnicos e Assistentes. O BCTL espera que este recrutamento lhe permita obter quadros qualificados para preencher as áreas chaves do BCTL. Além o plano do recrutamento para os funcionários permanentes está previsto também a recrutar os funcionários temporários para o serviço de apoio (motorista).

O número de colaboradores do BCTL incluindo o número a ser recrutado e categorias de Carreiras é conforme o gráfico seguinte:

► Categoria de Carreiras



O sistema de Avaliação de Desempenho é realizado, ao longo do ano, pela respectivas chefias para valorizar o trabalho dos respetivos colaboradores e analisar as suas contribuições. O resultado da avaliação, demonstrou que a maioria dos colaboradores conseguiu atingir os objectivos estabelecidos a nível do Banco Central de Timor-Leste, comparando favoravelmente com o resultado da avaliação do anterior ano, em que um Técnico não atingiu os objetivos e foi demitido.

Esta sistema de Avaliação de Desempenho é um instrumento da política de desenvolvimento da Divisão de Recursos Humanos e utilizando pela respectivas chefias e supervisores ao longo de cada ano para valorizar as contribuições dos colaboradores.



As dimensões que o Banco Central de Timor-Leste utiliza para avaliar o desempenho dos colaboradores mantêm o mesmo do ano anterior, são as seguintes; Objetivos, Atividades e Competências para os colaboradores de carreira profissional de Técnicos e os colaboradores de carreiras profissional de Assistente e Suporte as dimensões são Atividades e Competências.

Quanto ao desenvolvimento de capacidades e conhecimentos dos colaboradores, o BCTL continua, anualmente, a manter alocação de um montante suficiente e adequado para o cumprimento do seu programa de formação, que passa por formações em competências técnicas e bolsas de estudo, atribuídas aos seus colaboradores, tanto para Timor-Leste como para o estrangeiro.

O resultado do programa de capacitação do Banco Central de Timor-Leste até o ano 2015, mostra que: 19 colaboradores concluíram os seus estudos no âmbito do programa de mestrado nas Universidade UGM, International University Japan e Universidade Malásia; 1 realizou uma pós-

graduação no ISEG Lisboa; e 1 terminou a sua formação no Centro de Formação Judiciária. Encontra-se previsto que durante 2015, mais 1 funcionário irá completar o seu mestrado na UGM.

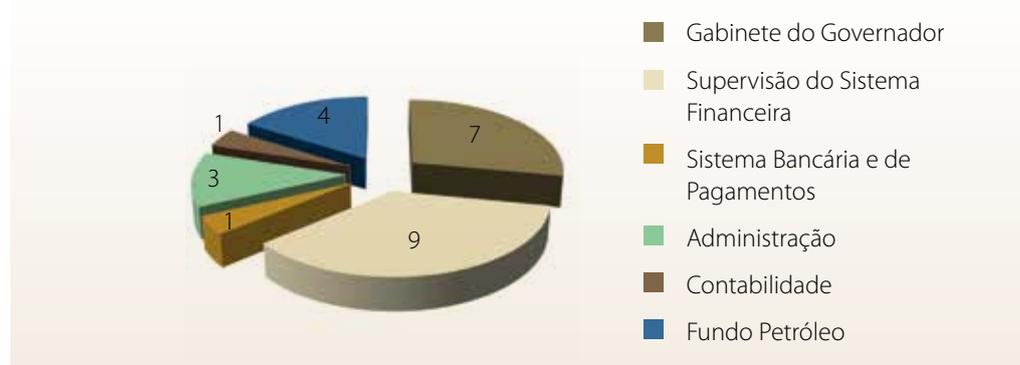
Além da formação e estudos no estrangeiro, a formação interna no BCTL (in-house training) continua a contribuir para uma melhoria das qualificações dos seus funcionários. Em 2015 a formação dentro do BCTL focou-se nas áreas de: investimento do Fundo Petrolífero, Educação Financeira na área do Departamento de Supervisão, utilização do Sistema de R-TIMOR na área do Departamento de Pagamentos e Balanços de Pagamento na área da Divisão de Económica e Estatística.

Os colaboradores do BCTL continuaram a participar igualmente em diversos programas de formação, conferências e seminários organizados por outros bancos centrais e instituições financeiras da CPLP, Bank Negara Malaysia, SEACEN, BIS, APRA, Instituto do FMI em Singapura, entre outros. O BCTL espera que o seu quadro de colaboradores possa continuar a usufruir deste tipo de programas e eventos de formação.

O BCTL continuou ainda a realizar discussões e a estabelecer acordos (Memorando de Entendimento) com entidades com as quais tem parcerias ou relações, tais como o JP Morgan, BlackRock, BIS, Clifford Chance, KPMG, Credit Scheme Guarantee Berhad Malaysia, Reserve Bank of Australia, APRA, PPTK, Yayasan Pendidikan Internal Audit em Jakarta e KPMG em Lisboa, no sentido de reforçar os laços de cooperação com essas entidades e vir a ser possível a realização de programas de formação e estágios, bem como, a prestação de assistência técnica aos funcionários do Banco Central de Timor-Leste.

O diagrama que se segue, mostra as informações detalhadas relativos ao número de funcionários participaram em formação realizadas em 2015.

Total do número de funcionários que participaram em formações



Relações externas

O BCTL tem continuado a dar grande importância às suas relações externas quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de treino e estágios bem como alguma assistência técnica.

É nesta lógica que se beneficiou das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, o IMF Institute (Singapura), o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em Basileia/Suíça).

Além disso o BCTL continuou a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JPMorgan, a CliffordChance, a KPMG, a Deloitte e outras organizações.

► **Box 4. Plano de Acção do BCTL para 2016**

O BCTL prevê desenvolver um conjunto vasto de iniciativas em 2016, do qual se destaca a continuação da implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Financeiro e do Plano para o Sistema de Pagamentos Nacional. Este capítulo elenca e descreve os vários programas e iniciativas previstos pelo BCTL para 2016.

Fomentar o crédito e o financiamento empresarial

O Plano Diretor identificou que a ausência, em Timor Leste, de meios através dos quais os mutuários podem oferecer garantias em apoio dos pedidos de crédito, é um dos grandes impedimentos para o desenvolvimento do sector financeiro.

O Plano Diretor propõe que, numa fase inicial, para rapidamente se estabelecerem mecanismos de garantia eficazes, se permita que os bens móveis - por exemplo, veículos automóveis, instalações e equipamentos, stocks e dividas comerciais - sejam apresentados como garantias; posteriormente, depois de esclarecidos e implementados os direitos e títulos de propriedade de bens imóveis (terrenos e edifícios), se venham a utilizar estes activos também como garantia de créditos.

Consistente com esta abordagem, o BCTL preparou um documento de discussão sobre a reforma do enquadramento legal das transações de empréstimos garantidos, em Outubro de 2014. Encontra-se em curso a elaboração de um projecto de Decreto-Lei, que deverá estar pronto para ser distribuído e comentado até ao final de 2016. O respectivo diploma final deverá ser apresentado ao Conselho de Ministros, em Julho de 2016. Depois de a nova lei ser promulgada, será necessário adquirir e implementar um sistema de registo de garantias on-line, assim como estimular os bancos a desenvolverem novos produtos de crédito, que façam uso deste sistema de registo.

Banco de Desenvolvimento:

Os passos iniciais foram dados em 2015, agora sob a liderança do Ministério das Finanças (anteriormente SEAPRI), para estabelecer um Banco Nacional de Desenvolvimento para Timor-Leste. Este projecto é considerado um vector altamente relevante na implementação da estratégia

de desenvolvimento económico, vertida no Plano Estratégico de Desenvolvimento do País para 2011-2030 (SDP). Como tal, este projecto foi já considerado no contexto do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, formulado pelo BCTL. Previamente, a SEAPRI analisou todas as opções e avaliou os pontos fortes e fracos de diferentes modelos organizacionais para o banco. Esta primeira avaliação salientou também que nem todas as experiências internacionais com os bancos de desenvolvimento têm sido positivos.

O BCTL continua a aguardar que, em 2016, seja apresentado um projecto relativo ao papel e a estrutura geral do Banco, que deverá ser sujeito à apreciação do Conselho de Ministros. Refira-se ainda que a implementação deste projecto, conforme se comprometeu o Governo, deve ser feita de modo a sustentar a concorrência de mercado no sector financeiro e incentivar, em vez de inibir, o crescimento do sector financeiro privado.

Lei Bancária e proteção dos consumidores:

Em 2015, o BCTL deu início ao processo de revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento N.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária), que continua a ser contemplada no plano de acção para 2016. Esta lei foi estabelecida e implementada no início da administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década. O novo quadro regulamentar terá em conta as mudanças no contexto financeiro global e as especificidades e evolução recente do sector financeiro de Timor-Leste, com o objectivo de se actualizar o quadro de supervisão e de regulação macro-prudencial.

O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva activamente as instituições financeiras, no sentido de se aumentar a proteção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes do retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria. Contudo, nos últimos anos, tem havido um maior reconhecimento da necessidade das instituições financeiras excederem, pela positiva, os padrões mínimos do quadro normativo, tendo sempre em conta a proteção dos interesses dos seus clientes.

Introduzir o código de conduta para a prática bancária

O Banco Central irá introduzir, em 2016, um código de conduta em relação aos práticas das instituições bancárias em Timor-Leste, com o objetivo de promover prática de serviços financeiros justas e de equidade, no fim de estimular confiança nos sectores de serviços financeiros e de criar mecanismos eficientes e eficazes para gerir queixas ou preocupações dos consumidores, relacionadas com a utilização de produtos financeiros.

Formação de PMEs em contabilidade básica

O Banco Central planeja introduzir o programa de formação das Pequenas e Média Empresas (PMEs) na área de contabilidade básica, cobrindo tópicos como a preparação dos relatórios financeiros

standard, incluindo o mapa básico de cash-flows e a preparação para propostas de submissão de pedidos de crédito. Este plano vai ser implementado em cooperação com UNTL, IDMO, IADE e CCTL.

Incorporação local de bancos internacionais:

Três dos quatro bancos de Timor-Leste são hoje sucursais de bancos internacionais. O Plano Diretor do BCTL levanta a questão de se saber se, para estes bancos, a actual adoção do modelo de sucursal representa um enquadramento institucional apropriado, ou se, pelo contrário, seria preferível para as suas operações e crescimento do sector, que estes bancos venham a constituir empresas subsidiárias de direito local.

O BCTL decidiu iniciar a análise do tema já nesta fase. Trata-se, especificamente, de apreciar questões de alguma complexidade incluindo, a eficácia do quadro e transição entre modelos. Caso se conclua a favor da mudança de modelo, será naturalmente necessário um período de transição adequado, devidamente acautelado. Além disso, a direção política sobre este assunto terá de ser determinada e será um contributo activo na determinação do sentido da revisão da legislação bancária.

Finaliza instruções sobre regras prudenciais e relatório da companhias de seguros:

O BCTL irá finalizar dois esboços de instruções sobre regras prudenciais e obrigações de reporte financeiro e operacional das companhias de seguros. O BCTL irá trabalhar em colaboração com a assistência técnica do Banco Desenvolvimento Asiático (ADB).

Introdução do esquema de garantias de crédito no financiamento às PME:

O BCTL, sujeita a aprovação do Governo, irá introduzir o primeiro esquema de garantias de crédito em Timor-Leste, no sentido de conceber o quadro do regime das garantia de crédito, especificamente direccionado apenas para as Pequenas e Médias Empresas (PME). O projeto piloto foi iniciado em 2015 e será financiado pelo Governo. Numa fase inicial será proposto um montante de USD10 milhões para dois esquemas; o de garantia geral para o PMEs e garantia destinado à pecuária. O projeto e respectivos resultados serão revistos anualmente, de modo a adaptar o programa às realidades específicas do nosso mercado e instituições.

Implementação de estratégia nacional da educação financeira:

No âmbito da estratégia e plano de desenvolvimento financeiro nacional, o BCTL considera que o programa de promoção da inclusão financeira deverá ser um elemento-chave. O BCTL considera que a educação, ou alfabetização financeira será um dos fatores determinantes no alargamento da prestação nacional de serviços financeiros às populações sem acesso aos bancos nas áreas rurais. O Banco Central está na fase inicial da implementação do programa educação financeira, e está planejar trabalhar, em cooperação com o Ministério da Educação, de modo a definir e implementar o modelo de formação do referido programa. Numa segunda fase serão identificados os professores (como treinadores) para administrar o programa da educação financeira. O BCTL planeia também apoiar a formação de formadores da Câmara de Comércio e Indústria, que funcionará como parceiro de formação do sector privado.

Introduzir sistema relatório on-line para IF e a instalação do sistema supervisão off-site:

O BCTL pretende introduzir um sistema do relatório on-line, depois de completar a missão de assistência técnica do ADB, para as instituições financeiras relevantes. Uma plataforma analítica (offsite surveillance system) será também implementada, depois de completado o processo da revisão, para facilitar a eficiência e efetividade do processo de supervisão. A plataforma permitirá facilitar substancialmente o processo de supervisão, possibilitando a compilação automática de estatísticas e dados de gestão.

Melhoria da operação do sistema R-TIMOR e introduzir a facilidade de crédito intradiário (Intraday liquidity):

A implementação do sistema STA, o R-TIMOR, representou um grande progresso para o nosso sistema financeiro. A fase seguinte consistirá em actualizar e rever os procedimentos internos de modo a alinhar e assegurar o funcionamento do sistema de acordo com as regras. O Banco Central irá introduzir também uma política adequada e medidas administrativas transparente para apoiar a previsão de liquidez intra-diária e otimização do uso de liquidez dos Bancos no sistema R-TIMOR.

Implementação de Decreto-Lei no 17/2015 sobre o Sistema Nacional de Pagamentos:

No âmbito do plano do BCTL para apoiar a utilização de meios de pagamento modernos, incluindo o R-Timor e o uso do dinheiro electrónico e de pagamentos móveis, o projecto de Decreto-Lei do sistema de pagamentos foi promulgado em 2015. O Banco Central irá finalizar e introduzir, em 2016, regulamentos e diretrizes necessárias para a sua implementação prática: regulamento sobre superintendência, regulamento sobre transferência, diretrizes sobre os pagamentos no retalho (e-money), e o estabelecimento de um conselho nacional para o sistema de pagamentos como um fórum consultivo.

Introduz o Switch Nacional para a cartão e telemóvel

Banco Central, em cooperação com os bancos comerciais e operadores de telecomunicações, irá iniciar a implementação de um Switch Nacional para o cartão e telemóvel de acordo com o programa definido no Plano Estratégico para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamento. O principal objetivo desta iniciativa é para alargar o serviço de pagamento usando o cartão (débito e crédito) e o telemóvel através de um rede interligado entre as instituições financeiras e companhias de telecomunicações.

O estudo sobre a adoção de uma moeda nacional:

O BCTL irá desenvolver um estudo aprofundado sobre a possibilidade de introdução de uma moeda nacional em Timor-Leste, contando com o suporte de um perito externo nesta matéria. O especialista irá trabalhar em estreita colaboração com a Divisão de Economia do BCTL no desenvolvimento do estudo. A versão final do estudo será submetida à apreciação do Conselho de Administração até Dezembro de 2016.

Estudos Económicos:

O BCTL irá continuar a realizar projetos de pesquisa económica e de estudos sobre questões relacionadas com as principais funções do BCTL e estatísticas publicadas pelo Banco.

Implementação de um mandato interno de gestão de Acções:

O departamento do Fundo do Petróleo do BCTL vai gerir a gestão interna passiva de uma carteira de títulos accionistas, em 2016, sujeita a aprovação do Ministro das Finanças, depois de uma revisão de uma entidade independente.

Manutenção da operação de Bloomberg AIM

O BCTL, em 2015, implementou a plataforma tecnológica de negociação - a "Bloomberg Asset Investment Management (*Bloomberg AIM*)" – que se destina a registar, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. O sistema deverá ficar a funcionar em pleno durante o ano de 2016, reforçando substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos, principalmente ao implementação do mandato interno de gestão de investimentos do Fundo em Acções.

Revisão de Políticas e Procedimentos:

O BCTL continuará a atualizar as políticas e procedimentos internos da gestão de activos, de modo a acautelar e suportar o aumento do volume e da complexidade da gestão operacional interna do Fundo Petrolífero.

Implementação do mandato de estratégia multifactorial para a carteira de acções

O Comité de Assessoria para o Investimento recomendou a implementação de um novo mandato de gestão da carteira de acções (actual alocação de 40%) , que será baseado numa estratégia que combina optimamente 'Factores de Investimento Relevantes' como: Valor, Qualidade, Dimensão e 'Momentum'. Sendo o Banco Central o Gestor Operacional do Fundo, o BCTL irá alocar recursos e proceder ao processo de selecção de um gestor externo para a gestão do novo mandato.

Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Conselho de Administração

O Governador

Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora

Nur Aini Djafar Alkatiri

Vice-Governadora

Sara Lobo Brites

Membros não executivo

Madalena Boavida

Nota: a 31 de Dezembro de 2015 faltava ainda designar três membros (não-executivos) do Conselho de Administração do Banco Central, cuja competência cabe ao Primeiro-Ministro.

Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador, **Abraão de Vasconcelos**

A Vice-Governadora, **Nur Aini Djafar Alkatiri**

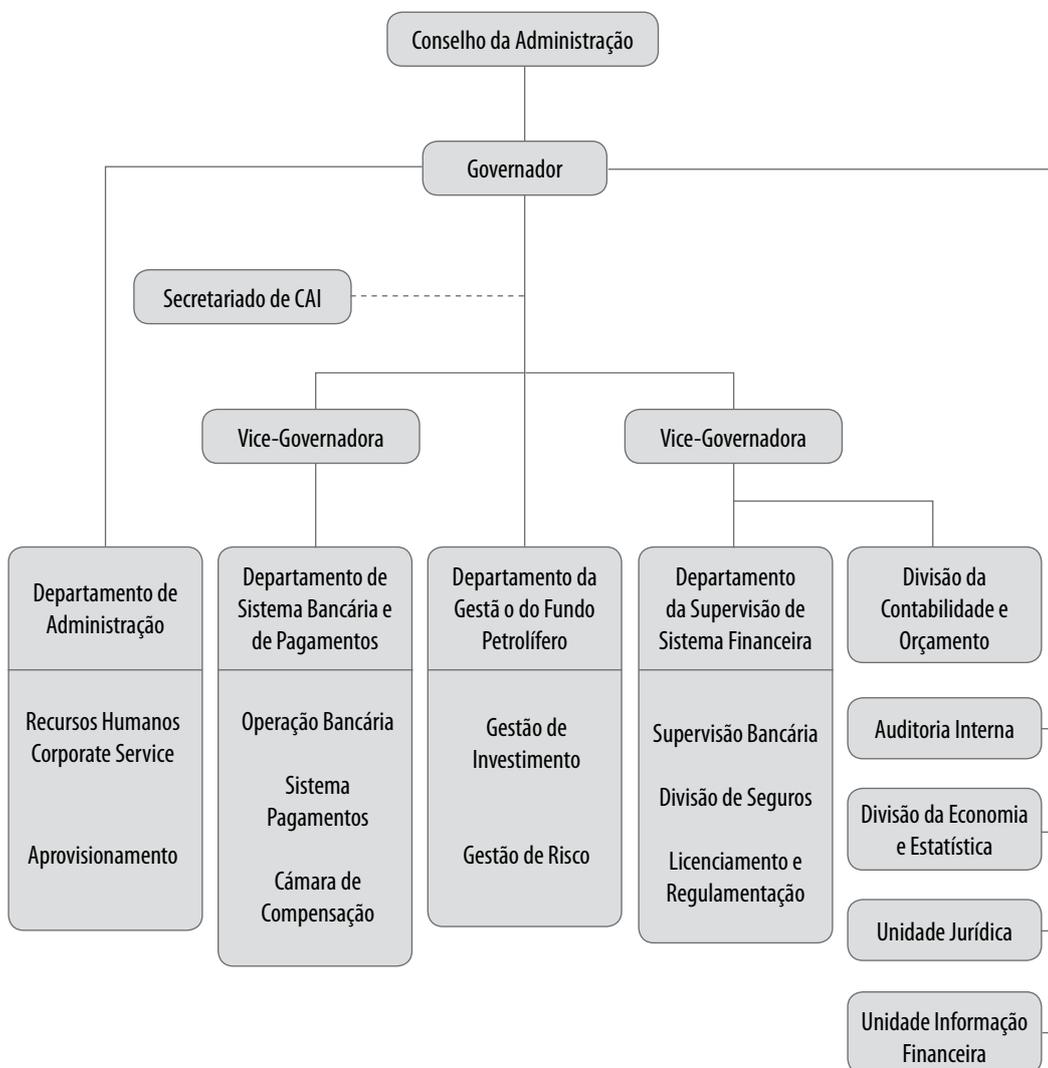
A Vice-Governadora, **Sara Lobo Brites**

O Contabilista-Chefe / Chefe da Divisão de Contabilidade, **Fernando de Carvalho**

A Directora do Departamento de Administração, **Raquel Gonçalves**

O Director do Departamento do Fundo Petrolífero, **Venâncio Alves Maria**

Organização Interna do BCTL a 31 de Dezembro de 2015



Informações Financeiras

Para o período terminado
em 31 de Dezembro de 2015

Dili, 22 de Abril de 2016





Índice

Declaração de conformidade	93
Balanço	94
Declaração de lucro ou perdas e outros resultados compreensivo	95
Demonstrações das alterações do capital	96
Demonstrações de fluxo de caixa	97
Notas às contas	98
1. Entidade a que dizem respeito as contas e sua base estatutária	
2. Base de preparação	
3. Políticas contabilísticas mais importantes	
4. Gestão do risco financeiro	
5. Decisões críticas na aplicação da política contabilística da Autoridade	
6. Segmentação da informação reportada	
7. Dinheiro e seus equivalentes	
8. Títulos negociáveis	
9. Activos e responsabilidades financeiras	
10. Instituições Financeiras Internacionais	
11. Propriedade, instalações e equipamento	
12. Outros activos	
13. Depósitos do Governo	
14. Outros depósitos	
15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	
16. Outras responsabilidades	
17. Capital e reservas	
18. Responsabilidades contingentes	
19. Rendimento líquido	
20. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	
21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	
22. Despesas com o pessoal	
23. Despesas de administração	
24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	
25. Transacções com partes com relações com a Autoridade	
26. Autorização das declarações financeiras	

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Financeiras das páginas 84 a 89 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 96 a 129, foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos constantes da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho (Lei Orgânica do Banco Central) e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de dezembro de 2015.

Dili, 22 de Abril de 2016



Abraão de Vasconcelos

Governador

BALANÇO
referido a
31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Notas	2015 MIL USD	2014 MIL USD
ATIVO			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	501.451	278.205
Títulos negociáveis	8	-	93.210
Investimentos	10	23.923	26.601
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	2.489	2.152
Outros ativos	12	4.649	3.966
Total dos ativos		532.512	404.134
PASSIVO			
Depósitos do Governo	13	323.041	180.870
Outros depósitos	14	140.053	163.298
Provisão para transferência de excedente para o Governo	15	730	4.493
Outros Passivos	16	5.773	5.617
Moeda emitida		12.153	9.824
Total do passivo		481.750	364.102
Capital	17	50.000	40.000
Reserva		762	32
		50.762	40.032
Total do Passivo e do Capital		532.512	404.134

As notas das páginas 96 a 129 fazem parte integrante desta declaração

Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral
Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015 Mil USD	2014 Mil USD
RENDIMENTO DE OPERAÇÕES			
<i>Rendimento de investimentos</i>			
Juros recebidos	19	1.173	2.496
Despesas com juros	19	(23)	(53)
Rendimento líquido do investimento		1.150	2.443
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	21	14.436	14.922
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	21	(9.241)	(8.709)
Receitas líquidas de comissão		5.195	6.213
Taxas e comissões	20	634	565
Outros Rendimentos		(62)	(11)
Rendimentos totais		6.917	9.210
Despesas			
Despesas com Pessoal	22,25	1.670	1.510
Despesas com a circulação monetária		908	948
Despesas Administrativas	23	2.302	2.221
Depreciação do Imobilizado	11	577	244
CUSTOS TOTAIS		5.457	4.923
Lucros / Perdas		1.460	4.287
Outros rendimentos / perdas		-	-
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		1.460	4.287

As notas das páginas 96 a 129 fazem parte integrante desta declaração

Notas às Declarações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL DURANTE O ANO FISCAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

		2015	2014
		Mil USD	Mil USD
Capital social			
Capital inicial	17	40.000	20.000
Aumento no capital	17	10.000	20.000
Saldo final	17	50.000	40.000
Reserva geral			
Saldo inicial		32	238
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		1.460	4.287
Transferência para o Governo		(730)	(4.493)
Saldo final		762	32
Total do capital		50.762	40.032

As notas das páginas 96 a 129 fazem parte integrante desta declaração

Notas às Declarações Financeiras

Demonstrações de fluxo de caixa Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2015

	2015 Mil USD	2014 Mil USD
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro operacional	1.460	4.287
Depreciação	577	244
Rendimento líquido de juros	(1.150)	(2.443)
TOTAL	887	(2.088)
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	(683)	321
Alteração nos Depósitos do Governo	142.171	(452.906)
Alterações nos outros Depósitos	(23.244)	59.986
Alteração nos Outros Passivos	155	(6.676)
	119.286	(397.186)
Juros recebidos	1.173	2.496
Juros pagos	(23)	(53)
Resultado líquido das atividades operacionais	120.436	394.743
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alterações nos Investimentos	2.679	(2.073)
Títulos do Governo dos Estados Unidos	93.210	187.795
Aquisição de ativos fixos e equipamento	(914)	(1.343)
Resultado líquido das atividades de investimento	94.975	184.378
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Moeda emitida	2.329	2.940
Capital (subscrição pelo governo)	10.000	20.000
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	(4.493)	(621)
Resultado líquido das atividades de financiamento	7.836	22.319
AUMENTOS EM 'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES	223.247	(188.045)
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	278.205	466.250
'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	501.451	278.205

Notas às Declarações Financeiras

1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou “BCTL”), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei n.º 5/2011, de 15 de junho, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

O endereço oficial da sede do BCTL é Avenida Xavier do Amaral, n.º 9, P.O. Box 59, Díli, Timor-Leste.

As declarações financeiras do Banco são relativas ao ano financeiro terminado em **31 de dezembro de 2015** e, de acordo com o estabelecido no Artigo 58.º da Lei n.º 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado nas leis do mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas atividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transações em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transações em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a atividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a atividade de casas de câmbio;

Notas às Declarações Financeiras

- autorizar, supervisionar e regular companhias e intermediários de seguros; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

2. Base de Preparação

(a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os *IFRS-International Financial Reporting Standards* tal como emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de Abril de 2016.

b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto certos títulos de investimento.

(c) Adopção dos *International Financial Reporting Standards*

As presentes contas do BCTL obedecem aos *International Financial Reporting Standards* em vigor a 31 de dezembro de 2015.

(d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

(e) Uso de apreciações e estimativas

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efetuar apreciações e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos ativos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

Notas às Declarações Financeiras

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das apreciações e estimativas/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se refletem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

(f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

a) Taxas de câmbio

Transações envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalentes nas datas de transação. Ativos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio *spot* praticadas na data de referência do balanço.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período --- ajustado com o juro efetivo e os pagamentos durante o período --- e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Ativos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidos ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio *spot* da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais ativos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

Notas às Declarações Financeiras

	31DEZ2015	31DEZ2014
Dólares australianos (AUD)	1.3712	1.2284
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0.7211	0.6901
Euro (EUR)	0.9147	0.8224

b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos ativos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos ativos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efetiva o Banco estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efetiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transação e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efetiva

c) Taxas

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito, principalmente, a taxas de transações e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

Notas às Declarações Financeiras

d) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos líquidos de perdas relacionadas com as transações de ativos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a exceção das alterações estimadas dos valores relativos a ativos comercializáveis).

e) Impostos

O Banco goza de imunidade tributária, nos termos do disposto no Artigo 72.º da sua Lei Orgânica.

f) Ativos e Passivos Financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros ativos financeiros são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um ativo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais (para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efetua transações quando adquire ativos mas não assume todos os riscos e recompensas dos ativos ou parte deles. Tais ativos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pelo Banco não são contabilizados no balanço.

(ii) Classificação

Ver o nº 3 g) e h) de "políticas contabilísticas" acima

(iii) Eliminação dos registos contabilísticos

O Banco elimina dos seus registos um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao ativo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.



Notas às Declarações Financeiras

(iv) *Compensação*

O valor dos ativos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando o Banco tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceda à compensação pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do ativo e à compensação do passivo.

(v) *Medição da amortização dos custos*

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante ao qual esse ativo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efetivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

(vi) *Medição do valor justo de mercado*

A determinação do valor justo de mercado para os ativos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados ativos. Um mercado é considerado como em atividade se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente atualizado das transações nele efectuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transação, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transações de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

(vii) *Identificação e medição de prejuízos*

Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os ativos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um ativo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo nos registos do Banco e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros *cash flows* do ativo e pode ser estimado com confiança.

Notas às Declarações Financeiras

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada ativo específico quer a nível colectivo. Todos os ativos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os ativos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando ativos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do ativo e o valor presente atualizado dos futuros *cash flows* à taxa de juro efetiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre ativos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada diretamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

g) Dinheiro [Cash] e equivalentes

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transações em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço, que se aproxima do valor justo.

h) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transação e subsequentemente de acordo com a sua classificação em "a reter até à maturidade", valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [*available-for-sale*].

Notas às Declarações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não tem títulos de investimento. (2014 justo valor através lucros ou perdas).

1) "A manter até à maturidade"

Este tipo de investimentos são ativos "não-derivados" com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como "justo valor através lucros ou perdas" ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efetivo.

2) Justo valor através lucros ou perdas

Investimentos deste tipo são avaliados ao justo valor através de ganhos e perdas quando:

- Os ativos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os ativos contêm uma componente de "derivado" que modifica significativamente os *cash flows* que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a "ganhos e perdas".

i) Transações do mercado overnight

O Banco estabelece acordos no mercado *overnight* no quadro das suas atividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transações são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transação.

j) Outros ativos e responsabilidades

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efetua a transação, adicionados os eventuais juros.

Notas às Declarações Financeiras

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registados como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

k) Propriedade, instalações e equipamento

i) Reconhecimento e medição

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do ativo. **Software** adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transações nele realizadas.

ii) custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranter do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão o Banco e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

Notas às Declarações Financeiras

iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

O Banco divide os seus ativos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2015	2014
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos ativos fixos do Banco são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um ativo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

I) Moeda em circulação

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente subunidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de coleção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente o Banco contabiliza o valor facial das moedas de coleção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

Notas às Declarações Financeiras

m) Benefícios dos funcionários

i. Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos funcionários do Banco incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (accruals) de custos de pessoal são registados no balanço como outras responsabilidades.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos funcionários são contabilizados como despesas quando o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Banco tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo funcionário e a obrigação pode ser mensurada de forma confiável.

ii. Benefícios de longo prazo dos funcionários

Os funcionários do Banco têm o direito a receber um montante em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte pelo Banco uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a correspondente responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como "outros passivos". Na hipótese de um funcionário abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação do Banco para com o funcionário cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.



Notas às Declarações Financeiras

4. Gestão do Risco Financeiro

(a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, as suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

(b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é orientado pelo disposto na Lei Orgânica do Banco Central, que estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artigo 19.º permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes ativos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.

Notas às Declarações Financeiras

- O Artigo 71.º n.º 1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer atividade comercial, comprar ações de qualquer empresa ou companhia --- incluindo de qualquer Instituição Financeira ---, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, alugar ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das atividades da sua administração e operações.
- O Artigo 39.º autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-designadas em contas especiais desde que os ativos e as responsabilidades destes fundos sejam separados dos outros ativos e responsabilidades do Banco

O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

(c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e atividades bancárias do Banco

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Governador.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões do Banco responsáveis pelo investimento de fundos do mesmo.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela Fitch Ratings, é como segue:

Notas às Declarações Financeiras

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez2015	Rating*	Dez2014
Dinheiro e depósitos				
Dinheiro	AAA	46.239	AAA	60.157
Depósitos em bancos centrais	AAA	359.126	AAA	96.209
Depósitos em bancos em território nacional	B	74.513	B	71.309
Idem, no estrangeiro	AA-	21.573	AA-	50.530
		501.451		278.205
Títulos comercializáveis				
Obrigações Tesouro E.U.A	AAA	-	AAA	93.210
Investimentos				
Fundo Monetário Internacional	N/A	23.923	N/A	26.601
ATIVOS TOTAIS		525.374		398.016
SUMÁRIO POR TIPO DE RATING				
		Dez2015	Dez2014	Dez2014
AAA	77,16%	405.365	62,70%	249.576
AA-	4,11%	21.573	12,70%	50.530
B	14,18%	74.513	17,92%	71.309
Não aplicável	4,55%	23.923	6,68%	26.601
ACTIVOS TOTAIS	100,00%	525.374	100,00%	398.016

*Quando um Banco Central não tem *rating* utiliza-se o rating do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes ativos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [*fair value*].

(d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um ativo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável por administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [*clearing*]. O BCTL está proibido, nos termos da sua Lei Orgânica, de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

Notas às Declarações Financeiras

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos --- para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez --- de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros restante na data de apresentação. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de compensação.

Em mil USD	Total 2014	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	278.205	278.205	
Títulos negociáveis	93.210		93.210
TOTAL dos ativos	371.415	-	93.210
Depósitos do Governo	180.870	180.870	
Outros depósitos	163.298	136.697	26.601
Provisão para transferência excedentária	4.493	4.493	
Outras responsabilidades	5.617	5.617	
Moeda emitida	9.824	9.824	
TOTAL das responsabilidades	364.102	337.501	26.601

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e *spreads* de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno tendo por base o risco.

Notas às Declarações Financeiras

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

(i) *Risco de Taxa de juro*

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juro.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal referido acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos do Banco atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2015	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	501.451		501.451	
Títulos negociáveis	-		-	-
Investimentos	23.923	23.923		
Outros ativos	4.649	4.649		
TOTAL dos ativos	530.023	28.571	501.451	
Depósitos Do Governo	323.041		323.041	
Outros depósitos	140.053	23.923	116.130	
Provisão para transferência de excedente	730	730		
Outras responsabilidades	5.773	5.773		
Moeda emitida	12.153	12.153		
TOTAL das responsabilidades	481.750	42.579	439.172	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	48.272	(14.007)	62.280	-

Notas às Declarações Financeiras

Mil USD	Total 2014	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	278.205		278.205	
Títulos negociáveis	93.210			93.210
Investimentos	26.601	26.601		
Outros ativos	3.966	3.966		
TOTAL dos ativos	401.982	30.567-	278.205	93.210
Depósitos Do Governo	180.870		180.870	
Outros depósitos	163.298	26.601	136.696	
Provisão para transferência de excedente	4.493	4.493		
Outras responsabilidades	5.617	5.617		
Moeda emitida	9.824	9.824		
TOTAL das responsabilidades	364.102	46.536	317.566	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	37.880	(15.968)	(39.362)	93.210

ii) Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juro

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de dezembro de 2015 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumentasse os lucros do Banco em cerca de 28 mil USD (2014 – 169 mil USD).

(iii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em atividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de dezembro de 2015 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Notas às Declarações Financeiras

Mil USD	Total 2015	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	501.451	501.036	414		2
Títulos negociáveis	-	-			
Investimentos	23.923			23.923	
Outros ativos	4.649	4.649			
TOTAL dos ativos	530.023	505.684	414	23.923	2
Depósitos do Governo	323.041	323.041			
Outros depósitos	140.053	116.130		23.923	
Provisão para transferência excedentária	730	730			
Outras responsabilidades	5.773	5.773			
Moeda emitida	12.153	12.153			
TOTAL das responsabilidades	481.750	457.827	-	23.923	
Exposição líquida às moedas estrangeiras	48.272	47.857	414	-	2

Para comparação registem-se os resultados em 2014:

Mil USD	Total 2014	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	278.205	277.898	277		30
Títulos negociáveis	93.210	93.210			
Investimentos	26.601	-		26.601	
Outros ativos	3.966	3.965	0		
TOTAL dos ativos	401.982	375.073	277	26.601	30
Depósitos do Governo	180.870	180.870			
Outros depósitos	163.298	136.696		26.601	
Provisão para transferência excedentária	4.493	4.493			
Outras responsabilidades	5.617	5.617			
Moeda emitida	9.824	9.824			
TOTAL das responsabilidades	364.102	337.501	0	26.601	0
Exposição líquida às moedas estrangeiras	37.880	37.573	277	0	30

Notas às Declarações Financeiras

iv) *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de câmbio*

Na gestão de risco cambial, o Banco só ocupam posições líquidas pequenas em moeda estrangeira e, portanto, não é materialmente exposto a mudanças na taxa de câmbio.

(f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infraestruturas utilizadas na sua atividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de atividade do Banco. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transações;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transações;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que o Banco defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de ações que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

Notas às Declarações Financeiras

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de atividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Governador e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

(g) Administração do Capital

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 40.000.000 totalmente subscrito e realizado. Na sequência da subscrição de um adicional de USD 10.000.000 em 2015, o capital não pode ser reduzido abaixo de USD 50.000.000.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos totais ativos financeiros do Banco.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

A afectação de capital entre operações e actividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

Notas às Declarações Financeiras

5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Artigo 39.º da Lei Orgânica do Banco Central estabeleça que o Banco é autorizado a abrir e manter *trust accounts* nos seus livros desde que os respectivos ativos e passivos sejam separados dos ativos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e ativos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

6. Segmentação da informação reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

7. Dinheiro e seus equivalentes

	2015	2014
Mil USD		
Dinheiro	46.239	60.157
Depósitos em bancos centrais	359.126	96.209
Bancos no país	74.513	71.309
Bancos-não residentes	21.573	50.530
TOTAL	501.451	278.205

Notas às Declarações Financeiras

8. Títulos negociáveis

Mil USD	2015	2014
Notas do Tesouro dos Estados Unidos	-	93.210
TOTAL	-	93.210

9. Ativos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de ativos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos ativos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2015	Total a transitar	Valor justo	Total a transitar	Valor justo
Mil USD				
Dinheiro e depósitos	501.451	501.451	278.205	278.205
Títulos negociáveis	-	-	93.210	93.210
Investimentos	23.923	23.923	26.601	26.601
Outros ativos	4649	4649	3.966	3.966
Total dos ATIVOS	530.023	530.023	401.982	401.982
Depósitos do Governo	323.041	323.041	180.870	180.870
Outros depósitos	140.053	140.053	163.298	163.298
Provisões para transferência	730	730	4.493	4.493
Outras responsabilidades	5.773	5.773	5.617	5.617
Moeda emitida	12.153	12.153	9.824	9.824
Total das responsabilidades	481.750	481.750	364.102	364.102

Notas às Declarações Financeiras

10. Instituições Financeiras Internacionais

(A) Fundo Monetário Internacional (FMI)

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um ativo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

A conta de títulos do FMI reflete o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

O Banco reconhece um ativo e uma conta de responsabilidade em relação aos títulos do FMI. Os saldos subjacentes da conta do FMI são denominados como os seguintes:

	2015		2014	
	Em DSE'000	Em EUA'000	Em DSE'000	Em EUA'000
IMF detenção de moeda	10.150	14.077	10.150	15.652
IMF DSE detenção	7.100	9.846	7.100	10.949
Total	17.250	23.923	17.250	26.601

(B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado "Grupo do Banco Mundial" em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositário oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

Notas às Declarações Financeiras

International Bank for Reconstruction and Development

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 314.858, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 54.100, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

(B) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

Notas às Declarações Financeiras

11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifícios	Instalações	Eqp de escritório	Comp., etc	Veículos	Trabalho em progresso	Total
	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000
Cost							
Balanço de abertura	889	298	817	630	320	-	2.954
Aquisições	33	9	14	217	237	834	1.344
Balanço em 31DEZ2014	922	307	831	847	557	834	4.298
Aquisições	48	79	33	754	-	-	914
Transferir	-	-	-	834	-	(834)	-
Balanço em 31DEZ2015	970	386	864	2.435	557	-	5.212
Depreciação							
Balanço de abertura	510	263	314	545	270	-	1.902
Depreciação no período	45	29	83	53	34	-	244
Balanço em 31DEZ2014	555	292	397	598	304	-	2.146
Depreciação no período	47	22	84	352	72	-	577
Balanço em 31DEZ2015	602	314	481	950	376	-	2.723
Montantes a transitar							
Balanço em 31DEZ2015	368	72	383	1.485	181	-	2.489
Balanço em 31DEZ2014	367	15	434	249	253	834	2.152

Notas às Declarações Financeiras

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

12.Outros ativos

Outros ativos compreendem os seguintes:

<i>Mil USD</i>	2015	2014
Outros Ativos		
Contas a receber	4.089	3.301
Juros a receber	189	170
Adiantamentos	4	4
Depósitos de segurança	4	4
Pré-pagamentos	91	153
Existências	272	334
TOTAL	4.649	3.966

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes ativos.

Notas às Declarações Financeiras

13. Depósitos do Governo

Mil USD	2015	2014
Fundo consolidado (OGE)	301.180	158.548
Fundo de Infraestruturas	16.819	19.908
Fundo de desenv. do capital humano	5.042	2.414
TOTAL	323.041	180.870

14. Outros depósitos

Mil USD	2015	2014
Instituições financeiras nacionais	116.130	136.696
Instituições financeiras internacionais	23.923	26.702
TOTAL	140.053	163.398

15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artigo 9.º da Lei Orgânica do Banco Central, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalam a 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2015	2014
Transferência para o Governo		
Balanço da Conta Geral de Reserva		206
Lucro líquido do ano terminado em 31DEZ15	1.460	4.287
Transferência para/da Reserva Geral	(730)	
TOTAL Transferência para o Governo	730	4.493

Notas às Declarações Financeiras

16. Outras responsabilidades

Mil USD	2015	2014
Outras responsabilidades		
Outras contas pagáveis	4.832	3.469
Impostos retidos a pagar	12	157
Provisão para a conta de serviço prolongado	222	226
Letras de crédito	675	1.249
Contas operacionais	32	516
TOTAL	5.773	5.617

17. Capital e reservas

O capital do Banco é de 50.000.000 USD (2014 – 40.000.000 USD)

As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.º n.º 1 da Lei Orgânica do Banco Central:

- Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco;
- Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 não havia responsabilidades contingentes.

Notas às Declarações Financeiras

19. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2015	2014
Rendimento de juros de ativos financeiros		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	146	63
Juros de investimentos negociáveis	58	450
Juros de depósitos em bancos no país	969	1.983
TOTAL do rendimento em juros	1.173	2.496
Juros pagos às responsabilidades financeiras		
Juros pagos aos depósitos do Governo	22	51
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais	1	2
TOTAL das despesas em juros	23	53

20. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2015	2014
Taxas e de Comissões		
Taxas por levantamento de notas/moedas	20	12
Taxas de licenciamento e supervisão	114	54
Taxas de gestão da conta do Governo	500	500
TOTAL das taxas e comissões	634	566

21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

Em conformidade com as disposições da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, conforme alterada) o Banco tem o direito de cobrar uma taxa de administração para a gestão operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que representa, sob um critério de razoabilidade, o custo de gestão do Fundo Petrolífero. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro 2015 (não auditado) foi de 16.221 milhões USD.

O Ministério das Finanças acordou, para cobrir a taxa de administração interna, em 4 pontos base numa base anual. A taxa de administração representou 10,0 pontos base ou 15.354 mil USD (2014 – 10,0 pontos base) medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano. A taxa de administração para os serviços de custódia, gestores externos e Comité Assessoria para o Investimento é diretamente deduzida do fundo com o montante de 9.214 mil USD ou 69% do custo total. As taxas de administração deduzidas para a gestão operacional interna do fundo foram de 5.222 mil USD ou 36% do custo. No quadro *infra* detalham-se os rendimentos com a administração do fundo petrolífero.

Notas às Declarações Financeiras

Mil USD	2015	2014
Salário, capacitação e outros custos com pessoal	542	829
Serviços de IT, sistemas e dados	696	389
Pesquisa, consultoria e honorários de serviços jurídicos	746	898
Custos comuns alocados ao BCTL	872	894
Taxas de Base para serviços de custódia e de contabilidade	2.257	3.364
Taxas de Base para gestores externos	7.036	8.285
Os custos de consultoria de investimento	199	258
Custo de atribuição para o BCTL	2.084	-
Outros custos	4	5
Total taxa de administração	14.436	14.922

Os custos com a gestão do fundo petrolífero encontram-se detalhados no quadro seguinte.

Mil USD	2015	2014
Custos de custódia	1.889	3.401
Custos de gestores externos	7.156	4.710
Outro custos	197	598
Custos de gestão do Fundo Petrolífero	9.242	8.709

	2015 US\$ '000	2014 US\$ '000
Taxas líquidas e comissões	5.194	6.213

22. Despesas com o pessoal

Mil USD	2015	2014
Despesas com o pessoal		
Salários e outras remunerações equivalentes	1.303	881
Prestações sociais	45	69
Despesas com a formação do pessoal	164	170
Representação em conferências e similares	158	390
TOTAL das despesas com o pessoal	1.670	1.510

Notas às Declarações Financeiras

23. Despesas de administração

Mil USD	2015	2014
Despesas de administração		
Outras despesas do conselho da administração	20	233
Despesas de manutenção dos ativos	32	42
Comunicações	38	69
Sistemas de Informação	820	388
Seguros	0	0
Despesas gerais	259	160
Despesas de expediente	164	188
Comissões a profissionais	772	956
Outros despesas de administração	132	145
TOTAL das despesas de administração	2.302	2.221

24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme disposto na Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto (Lei do Fundo Petrolífero), conforme alterada e no Anovo cordo de Administração Operacional assinado entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos e contratuais, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome e no junto da Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome do Banco.
3. O Banco não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus funcionários.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os ativos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os ativos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2015 eram como segue:

Notas às Declarações Financeiras

Mil USD	2015	2014
Ativos do Fundo Petrolífero		
Dinheiro e depósitos	137.642	66.842
Outros valores recebíveis	60.104	55.197
Ativos financeiros ao valor de mercado	16.039.624	16.432.458
MENOS: títulos com compra pendente	(15.893)	(15.309)
Total dos ativos	16.221.477	16.539.189
Capital	16.221.477	16.539.189

Nota: Balancete do Fundo Petrolífero não é auditado

25. Transações com partes com relações com o Banco

Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecido como entidade pública distinta e autónoma, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património própria. O Artigo 3.º n.º 2 da Lei Orgânica do Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco inclui três membros executivos, cujas remunerações, com determinadas pelo Governo através do decreto do Governo n.º 3/2015 de 21 de janeiro, são as seguintes:

Mil USD	2015	2014
Compensação dos membros executivos		
Compensação dos membros do conselho (incluída nas despesas com o pessoal)	225	234
Total	258	234

Notas às Declarações Financeiras

Membros não-executivos

O conselho de Administração compreende ainda um membro não-executivo, que não se inclui no quadro dos elementos-chave de gestão do Banco, cuja remuneração é a seguinte:

Mil USD	2015	2014
Compensação do membro não-executivo		
Subsídio de presença (incluído nas despesas de administração)	20	7
Total	20	7

Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui os três membros de categoria profissional mais elevada..

Mil USD	2015	2014
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações) (incluídos nas despesas com o pessoal)	65	60
Benefícios de longo prazo (incluídos nas despesas com o pessoal)	5	3
Total	70	63

Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de relação estreita com o Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação constantes do parágrafo 18 da IAS 24 "Informação sobre entidades relacionadas" relativamente às transações com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos. A natureza e quantidade de cada transação individualmente significativas com entidades governamentais relacionadas são divulgadas em Notas 13,15,22 e 25.



Notas às Declarações Financeiras

26. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 22 de Abril de 2016.

Notas às Declarações Financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE PARA OS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO DO BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

(Este Relatório é uma tradução livre da versão original inglesa para a língua portuguesa. Em caso de dúvida ou interpretação errada prevalece a versão inglesa)

Relatório sobre o reporte financeiro

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Central de Timor – Leste (o “Banco”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015, e a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas 1 a 26 compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade dos Órgãos de Governadores pelo reporte financeiro

Os Órgãos de Governação do Banco são responsáveis pela preparação deste reporte financeiro que dê uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e a Lei N.º. 5/2011 do Banco Central e pelo controlo interno que os Órgãos de Governação determinem ser necessários para possibilitar a preparação de reporte financeiro isento de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre este reporte financeiro com base na nossa auditoria. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se o reporte financeiro está isento de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes do reporte financeiro. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material do reporte financeiro devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para o Banco para a preparação do reporte financeiro que dê uma imagem verdadeira e apropriada a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar se as políticas contabilísticas usadas são apropriadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos Órgãos de Governação, bem como avaliar a apresentação global do reporte financeiro.

Efectuámos os procedimentos para avaliar se em todos os aspectos materiais o reporte financeiro apresenta, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e da Lei N.º. 5/2011 do Banco Central, uma imagem verdadeira e apropriada que é consistente com a nossa compreensão do balanço e da performance financeira do Banco.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Notas às Declarações Financeiras



Independência

Na realização da nossa auditoria, cumprimos com os requisitos de independência do *Accounting Professional and Ethical Standards Board*.

Opinião

Em nossa opinião, o reporte financeiro do Banco Central de Timor – Leste (o “Banco”) está de acordo com os requisitos da Lei N.º. 5/2011 do Banco Central, incluindo:

- (a) apresentando de foram verdadeira e apropriada a posição financeira a 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro para o exercício findo naquela data; e
- (b) cumprindo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro na extensão referida na Nota 2 e com a Lei N.º. 5/2011 do Banco Central.

KPMG

Clive Garland

Partner

Darwin

22 de Abril de 2016



Ha'u-nia Futuru O meu Futuro